FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

UFT

2015

Palmas – TO

2016

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UFT 2015

Palmas - TO

2016

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Revisão de textos:

Apoio técnico:

Diagramação e capa:

Impressão e acabamento:

Universidade Federal do Tocantins

***Campus* Universitário de Palmas**

Biblioteca Prof. José Torquato Carolino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Márcio Antônio da Silveira

Reitor

Isabel Cristina Auler Pereira

Vice-reitora

Emerson Subtil Denicoli

Chefe de Gabinete

Raimundo Nonato Noronha Alves

Pró-reitor de Administração e Finanças

Juscéia Aparecida Veiga Garbelini

Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários

Eduardo Andreas Lemus Erasmo

Pró-reitora de Avaliação e Planejamento

Berenice Feitosa da Costa Aires

Pró-reitora de Graduação

Abraham Damian Giraldo Zuninga

Pró-reitor de Extensão e Cultura

Waldecy Rodrigues

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DE 2015

Michelle M. Semiguen Lima Trombini Duarte

Presidente da CPA e Representante da Administração Central da UFT

Maurício Reis Sousa do Nascimento

Representante docente do *Campus* de Arraias

Clarete Itoz

Representante docente do *Campus* de Araguaína

Joedson Brito dos Santos

Representante docente do *Campus* de Tocantinópolis

Enilda Rodrigues de Almeida Bueno

Representante docente do *Campus* de Porto Nacional

Enedina Betânia Leite de Lucena Pires Nunes

Representante da Administração Central da UFT

Jacinto Pereira Santos

Representante docente do *Campus* de Gurupi

Gilberto Soares da Silva

Representante técnico do *Campus* de Araguaína

Mariane Pereira Teixeira

Representante discente do *Campus* de Araguaína

Valdemy Leite de Castro

Representante Técnico-administrativo do *Campus* de Tocantinópolis

Maria de Fátima da Conceição

Representante Técnico-administrativo do *Campus* de Porto Nacional

SUMÁRIO

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 12
1.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA UFT..... 12
1.2. POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DA UFT 14
1.2.1. Organização do Processo Avaliativo Ciclo 2015-2016.....15
1.3. RELATO INSTITUCIONAL..... 18
1.3.1. Breve Histórico da Universidade Federal do Tocantins.....18
1.3.2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso.....19
1.4. PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO..... 23
1.5. PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS 26
2.1. MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL..... 27
2.1.1. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e pós graduação ..29
2.1.2. Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.....30
2.1.3. Coerência entre o PDI e as atividades de extensão 34
2.1.4. Coerência entre o PDI e as ações institucionais 35
2.1.5. Medidas relativas à acessibilidade.....38
Eixo 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS..... 43
3.1. – POLÍTICAS PARA O ENSINO DA GRADUAÇÃO 43
3.1.1. Atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação 43
3.1.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE).....44
3.1.3. Estágios Curriculares.....45
3.1.4. Acompanhamento dos Egressos 46
3.1.5. Parfor – Programa de Formação de Professores da Educação Básica.....47
3.1.6. Centro de Idiomas.....52
3.1.7. Programas para melhoria do ensino e da aprendizagem.....52
3.1.7.1. Programa de Formação Docente Continuada (Profor) 53
3.1.7.2. Programa Institucional de Monitoria (PIM) 54
3.1.7.3. Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi)..... 55
3.1.7.4. Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life) 57
3.1.7.5. Programa de Educação Tutorial (PET)..... 58
3.1.7.6. Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA) 58
3.1.7.7. Programa de Consolidação das Licenciaturas *(Prodocência)* 59
3.1.7.8. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação á Docência (Pibid) 60
3.1.7.9. Programa Institucional de Apoio ao Docente Ingressante (Padi) 62
3.2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 64
3.3. POLÍTICAS PARA A PESQUISA E PARA O ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO67
3.3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação stricto senu 67
3.3.2. Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para pesquisa – iniciação científica, tecnológica, artística e cultural 68
3.3.2.1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC) e Programa Institucional Voluntario de Iniciação Científica (PIVIC). 71
3.3.3. Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusões das produções72
3.4. POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO 75

3.4.1. Ações de Extensão na UFT 76
3.5.A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 78
3.5.2. Ações de Melhoria na qualidade e atendimento da comunicação Interna e Externa da UFT....80
3.5.3. Imagem publica da instituição nos meios de comunicação social....81
3.5.4. Ouvidoria como mecanismo de comunicação....81
3.6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE 82
3.6.1. Acesso, Seleção e Permanência dos Estudantes....83
3.6.2. Participação dos Discentes nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão 86
3.6.3. Auxilio Permanência 87
3.6.4. Alimentação, Transporte e Apoio Psicossocial....88
Eixo 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO 91
4.1. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO.... 91
4.1.1 Funcionamento e Representatividade nos Colegiados 91
4.1.2. Participação da Comunidade Acadêmica na Gestão 94
4.1.3. Escolha de Reitor, Diretores e Coordenadores....94
4.2. POLITICAS DE PESSOAL 95
4.2.1. Política de pessoal para o corpo docente....96
4.2.1.1. Política de desenvolvimento na carreira docente 97
4.2.1.2. Política para formação do corpo docente 98
4.2.2. Política de pessoal para o corpo técnico administrativo....100
4.2.2.1. Desenvolvimento da carreira dos técnicos-administrativos 100
4.2.2.2. Política para Formação dos Servidores 101
4.2.2.3. Ações de Integração e Valorização dos Servidores.... 109
4.3. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.... 112
4.3.1. Orçamento da UFT....113
4.3.2. Execução Orçamentária....115
4.3.2.1. Despesas de Custeio 118
4.3.2.2. Despesas de Capital.... 120
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA 122
5.1 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE 122
5.2 BIBLIOTECAS 127
5.2.1. Política de Atualização, Manutenção e Expansão do Acervo das Bibliotecas....127
5.2.2. Serviços Oferecidos pelas Bibliotecas do Sistema....130
6. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES 132
6.1. ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA.... 132
6.2. ASPECTOS POSITIVOS.... 141
6.3. ASPECTOS A APRIMORAR E RECOMENDAÇÕES 143
Considerações Finais.... 147
Anexo 1 - Instrumento aplicado aos Alunos 148
Anexo 2- Instrumento apliacdos aos Técnicos.... 152
Anexo 3 - Instrumento aplicado aos Docentes.... 155
REFERÊNCIAS 159

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01- Conceitos dos Cursos 2009 a 2014 20
Quadro 02 - Aprovação de Projetos Político Pedagógico/Alterações/ 44
Migrações em 2015 44
Quadro 03 –Demonstrativo Cursos PARFOR 48
Quadro 04 –Demonstrativo Cursos PARFOR 51
Quadro 05 - Cursos previstos para conclusão em 2015/2 e 2016/1 52
Quadro 06 – Dados gerais do Programa de Formação Docente Continuada 2º Módulo 54
Quadro 07 – Demonstrativo de Bolsas por Campus/Semestre 55
Quadro 08 – Demonstrativo de Bolsas por Campus/Semestre 56
Quadro 09 – Demonstrativo de estudantes em Mobilidade Acadêmica. 59
Quadro 10- Demonstrativo de bolsas ofertadas e 59
ocupadas em 2015 por programa 59
Quadro 11 – Demonstrativo do nº de subprojetos por câmpus e pólos. 61
Quadro 12 – Relação de Propostas – PADI. 63
Quadro 13 – Distribuição de Grupos – PADI. 63
Quadro 14: Pólos e Cursos EAD administrados pela UFT. 66
Quadro 15 – Evolução temporal dos cursos de Pós-Graduação 68
Quadro 16 : Total de Bolsistas por Área 69
Quadro 17 : Projetos Cadastrados em 2015 69
Quadro 18: Grupos Cadastrados em 2015 70
Quadro 19: Evolução dos Grupos de Pesquisas do CNPq vinculados à UFT 70
Quadro 20 - Quantidade de trabalhos, por área do conhecimento, apresentados no VIII Seminário de Iniciação Cientifica da UFT. 71
Quadro 21- Livros lançados durante a feira do Livro 73
Quadro 22 - Manifestações recebidas no ano de 2015 82
Quadro 23 - Demonstrativo do Programa de Concessão de Auxílios concedidos em 2014 e 2015 87
Quadro 24 - Modalidades, e área estratégica Pnaes de auxílio permanência na Universidade Federal do Tocantins 88
Quadro 25 – Valores do auxílio alimentação e número de estudantes contemplados nos *campi* de Palmas e Araguaína 88
Quadro 26 - Resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa 92
(Consepe) aprovadas em 2015: 92
Quadro 27 - Resoluções do Conselho Universitário 93
(Consuni) aprovadas em 2015 93
Quadro 28 – Relação de servidores por *campus* da UFT - 2015 95
Quadro 29 – Relação de Professores efetivos por Titulação e Jornada de Trabalho - 2015 96
Quadro 30 – Evolução dos docentes efetivos 96
Quadro 31 – Titulação dos servidores técnico-administrativos. 100
Quadro 32 - Cursos oferecidos pelo Programa Servidor Multiplicador - 2015. 103
Quadro 33 – Treinamentos realizados em 2015. 106
Quadro 34 – Curso realizados pelo projeto n@vegar é preciso 107
Quadro 35 – Curso realizados in company 107
Quadro 36 – Ações de Integração realizadas 109
Quadro 37- Política de Captação e Alocação de Recursos 114
Quadro 38 - Orçamento da UFT aprovado para 2015 115
Quadro 39 - Demonstração da Execução do Orçamento da UFT – Ano 2015 116

Quadro 40 - Investimentos em Infraestrutura nos Câmpus em 2015 121
Quadro 41 - Investimentos em Infraestrutura por *campus* 2015 126
Quadro 42 - Acervo das Biblioteca da UFT – 2015 128
Quadro 43 - Acervo adquirido no ano de 2015 128

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01– Evolução do Índice Geral de Cursos 23
Gráfico 02 - Evolução do Número de Bolsas de Iniciação Científica 72
Gráfico 03 - Médias das Respostas da Avaliação Discente 134
Gráfico 04 - Percentual das Respostas Não sei/ Não Conheço da Avaliação Discente 134
Gráfico 05 - Médias das respostas da Avaliação Docente 136
Gráfico 06 - Percentual das respostas Não sei/ Não Conheço da avaliação Docente .. 137
Gráfico 07 - Médias das respostas da avaliação dos técnicos 139
Gráfico 08 - Percentual das respostas "Não sei/ Não Conheço" da 140
avaliação dos técnicos 140
Gráfico 09 - Avaliação por Eixo 140

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 – Logo da campanha 17
Figura 02: Cidades e campus onde a UFT gerencia cursos na modalidade EAD. 66
Figura 03 - Identidade visual do Projeto Servidor Multiplicador 105
Figura 04 - Foto do Curso de Cerimonial 105
Figura 05 - Foto do Curso de Liderança e Coaching 105
Figura 06 - Momento de relaxamento com massagem. 110
Figura 07 - Amostra de Artesanato 110
Figura 08 - Momento musical com o Canto Cora UFT. 110
Figura 09 - Momento de dicas para mulheres "Chique é ser simples" 110
Figura 10 - Momento saúde: Aferindo a pressão e medindo a glicose dos servidores. 111
Figura 11 - Foto da servidora em um momento de beleza – fazendo a sobrancelha. ... 111
Figura 12 - Momento musical. 111
Figura 13 - Renovação do cartão de vacinas. 111
Figura 14 - Acupuntura. 111
Figura 15 - Curso de Automaquiagem 112
Figura 16 - Curso de Automaquiagem 112
Figura 17 - Equipe PROGEDEP para o Outubro Rosa 112
Figura 18 - Distribuindo lacinhos (símbolo do outubro rosa) para conscientização. ... 112

INTRODUÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação conclui com este relatório seu nono ciclo avaliativo, ressalta-se que o objetivo essencial do processo de autoavaliação da UFT é a construção de uma consciência institucional, tendo em vista possibilitar que os resultados obtidos forneçam informações relevantes e necessárias aos gestores da Universidade, permitindo implementar ações a curto e longo prazo a fim de alcançar os objetivos estratégicos da Universidade.

A implantação uma política de avaliação em uma instituição federal de ensino continua sendo um desafio a toda a comunidade acadêmica, é somente por intermédio da participação das pessoas que ocorre a materialização das avaliações, inclusive no momento posterior à divulgação dos resultados, no sentido de realizar discussões e ações com base nas informações geradas, tendo em vista a melhoria contínua da universidade em seus diferentes âmbitos de atuação

A Avaliação das Instituições de Educação instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) tem por finalidade:

> a melhoria da educação superior , a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior , por meio da valorização da sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional
>
> (Lei Nº 10.86 1/ 2001, artigo 1º).

O Sinaes buscou integrar os instrumentos de avaliação entre si e com os instrumentos de informação. Nesse sentido, bases de dados como o Censo da Educação Superior, o Cadastro Nacional de Docentes, a plataforma Lattes, o Cadastro de Instituições e Cursos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), Avaliação de Cursos de Graduação e Avaliação de Instituições tornaram-se parte integrante deste processo avaliativo. Esta visão sistêmica da avaliação permite a geração, a gestão e a disseminação de indicadores e informações de grande interesse para as instituições e cursos e para constituírem as bases dos atos regulatórios a serem praticados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), tornando o processo de avaliação um fundamental instrumento para os gestores das IES.

Mais do que uma simples união de instrumentos de avaliação, o Sinaes pretendeu

alterar o paradigma da avaliação. O sistema tem três olhares: um olhar sobre a instituição, um olhar sobre o curso e um olhar sobre o estudante (avaliação institucional; a avaliação de cursos; a avaliação do desempenho discente). Estes olhares se completam, buscando a formação integral de cidadãos profissionais e o renascimento da lógica da educação como bem e direito, dever do Estado, independente de que seja oferecida ou mantida por ele.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Tocantins entende a autoavaliação como reflexão e sistematização permanente e continuada, tendo no projeto institucional e nas formas de sua concretização os focos do seu olhar. Entende, também, ser o projeto de autoavaliação um processo de autocrítica sobre sua dinâmica institucional.

O presente Relatório pretende sintetizar de forma organizada as ações realizadas na Universidade Federal do Tocantins no ano de 2015, com o objetivo de atender aos procedimentos legais e institucionais, além de ser um instrumento para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da instituição, da prestação de contas à sociedade e, ainda, como fonte de pesquisa para a comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Comissão Própria de Avaliação

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O foco deste eixo é a descrição e identificação dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aos relatórios elaborados pela CPA e demais documentos institucionais avaliativos do período que constituiu o objeto de avaliação.

No Eixo 1 considera-se a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes.

1.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA UFT

A Universidade Federal do Tocantins vem se estruturando para fortalecer sua área do planejamento e gestão. A Pró-reitoria de avaliação e Planejamento (Proap), conduziu no ano de 2014 os trabalhos para a elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade para os anos de 2014 a 2022, com desdobramentos para as unidades, através dos Planos Estratégicos de cada Campus.

No ano de 2015, foi realizada à construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tendo como base o Planejamento Estratégico construído pela Universidade**.** Esta ferramenta auxiliou no estabelecimento de diretrizes e ações prioritárias a fim de se alcançar os objetivos da Instituição e da Pró-Reitoria, propiciando condições para o alinhamento do desenvolvimento da instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional, que pela legislação vigente deve ser elaborado para um período de no mínimo cinco anos, foi construído por meio de um extenso processo que conta com a participação de representantes de toda a comunidade acadêmica, a metodologia para a construção seguiu a mesma realizada no Planejamento Estratégico. Foram realizados encontros em todos os Campi com o intuito de apresentar os modelos desenhados para a Construção dos Planos de Desenvolvimento do Campus (PDC) e a matriz das ações, que serviram de base para a Construção do Plano de Desenvolvimento Institucional para os anos de 2016-2020.

Reforça-se a importância e a relevância do Plano de Desenvolvimento Institucional, que determina a missão de cada instituição e as estratégias que as mesmas livremente elegem para atingir metas e objetivos”(Parecer CNE/CES 1366/2001)

Para avaliação da execução do PDI a Proap pretende realizar periodicamente as Reuniões de Avaliação (RA´s), que serão encontros organizados com a participação de dirigentes e responsáveis pela unidades gestoras para o acompanhamento das metas do PDI e, pelo alcance de objetivos e indicadores.

Nestas reuniões serão apresentados o andamento das ações e metas que promoverão a obtenção dos resultados esperados. Um dos objetivos estratégicos seguidos pela Proap é instituir a cultura do planejamento e da avaliação , de modo que estes instrumentos tornam-se assim todo o trabalho burocrático, deixa de ser meramente um trabalho mecânico, e passa a promover o desenvolvimento e o crescimento, para então formar melhor as pessoas.

Além do PDI e dos PDC´s, a universidade tem atuado, na perspectiva de planejamento a curto prazo, com os Planos anuais de trabalho, desenvolvidos compatíveis com o dimensionamento acadêmico e com a proposta orçamentária anual da Universidade.

Este modelo de planejamento adotado pela UFT trabalha os eixos referenciais instituídos no Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES, e propõe um sistema integrado de gestão, com base em indicadores de resultados, de forma a contribuir para o desenvolvimento da visão sistêmica, maior articulação entre ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo necessários avanços no modelo de gestão e avaliação institucional.

Para levantar as diretrizes de ação a serem seguidas pelas Unidades que participaram deste processo de planejamento, utilizou-se como instrumentos norteadores, o roteiro de avaliação institucional e o roteio para avaliação de cursos.

Ficaram explicitados 46 diretrizes institucionais, que serviram de balizamento à definição das metas e ações anuais de cada unidade (Pró-reitorias e Campus), de acordo com os cinco eixos do SINAES: A partir das diretrizes foram estabelecidas as metas, que se traduziram em planos de trabalho anuais para cada Unidade Gestora.

Dentre os meses de agosto a dezembro de 2015, foi desenvolvido as seguintes etapas: levantamento de dados institucionais para subsidiar a proposta, encaminhamento das propostas de ação às unidades; acompanhamento do trabalho das unidades, recebimento e consolidação dos dados; compatibilização e devolução das propostas às unidades

Foi entregue, a todos os responsáveis pelas unidades de Gestão (Pró-reitores, Diretores de Campus e Coordenadores de Curso), o formulário padronizado para preenchimento das propostas de ação por área de atividade, juntamente com o seguinte material de apoio: (a) Planejamento Estratégico da Universidade para os anos de 2015-

2022, (b) Relatórios de Avaliação Institucional de 2011 a 2014; (c) relatórios de avaliação de curso; (d) recomendações expedidas pelos órgãos de controle.

Toda a concepção do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Planos de Desenvolvimento dos Campus teve por objetivo não apenas atender aos requisitos legais do Sistema de Ensino Superior como, também, aperfeiçoar seu próprio modelo de Planejamento, através da adoção de uma metodologia participativa de elaboração, como também da implantação de um processo sistemático de acompanhamento e avaliação.

1.2. POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DA UFT

A avaliação das instituições de educação superior, segundo o Sinaes, teve caráter formativo e objetivou o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. A participação efetiva de toda a comunidade interna, com a contribuição de atores externos do entorno institucional, contribui para a construção de uma cultura de avaliação.

A CPA conta com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A comissão tem a seguinte composição de membros titulares:

I – um docente do quadro efetivo, representante de cada *Campus* da Universidade e presidente da Comissão Setorial de Avaliação (CSA), preferencialmente que tenha experiência em avaliação;

II – quatro representantes do corpo discente regularmente matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação da Universidade, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) ou pela respectiva entidade representativa;

III – três representantes do corpo técnico-administrativo do quadro efetivo da Universidade;

IV – um representante da sociedade civil organizada sem vínculo empregatício com a Universidade, convidado pela CPA;

V - um ex-aluno da UFT, convidado pela CPA;

VI – dois representantes da Administração Superior e referendados pelo Conselho Universitário (Consuni).

Embora haja uma preocupação por parte da Comissão e uma constante busca pela participação de um representante da sociedade civil e de um ex-aluno da UFT, esta Comissão ainda não conseguiu efetivar a participação destes dois membros.

A CSA se constituirá como responsável pela avaliação institucional interna de cada *Campus* e será composta por um representante docente de cada curso do *Campus*, um representante discente e um representante técnico-administrativo.

Os procedimentos avaliativos são concretizados na UFT mediante da iniciativa da Comissão Própria de Avaliação, mas com a apoio de todas as Pró-reitorias e Diretorias Administrativas e de *Câmpus* responsáveis por disponibilizar informações confiáveis e fidedignas sobre os eixos apresentados.

A CPA trabalha de maneira autônoma para a realização do processo de Avaliação Interna, seguindo as recomendações da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tanto para a coleta quanto para o tratamento dos dados.

Os objetivos da Avaliação Institucional na UFT são:

a) subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões;

b) conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos caminhos da UFT;

c) contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da universidade;

d) desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;

e) promover a transparência pela publicitação do desempenho da universidade em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;

f) desencadear um processo pedagógico de aprendizado pelo relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

Este é um relatório que contempla as informações referentes às ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência 2014. Todos os eixos são contemplados no relatório tendo como base as informações das Pró-reitorias, Diretorias e das Comissões Setoriais de Avaliação. A consulta à comunidade acadêmica contempla todos os eixos do Sinaes, com atenção especial ao Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.

1.2.1. Organização do Processo Avaliativo Ciclo 2015-2016

A organização do processo de avaliação interna prevê a ocorrência de diferentes etapas.

Planejamento

A elaboração do projeto de avaliação institucional realizado em 2015 para ser implementado no período de 2015 a 2019 compreende a definição dos objetivos, estratégias, metodologia, das ações avaliativas.

Este Projeto de Avaliação Institucional 2015-2019 objetiva consolidar o processo de autoavaliação da UFT pautado na participação dos três segmentos e na discussão das fragilidades e potencialidades surgidas neste caminho de expansão e consolidação da universidade. Como etapas do processo de Avaliação da Instituição a CPA – UFT definiu:

- Plano de ação anual;
- Sensibilização;
- Aplicação dos instrumentos;
- Recebimento dos relatórios de gestão e diagnósticos dos *campi*;
- Sistematização e análise de dados;
- Relatório de Avaliação Interna;
- Divulgação;
- Balanço crítico.

O plano anual especifica as ações a serem executadas, os prazos e responsabilidades a serem cumpridos pela CPA e CSA durante o transcorrer do ano.

No ano de 2015 foram objeto de consulta a comunidade acadêmica pelo formulário eletrônico (em anexo) todos os eixos do Sinais, tendo relevância prioritária o primeiro Eixo Planejamento e Avaliação.

Sensibilização e Aplicação dos instrumentos

A segunda etapa a ocorrer no processo de autoavaliação constitui-se a sensibilização, que busca o envolvimento da comunidade acadêmica no preenchimento do instrumento de avaliação eletrônico.

Essa foi realizada nos *Campus* e Reitoria pelos integrantes da CPA e CSA`s através do convite de participação para a comunidade acadêmica no processo avaliativo. Também foi realizado através dos veículos de comunicação internos, distribuição de folders, cartazes e também e interagindo, nas redes sociais.

A metodologia adotada para obtenção, tabulação e análise dos dados da comunidade acadêmica foi por meio de aplicação de questionários previamente estruturados, disponibilizados na internet, pelos canais: intranet, portal do aluno e site da

Instituição, através da campanha intitulada **Fala aí.**

Figura 01 – Logo da campanha

O questionário de avaliação esteve disponível na internet, no período de 01 de dezembro de 2015 a 19 fevereiro de 2016.

Recebimento dos relatórios de Gestão e Diagnósticos dos *Campi*

Esta fase compreende a orientação quanto aos procedimentos para a elaboração dos relatórios, Pró-reitorias e Diretorias e Comissões Setoriais de Avaliação de acordo com o calendário estabelecido pela Comissão, bem como o recebimento dos respectivos relatórios anuais das ações.

Sistematização e análise de dados

A sistematização e análise dos dados recebidos da Reitoria, Pró-reitorias e diretorias bem como a tabulação e sistematização dos dados dos questionários de avaliação institucional foi feita pela CPA.

A sistematização e análise dos dados recebidos do *campus* foi feita por sua CSA.

Relatório

Este relatório parcial expressa o resultado do processo de discussão, análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação referente ao ano de 2015. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica e toda a sociedade. Este relatório foi construído de maneira conjunta por todos os membros da Comissão Própria de Avaliação.

As fontes de informação para elaboração deste relatório foram os relatórios de gestão, os diagnósticos de *campus* e os dados resultantes das consultas à comunidade acadêmica.

Divulgação

A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, buscará oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, serão utilizados diversos meios, tais como: apresentação nas reuniões dos Conselhos Universitários (Consuni, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe e Conselhos Diretores), documentos informativos eletrônicos, Seminário de Avaliação Institucional e disponibilização na página da Comissão Própria de Avaliação através do link documentos.

Desse processo de avaliação interna resulta o Relatório Anual de Avaliação Interna, contemplando os 5 eixos do Sinaes. Nesta perspectiva a CPA/UFT tem o papel fundamental de levar adiante os procedimentos internos de avaliação e de prestar contas, não somente ao Ministério da Educação mas à toda comunidade acadêmica, tornando estas informações públicas e desafiando as diferentes instâncias da vida institucional a refletirem sobre o seu significado para o desenvolvimento da universidade.

A divulgação do Relatório de Avaliação Interna junto à comunidade acadêmica local será realizada pelas CSA´s.

Balanço crítico do processo de autoavaliação

Após a divulgação do Relatório de autoavaliação, a CPA realizará o balanço crítico considerando as contribuições realizadas pela comunidade acadêmica ao processo de avaliação institucional.

1.3. RELATO INSTITUCIONAL

1.3.1. Breve Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Originariamente o projeto de criação da UFT contemplava a autorização de uma universidade *unicampi*, depois apresentou um projeto substitutivo, indicando a criação de uma universidade na forma *multicampi*.

Com uma estrutura multicâmpus a UFT atua em sete Câmpus no Estado do Tocantins, implantados nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, a Universidade oferece 48 cursos de graduação presenciais, na modalidade a distância são mais 26 cursos, além de 17 programas de mestrado e 4 de doutorados reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), além de vários cursos de especialização *lato sensu*, totalizando 886 docentes e 18.881 alunos.

A UFT desenvolve atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, atuando nas seguintes áreas de conhecimento :

- Ciência Animal;
- Ciências Agrárias e Tecnológicas;
- Ciências Humanas e Letras;
- Ensino de Ciências;
- Ciências Humanas;
- Ciências Humanas, Artes e Comunicação;
- Ciências Sociais Aplicadas;
- Engenharias e Computação;
- Saúde;
- Ciências Sociais;
- Gestão e Negócios
- Hospitalidade e Lazer.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, uma aspiração que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.3.2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso

Com a instituição do Sinaes buscou-se avaliar as instituições de uma forma mais abrangente, objetivando promover a melhoria da qualidade da educação superior, o

aumento permanente da sua eficácia institucional e da sua efetividade acadêmica e social.

O Sinaes integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos. Dos processos avaliativos obtém-se um conjunto de indicadores que auxiliam no acompanhamento do desenvolvimento de instituições e cursos, sendo eles:

1- Conceito Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) - em função do desempenho dos alunos, os cursos são avaliados em uma escala que vai de 1 a 5. Todos os anos algumas áreas são avaliadas de tal forma que no intervalo de 3 anos todos os cursos superiores são avaliados.

2 - Conceito Preliminar de Cursos (CPC) – avalia individualmente os cursos superiores, considerando o desempenho dos estudantes no Enade, avaliação dos alunos sobre as condições do curso, infraestrutura, corpo docente, etc. O CPC, além da nota do Enade, mede o grau de satisfação do aluno com a sua faculdade. A escala do CPC também vai de 1 a 5.

3 - Índice Geral de Cursos (IGC)— avalia a instituição de uma forma mais ampla, computando os resultados de todos os cursos no Enade, corpo docente, pós-graduação, infraestrutura, etc. O IGC faixa é calculado na escala de 1 a 5.

4 - Conceito Institucional (CI) — Avaliação *in loco* feita pelos especialistas do MEC para validar ou não o IGC. O CI varia de 1 a 5.

Apresentamos no quadro abaixo os conceitos obtidos no Enade e o CPC dos cursos da UFT no período de 2009 a 2014.

Quadro 01 - Conceitos dos Cursos 2009 a 2014

CPC faixa	CPC contínuo	Conceito Enade faixa	Nota Enade contínuo	Curso	Ano Enade
3,00	2,39	3,00	2,77	ADMINISTRAÇÃO	2009
3,00	2,46	4,00	3,38	DIREITO	2009
3,00	2,06	3,00	2,16	COMUNICAÇÃO SOCIAL	2009
3,00	2,80	3,00	2,49	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	2009
3,00	2,38	3,00	2,54	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2009
4	3,09	3	2,36	MEDICINA VETERINÁRIA	2010
SC		SC		MEDICINA	2010
4	3,51	4	3,41	AGRONOMIA	2010
SC		SC		ENFERMAGEM	2010
SC		SC		NUTRIÇÃO	2010
SC		SC		SERVIÇO SOCIAL	2010

3	2,62	3	2,30	ZOOTECNIA	2010
3	2,48	3	2,83	ARQUITETURA E URBANISMO	2011
3	2,59	2	1,35	BIOLOGIA (BACHARELADO)	2011
SC			1,99	BIOLOGIA (LICENCIATURA)	2011
3	2,34	2	1,29	BIOLOGIA (LICENCIATURA)	2011
4	3,72	4	3,70	CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)	2011
3	2,64	3	2,64	COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	2011
3	2,33	3	2,50	ENGENHARIA (GRUPO IV) - ENGENHARIA DE ALIMENTOS	2011
4	3,32	3	2,79	ENGENHARIA (GRUPO VII) - ENGENHARIA AMBIENTAL	2011
SC	3,16		2,90	ENGENHARIA (GRUPO VIII) - ENGENHARIA FLORESTAL	2011
3	2,90	3	2,59	GEOGRAFIA (BACHARELADO)	2011
3	2,86	3	2,82	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	2011
3	2,65	3	2,20	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	2011
4	3,17	3	2,55	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	2011
3	2,58	3	2,02	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	2011
4	3,46	4	3,25	LETRAS (LICENCIATURA)	2011
3	2,11	2	1,56	LETRAS (LICENCIATURA)	2011
4	3,21	4	2,99	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	2011
3	2,43	2	1,67	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	2011
SC		2	1,00	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2011
3	2,49	2	1,78	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2011
2	1,77	3	2,57	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2011
3	2,83	3	2,26	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2011
3	2,49	3	2,47	ADMINISTRAÇÃO	2012
4	3,10	5	4,00	DIREITO	2012
4	3,36	3	2,91	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	2012
2	1,91	3	2,02	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2012
4	3,51	5	4,24	TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA	2012
4	3,31	4	3,08	JORNALISMO	2012
3	2,89	3	2,74	MEDICINA VETERINÁRIA	2013
3	2,25	3	2,88	MEDICINA	2013
4	3,23	3	2,60	AGRONOMIA	2013
3	2,78	4	3,17	ENFERMAGEM	2013
3	2,84	3	2,91	NUTRIÇÃO	2013
4	3,06	3	2,83	SERVIÇO SOCIAL	2013
3	2,78	2	1,99	ZOOTECNIA	2013
3	2,270	3	2,1	ARQUITETURA E URBANISMO	2014
3	2,407	2	1,5	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	2014
3	2,384	1	1,0	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	2014
SC	SC	SC	SC	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	2014
SC	SC	1	0,7	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	2014
3	2,729	2	1,3	LETRAS-PORTUGUÊS (LICENCIATURA)	2014
3	2,198	1	0,6	LETRAS-PORTUGUÊS	2014

				(LICENCIATURA)	
3	2,699	2	1,5	FÍSICA (LICENCIATURA)	2014
SC		2	1,0	FÍSICA (LICENCIATURA)	2014
3	2,782	2	1,7	QUÍMICA (BACHARELADO)	2014
4	3,072	3	2,1	QUÍMICA (LICENCIATURA)	2014
SC		2	1,2	QUÍMICA (LICENCIATURA)	2014
4	3,108	2	1,5	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO)	2014
4	3,091	3	2,2	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	2014
SC		2	1,2	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	2014
4	3,167	2	1,8	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	2014
3	2,718	2	1,6	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	2014
SC		1	0,9	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2014
3	2,621	2	1,7	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2014
3	2,155	2	1,2	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2014
3	2,859	3	2,3	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2014
3	2,265	2	1,5	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2014
4	3,256	1	0,8	HISTÓRIA (BACHARELADO)	2014
3	2,817	2	1,7	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	2014
SC	SC	1	0,4	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	2014
3	2,738	2	1,0	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	2014
3	2,705	1	0,5	GEOGRAFIA (BACHARELADO)	2014
3	2,846	2	1,6	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	2014
SC		2	1,8	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	2014
3	2,724	2	1,9	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	2014
3	1,981	3	2,1	FILOSOFIA (LICENCIATURA)	2014
SC		2	1,6	EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)	2014
3	2,813	3	2,5	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	2014
SC		2	1,6	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (LICENCIATURA)	2014
3	2,347	2	1,8	CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)	2014
4	3,494	5	4,0	ENGENHARIA CIVIL	2014
2	1,826	2	1,4	ENGENHARIA ELÉTRICA	2014
3	2,369	2	1,4	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	2014
3	2,618	3	2,6	ENGENHARIA	2014
3	2,926	3	2,3	ENGENHARIA AMBIENTAL	2014
3	2,539	3	2,0	ENGENHARIA FLORESTAL	2014

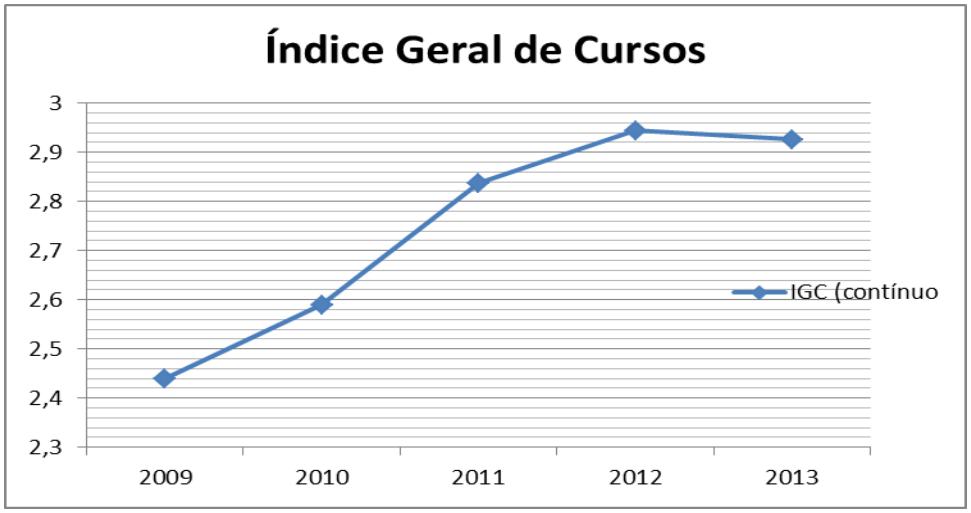
Fonte: Inep, 2015.

Percebe-se da representação dos gráfico que 95% dos cursos da UFT no período de 2009 a 2014 obtiveram conceitos entre a faixa 3 e 4 pontos.

Apresentamos no gráfico abaixo a Evolução do IGC da UFT no período de 2009 a

2013.

Gráfico 01 – Evolução do Índice Geral de Cursos



Fonte: Inep, 2015.

Com a representação da evolução do índice Geral de Cursos visualiza-se a constante evolução dos conceitos institucionais, demonstrando a melhoria da qualidade dos cursos da Instituição.

1.4. PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Em outubro de 2003 a UFT iniciou a discussão sobre Avaliação Institucional com a constituição de uma comissão para coordenar o processo de avaliação interna – Comissão Central de Avaliação da UFT. A comissão foi constituída por um representante docente de cada campus universitário (sete), dois representantes dos servidores técnico-administrativos e dois representantes dos discentes. Em abril de 2004, foi necessária a adequação à Lei 10.861 com a inserção do representante da sociedade civil para compor a CPA.

No ano de 2004 a CPA realizou dois encontros com membros do Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e com o Diretor de Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) sobre os processos para avaliação da UFT. Essas participações auxiliaram na formatação do plano de trabalho e da proposta de Avaliação Institucional da UFT proposto à comunidade universitária.

Na elaboração da proposta de avaliação institucional interna da UFT considerou-se,

como fundamental, que o processo se fundamentasse em princípios que garantissem a relevância do processo, tais como:

PARTICIPAÇÃO: faz-se necessário que a comunidade acadêmica participe do processo de elaboração, efetivação, debate e revisão dos resultados para que a universidade, como um todo, possa visualizar melhorias na instituição.

Solidariedade: a partir do processo de avaliação institucional podemos potencializar ações no sentido de que os *campi* possam obter uma visão de unidade, buscando com isto criar uma teia de solidariedade para o compartilhamento de experiências e solução de problemas, visando a melhoria da instituição.

Globalidade: o processo de avaliação institucional deve tomar a instituição como um todo, evidenciando a pluralidade e o respeito de suas características, valorizando a universidade como uma instituição voltada para os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade brasileira.

Respeito à identidade institucional: é necessário o respeito à identidade da instituição, visualizá-la e localizá-la em seu contexto institucional e social.

Não premiação e não punição: a avaliação não deve visar mecanismos de premiação ou de punição. Deve visar a melhoria da instituição.

O primeiro documento de autoavaliação da UFT construído ao longo do ano de 2004, expressava o desejo de participar do processo avaliativo da educação superior. A partir de 2005 a CPA/UFT conta com uma estrutura física própria e os recursos básicos para o desenvolvimento do processo. onde foi realizado o primeiro Seminário de Avaliação, com a participação de Diretores de *Campus*, Coordenadores de Curso, representantes discentes, técnicos administrativos e membros das Comissões Setoriais e Avaliação.

A coleta de informações acerca da imagem da UFT, junto à comunidade acadêmica, representa 14% do total de 9.020 (nove mil e vinte) membros.

Ao longo do ano de 2007 o Relatório Final 2004-2006 foi apresentado à comunidade acadêmica em diferentes momentos e neste ano se empenhou apenas em elaborar o seu regimento interno, sendo aprovado em reunião do Consuni em 04 de junho de 2008.

Em agosto de 2008 aconteceu o II Seminário de Avaliação Institucional, quando a palestrante Sandra Zakia, professora da USP, foi convidada a discutir com os membros da CPA sobre os resultados da avaliação institucional. Este momento de discussão e reflexão apontou as falhas e as lacunas do Relatório Final de Avaliação Institucional 2004-2006,

sinalizando as possibilidades para o novo ciclo de avaliação.

No segundo ciclo, 2007 a 2008, não foi possível a aplicação dos instrumentos de consulta à comunidade acadêmica em virtude da desarticulação da CPA. O Relatório consistiu na descrição das ações executadas pelas Pró-reitorias confrontadas com o PDI e PPI, já aprovados nos conselhos superiores da instituição.

No ciclo de 2009 a 2010 a Proposta de autoavaliação elaborada pela CPA previa a consulta a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico administrativos) apenas no ano de 2009, a aplicação do instrumento teve a participação de 14% da comunidade acadêmica.

No ano de 2010 encerrou-se o terceiro ciclo de avaliação. A proposta planejava a aplicação da metodologia de grupo focal, porém esta pesquisa não foi realizada, pois a CPA entendeu que metodologia não se aplica a problemática da Avaliação Institucional, por ser um universo extremamente complexo. Desta forma, o relatório de autoavaliação apresentou somente os diagnósticos dos *campi*, elaborados pelas Comissões Setoriais e os relatórios das Pró-Reitorias.

O Relatório Institucional de Avaliação referente ao ano de 2011 também foi elaborado com base nos diagnósticos dos *campus* elaborados pelas Comissões Setoriais e os relatórios das Pró-Reitorias.

Nos ciclos avaliativos de 2012, 2013 e 2014, as principais fontes de informação para a elaboração do relatório foram as seguintes:

a) relatórios das pró-reitorias e diretorias, com informações sobre as ações planejadas e realizadas durante o ano;

b) relatórios das Comissões Setoriais de Avaliação, com informações sobre estrutura física, gestão e atividades de ensino, pesquisa e extensão junto aos cursos de graduação e pós-graduação;

c) questionário de avaliação institucional aplicado para toda a comunidade universitária.

Também foram utilizadas como fontes de informação para a elaboração do relatório; os relatório de execução das ações das pró-reitorias e diretorias, com informações sobre as ações planejadas e realizadas no ano bem como os relatórios das Comissões Setoriais de Avaliação, com informações sobre estrutura física, gestão e atividades de ensino, pesquisa e extensão junto aos cursos de graduação e pós-graduação nos diversos *Campus*.

1.5. PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

Foi apontado que com a atualização do Planejamento Estratégico seria necessário um esforço sistêmico, coletivo e contínuo de todos da instituição no sentido de sensibilizar os setores acadêmicos e administrativos para que o planejamento seja implantado e os resultados esperados sejam alcançados. Neste sentido a PROAP no ano de 2015, iniciou a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para os anos de 2016-2020, que buscará ser a materialização em ações do que foi desenhado no Planejamento Estratégico da Universidade.

Foi buscado de maneira intensa a participação de toda a comunidade acadêmica na construção deste documento, com a realização de oficinas em todos os Campus, a apresentação das diretrizes do Plano nos Conselhos Diretores e, o suporte intenso da Pró-reitoria no auxílio aos campus para a composição de suas ações . O Planejamento da Universidade (PDI) esta sendo constituído a partir das ações dos campus, que elaboraram seus Planos de Desenvolvimento do Campus (PDC).

Nestes instrumentos serão apresentados a identificação dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e, metas, que tornarão a estratégia explícita o suficiente de modo que todas as pessoas envolvidas com o processo possam compreendê-la.

Com a edição deste Planos (PDI e PDC) em 2016, será dado continuidade ao trabalho de envolvimento de todos para que as ações expressas no planejamento, sejam bem executadas e, tragam resultados efetivamente positivos para a instituição.

Na condução da política de assistência aos estudantes da UFT percebeu-se que mais alguns passos foram dados no último ano, como o inicio das obras do Restaurante Universitário no Campus de Gurupi. Iniciou-se os trabalhos de discussão para a consolidação da Politica de Assistência Estudantil da UFT, com a elaboração coletiva da minuta da Politica de Assistência Estudantil da UFT.

Foi implantado, por meio do SIE, de procedimentos para acompanhamento dos estudantes contemplados pelos programas Bolsa Permanência para demonstrar, com dados consistentes, fatos relacionados ao desempenho acadêmico do estudantes, também foi implantado do setor de Controle Interno para acompanhamento das ações e procedimentos relativos à execução Politica de Assistência Estudantil da UFT.

No quesito “comunicação”, no ano de 2015 foi realizada uma pesquisa para avaliação da comunicação da UFT, na qual participaram alunos, técnicos e professores. A partir dela será construído o Plano de Comunicação da UFT.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este Eixo tem o seu foco no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES e consiste na verificação da coerência existente entre o PDI e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão.

O Eixo Desenvolvimento Institucional contempla a dimensão 1 (a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e a dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição).

2.1. MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento de planejamento e gestão que identifica a IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, missão, metas e objetivos, estrutura organizacional, diretrizes pedagógicas e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrange um período de cinco anos e está em processo de atualização na Universidade Federal do Tocantins (UFT) o PDI para o período 2016-2020.

Em 2014, a Universidade Federal do Tocantins redefiniu a sua missão, visão e valores como resultado do processo de atualização do Planejamento Estratégico 2014-2022, referenciando o contexto social e ambiental em que está inserida, na busca pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, respeito à diversidade e comprometimento com a qualidade, criatividade e inovação, responsabilidade social e equidade.

As metas e objetivos do PDI estão articulados com a missão institucional coerentes com as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural; com as práticas de extensão, considerando em uma análise sistêmica e global, os seguintes aspectos:

- diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural;
- desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições e qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social;
- inclusão social;

- ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial;
- cooperação, intercâmbio e programas de internacionalização;
- atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, oferta de componentes curriculares na modalidade presencial e semipresencial e programas de monitoria;
- acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos de graduação articulando com a pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- estímulo às produções acadêmicas e sua difusão com incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
- canais de comunicação com acesso da comunidade externa e interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros;
- programas de apoio aos estudantes com apoio psicopedagógico, acolhimento ao ingressante, acessibilidade, nivelamento e monitoria; participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
- incentivo e auxílio à participação docente em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada) e qualificação acadêmica docente;
- formação e capacitação do corpo técnico-administrativo com incentivo/auxílio para formação continuada;
- infraestrutura física (instalações administrativas, salas de aula, auditórios, salas de professores, biblioteca, laboratórios, espaços de convivência e alimentação, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

2.1.1. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e pós graduação

Em linhas gerais, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) faz o acompanhamento dos cursos de graduação oferecidos nos 7 (sete) câmpus com o apoio: às coordenações dos cursos no tocante às orientações para o pleno cumprimento dos Projetos Pedagógicos, ao aprimoramento do Controle Acadêmico e à implantação do Processo de Avaliação Institucional; aos docentes, na promoção de eventos acadêmicos que auxiliam na divulgação e, sobretudo, no desenvolvimento das atividades de ensino; e aos discentes, por meio de realização de estágios supervisionados, bem como dos programas especiais direcionados ao enriquecimento da experiência acadêmica, em consonância com a missão da Universidade. Inúmeros convênios foram realizados com instituições de pesquisa, órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, associações propiciando a inserção dos estudantes em ambientes práticos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que propiciou a ampliação da rede de contatos com empresas e instituições. Como forma de integrar os programas institucionais: PROFOR, PIM, PIMI, PMP, PET, PIBID, PMA, PRODOCÊNCIA, LIFE, foi realizado o Seminário de Programas Especiais em Educação da UFT. A PROGRAD aperfeiçoou os portais do aluno e do professor; realizou capacitação aos Coordenadores de Curso, Secretários das Coordenações e Secretarias Acadêmicas; elaborou Fluxos, Manuais e orientações sobre as normativas e rotinas acadêmicas; registrou e emitiu diplomas dos alunos da instituição e de outras IES; gerou Relatórios demonstrativos dos dados acadêmicos; acompanhou e geriu os dados do SISU e do Enade, entre outros.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) promoveu o Seminário de Iniciação Científica da UFT e auxílio para apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais por meio do Programa de Auxílio Financeiro para Eventos. O Programa Pró-Equipamentos apoiou propostas para a aquisição de equipamentos destinados a compor a estrutura de pesquisas dos Programas de Pós-Graduação. O Portal de Periódicos da UFT reúne cerca de 9 (nove) revistas científicas, bem como o periódico semestral intitulado "DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da UFT". Foi lançado edital para oferecimento de bolsas em produtividade em pesquisa, financiadas pelo CNPq; a chamada para financiamento de versões (tradução do português para o inglês) de artigos científicos. Além da realização do colóquio "Desafios da Pesquisa na Contemporaneidade" em vários câmpus da UFT. A Editora (EDUFT) lançou os primeiros

11 (onze) livros. O Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NIT) prestou esclarecimentos quanto às patentes por meio portal da UFT, folders, mídia de televisão, rádio e jornais escritos. Em 2014, foram criados 15 cursos lato sensu e implantados os mestrados profissionais em História e Letras e dois doutorados Letras e Ciências do Ambiente. Foram aprovados os Planos de Qualificação e Formação Docente (PQFD) de alguns cursos, por meio do Programa de Formação Doutoral (Prodoutoral). A Propesq instituiu o prêmio Japiassu, que tem por finalidade reconhecer e distinguir os pesquisadores da UFT com mérito na pesquisa.

2.1.2. Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais

A UFT, por meio da DAI, desenvolve uma série de atividades de cooperação com outras Instituições de Ensino Superior (IES), estimulando, assim, a Pesquisa, visando a internacionalização da Universidade. Dentre essas atividades podemos citar o estabelecimento de parceiras com várias instituições, com o objetivo de promover intercâmbios científicos, de pesquisa e culturais entre estudantes e docentes das Universidades envolvidas.

a) Na Espanha: Universidade Autônoma de Madrid, Unviersidade de Zaragoza, Universidade de Murcia

b) na França: Universidade Agroparistech, Universidade Agrocampus Ouest, Universidade Montpllier Supagro, Univ. Pierre Mendes France de Grenoble

c) em Portugal; Universidade do Minho, Universidade de Aveiro, Universidade de Lisboa, Universidade de Algarve

d) no Japão: Universidade de Toyama

e) na Argentina: Universidade Nacional de Formosa, Univ. Nacional de Rosário

f) na Colômbia: Universidad Del Tolima, Universidad de Ciências Aplicadas e Ambientais

g) na Bolívia: Universida Simón

h) nos EUA: Universidade da Geórgia, North Carolina State University, Universidade da Florida

i) na Itália: Univ. Cagliari, Univ. Deglui Studi

j) Alemanha: Universidade de Hohenheim

Programas Internacionais

Programa de estudantes - Convênio de Graduação

A UFT conta com 16 alunos do Programa com matriculas ativas, nos cursos de Medicina, Engenharia de Alimentos, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Administração.

Em razão da greve das IES federais ocorrida em 2015, há um aluno PEC-G selecionado para 2015/2, oriundo de Cabo Verde, que deverá ingressar em março de 2016.

Programa Brasil- Franca Agricultura - BRAFAGRI

A UFT participa do programa desde 2009, por meio de parceira realizada com a UNESP com um número de 07 participantes em mobilidade acadêmica. Em 2014, a UFT selecionou 02 alunos dos cursos de Medicina Veterinária, Campus de Araguaína e de Agronomia, Campus de Gurupi, enviados para mobilidade acadêmica. No ano de 2015, a UFT selecionou 01 aluno do curso de Medicina Veterinária, Campus de Araguaína.

Programa Top Espanha

Desde sua implantação no ano de 2009 até o ano de 2015, a UFT possibilitou no Programa a participação de 08 alunos, com intercâmbio cultural de 3 semanas, promovendo o aprendizado e aperfeiçoamento da língua espanhola na Universidade de Salamanca.

Programa Ibero-americanas

A UFT, a partir do segundo semestre de 2012, marca sua participação no programa ao possibilitar a mobilidade acadêmica para o exterior de 05 alunos da graduação e, receber, 05 alunos em mobilidade oriundos de instituições internacionais. Os alunos da UFT contemplados com a bolsa auxílio Ibero Graduação 2015 iniciarão sua mobilidade internacional a partir de fevereiro de 2016 com a saída de 4 discentes, e em data ainda a ser agendada, a última discente contemplada.

Programa Amazônia 2020: Programa de Bolsas de Língua espanhola e Língua Inglesa

A UFT participa do Programa de Ensino de Idiomas à Distância - cursos de inglês e espanhol desde 2011, atendendo até o ano de 2013 um número de 998 alunos, técnicos e

professores no curso de Inglês e 799 no curso de espanhol. No ano de 2014 e 2015, o Programa não abriu edital de seleção para os referidos cursos.

Bolsa Ibero-américa jovens professores e investigadores

A UFT participou do processo de seleção no ano de 2013, tendo sido selecionados 04 professores que fizeram a opção para realizar a mobilidade acadêmica em 2015. No ano de 2015 foram selecionados 3 professores, que estarão realizando as atividades de pesquisa a partir de janeiro de 2016. Totalizando 7 professores da UFT contemplados com a bolsa de pesquisa durante o período de vigência do Programa.

Programas institucionais de bolsas Santander livre para professores

Desde seu ingresso no programa, a UFT possibilitou a mobilidade de 02 pesquisadores no ano de 2013 e de 01 pesquisador para o ano de 2014 e 03 para 2015.

Programa Erasmus Mundus

No âmbito do Programa Erasmus Mundus, a UFT participa como parceira em dois Programas – IBrasil e EBW+.

IBRASIL

O projeto é implementado de acordo com a estrutura do Erasmus Mundus, Ação 2 – VERTENTE 1, Lote 16, Brasil. No total, 177 bolsas de estudos estão disponíveis para mobilidades de estudantes e membros da equipe do Brasil para a Europa e vice-versa. No âmbito do programa IBRASIL, a UFT possibilitou 02 mobilidades acadêmicas de alunos de graduação que pertencem aos cursos de Bioprocessos e Biotecnologia, do Campus de Gurupi. O projeto atualmente encontra-se em processo de seleção do 3º Cohort para mobilidade em 2016.

EBW +

O projeto prevê 151 mobilidades do Brasil para a União Europeia. Com estas bolsas, estudantes, pesquisadores e membros de pessoal acadêmico e administrativo podem realizar um período de estudos, pesquisa ou trabalho, respectivamente, numa das instituições parceiras europeias deste consórcio de Universidades. É importante ressaltar o projeto oportunizou a pela primeira vez a mobilidade acadêmica da Área de Humanas, tendo a participação de 02 alunos do Curso de Teatro e 01 de Pedagogia. Em relação a

participação de Pessoal do Quadro Administrativo, o projeto possibilitou o aperfeiçoamento de um técnico da área de Recursos Humanos. O projeto encontra-se em processo de seleção para mobilidade em 2016.

Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras

A participação da UFT no Programa de alianças para a Educação e Capacitação (PAEC) ocorreu em 2014 com o ingresso de 3 alunos nos cursos de mestrado em Desenvolvimento Regional e Produção Vegetal.

No âmbito do programa de Bolsas de Pós-graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais Brasil-México (PROPAT), a UFT recebeu o total de 10 alunos, sendo 03 para 2014 e 07 em 2015, para os cursos de mestrado em Produção Vegetal, Ciências Florestais e Ambientais e Biotecnologia

Ciências sem Fronteiras

No Programa a UFT desde seu início na participação no programa em 2012 possibilitou a mobilidade de 134 alunos da graduação em atendimento aos editais CAPES e CNPQ. Por meio dos editais da Capes, a UFT possibilitou a mobilidade de 102 alunos e, por meio dos editais do CNPQ, 33 alunos realizaram e/ou realizam a mobilidade acadêmica.

Idiomas sem Fronteiras

No ano de 2015, a UFT desenvolveu a aplicação de Teste de Proficiência TOEFL ITP com 02 demandas semestrais, totalizando 2.615 vagas ofertadas durante o ano de 2015. Além disso, o Núcleo de Línguas realizou 08 ofertas para cursos presenciais nos campi de Palmas e Araguaína, objetivando a preparação para prova do TOEFL e mobilidade acadêmica internacional. Foram realizadas também Oficinas Preparatórias para Exame TOEFL ITP nos campi de Araguaína, Palmas e Porto Nacional.

Além das ações no âmbito dos programas descritos acima, a Diretoria de Assuntos Internacionais (DAI) realizou também:

- Palestra “Teste de Proficiência TOEFL IBT e GRE”, realizada nos dias 29 e 30/10/2015, pela Diretora da ETS.
- Participação no Encontro Nacional de coordenadores IsF-Inglês realizado no Ministério da Educação no mês de junho de 2015.

- Participação das Equipes do "Idiomas sem Fronteiras" e Diretoria de Assuntos Internacionais no I Encontro Internacional do Programa Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização e Multilinguismo.
- Implementação do Projeto de Recepção de Alunos Estrangeiros – registrado na PROEX com o título Grupo de Apoio a Estrangeiros (GAE)
- Inserção da UFT no Diretório Mundial de Escolas Médicas (*World Directory of Medical Schools*).
- Tradução em Língua Inglesa de Informações Institucionais sobre cursos de Graduação e Pós-Graduação para elaboração do Catálogo Institucional– projeto em andamento.
- Processo de Seleção do PROJETO IBRASIL – 3º cohort (em andamento) - Bolsas para mobilidade ou formação integral em algumas Universidades da Europa, com o apoio da Comissão Européia por meio do Programa Erasmus Mundus.
- Processo de Seleção PROJETO EURO-BRASIL WINDOWS 2º cohort (em andamento) - Bolsas para mobilidade ou formação integral em algumas Universidades da Europa, com o apoio da Comissão Européia por meio do Programa Erasmus Mundus, juntamente com os parceiros envolvidos e participação da reunião de orientação para o lançamento e divulgação do processo de seleção do Programa.
- Projeto de Desenvolvimento de Aplicativo Mobile para a divulgação das atividades da Diretoria de Assuntos Internacionais e Idiomas sem Fronteiras/UFT. O projeto encontra-se cadastrado na Propesq.

2.1.3. Coerência entre o PDI e as atividades de extensão

Com relação às práticas de extensão, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) junto com os cursos de graduação realizaram intercâmbio cultural, peça teatral e o X Seminário de Arte, Comunicação e Cidadania. O programa UFT CIDADANIA cumpriu demandas de comunidades locais, municípios do Tocantins e parcerias com prefeituras; União dos Estudantes Indígenas do Tocantins (UNEIT); Movimentos Sociais e Populares do Tocantins; Movimentos Estudantis e Sociais. No que se refere à inclusão social e o desenvolvimento econômico, destacaram-se os seguintes programas: Centro de Referência em Cidadania e Direitos Humanos; de Criação

Incubadora de Cooperativas Populares e Fomento à Economia Solidária no Município de Araguaína/TO; Incubadora de Empresas da UFT (INUFT); Universidade da Maturidade (UMA); Acesso Democrático à Universidade e Acompanhamento Pedagógico (PADU); Um Computador Por Aluno (PROCA-TO); Dialógico de Acesso e Permanência das Comunidades Indígenas e Quilombolas na Universidade (PADIQ); 3 Palitos: Oficinas, Cultura e Formação; entre outros.

2.1.4. Coerência entre o PDI e as ações institucionais

Para o funcionamento da instituição, a gestão institucional considera de forma sistêmica aspectos como autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.

A gestão da Universidade é realizada por meio dos Conselhos Superiores: Conselho Universitário (CONSUNI) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo máximo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a funcionar como instância de deliberação superior e de recurso. Tem a seguinte constituição: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores de *Campus*, 2 (dois) representantes da comunidade discente, 2 (dois) representantes da comunidade docente, 2 (dois) representantes da comunidade de servidores técnico-administrativos.

O Conselho Universitário se reúne ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado pelo Reitor ou a requerimento da maioria dos seus membros, com indicação dos motivos da convocação. O comparecimento às reuniões do Conselho Universitário é obrigatório.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica e tem a seguinte constituição: Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores, todos os coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *Stricto Sensu*, 1/5 (um quinto) de representação do corpo discente (referente aos demais membros do Conselho), um representante do corpo docente, um representante do corpo técnico-administrativo. Reúne-se ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado pelo Reitor ou a requerimento da maioria dos seus membros. O comparecimento às reuniões do Conselho é obrigatório, com preferência sobre qualquer outra atividade universitária.

Portanto, os Conselhos Superiores – CONSUNI e CONSEPE – no que concerne ao seu funcionamento, representação e autonomia, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários de órgãos colegiados. Assim, atuam de forma efetiva em suas atribuições, com critérios definidos sobre a participação de docentes, discentes, funcionários, representantes da sociedade civil, regularidade de funcionamento, grau de autonomia, recondução de seus membros e periodicidade de reuniões. As atas das sessões são elaboradas pela Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores e estão arquivadas na Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS).

Também, ressalta-se que o Campus Universitário é uma unidade administrativa e tem como órgão deliberativo um Conselho Diretor, formado por: Diretor do Campus, seu presidente; Coordenadores de Curso; um representante do corpo docente; um representante do corpo discente de cada curso; um representante dos servidores técnicos administrativos. O Conselho Diretor reúne-se ordinariamente, uma vez por mês, podendo ser convocado extraordinariamente pela maioria dos seus membros ou pelo Diretor do Campus.

RESOLUÇÕES CONSUNI - APROVADAS EM 2015

22-2015 - Alteração da Resolução Consuni nº 17-2013 - Redistribuição Docente

24-2015 - Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2016

18-2015 - Relatório Anual - FAPTO - Exercício 2014

17-2015 - Homologação dos Nomes Membros da FAPTO

11-2015 - Nomeação Câmpus de Arraias - Prof. Sérgio Jacinto Leonor

12-2015 - Alteração da Resolução Consuni n.º 18-2009 - Afastamento para o exterior

16-2015 - Alteração do Estatuto da UFT

19-2015 - Calendário Acadêmico PARFOR 2016

20-2015 - Programa de Formação e Desenvolvimento dos Técnico-Administrativos da UFT

15-2015 - Calendário Acadêmico UFT Pós-Greve 2015

14-2015 - Alteração da Resolução Consuni n.º 07-2015 - SISBIB

07-2015 - SISBIB - Revoga a Resolução Consuni 19-2009 - Alterada pela 14-2015

13-2015 - Alteração da Resolução Consuni n.º 03-2011 - Normas para Convênio-Contrato UFT x FAPTO

10-2015 - Calendário Acadêmico 2015 - Curso de Medicina - 7º e 8º Períodos

05-2015 - Relatório de Gestão 2014 - UFT

09-2015 - Normativa Técnica Orçamentária

08-2015 - Plano Distribuição Orçamentária 2015

06-2015 - Regimento CGTI

01-2015 - Calendário Acadêmico UFT - 2015

03-2015 - Normativa para Ingresso na Carreira de Prof. Titular-Livre do Magistétio Superior

04-2015 - Alteração da Resolução Consuni n.º 26-2014 - Eleição Coordenador e Coordenador Substituto, biênio 2015-2017, Educação do Campo, Arraias

02-2015 - Normativa de eleição para Diretor de Câmpus, Mandato-2015-2019 - Arraias, Gurupi, Palmas e P. Nacional

RESOLUÇÕES CONSEPE – APROVADAS EM 2015

32-2015 - Auxílios para apresentação de trabalhos em eventos no Brasil e Exterior (Revoga a 04-2004 e a 02-2007 do Consepe)

25-2015 - Instituto de Atenção às Cidades

24-2015 - Instituto de Pesquisa em Educação - IPEX-EDU

20-2015 - Revalidação de Diplomas de Instituições Estrangeiras

16-2015 - Especialização em Economia Solidária, Câmpus de Palmas

33-2015 - Altera a Resolução 13-2015 -Afastamento de Docente da UFT

13-2015 - Afastamento de Docente da UFT em Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pós-Doc - Alterada pela 33-2015

18-2015 - Padi

29-2015 - Instituto de Pesquisa e Extensão Comunicação, linguagens e Sociedade - IPEX-COLIS

22-2015 - Alteração da Resolução 14-2015 - CidiC

21-2015 - Tabela de Equivalência de Disciplinas Ciência da Computação, Palmas

14-2015 - Núcleo de Pesquisa e Extensão - CIDiC - Alterada pela Resolução 22-2015 do Consepe

31-2015 - Remoção Docente Revoga a 10-2007

19-2015 - Normativa Cursos de Mestrado e Doutorado em regime de Co-Tutela

17-2015 - Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social

15-2015 - Especialização em Ensino de Comunicação-Jornalismo - Temas Contemporâneos, C. de Palmas

12-2015 - Tabela de Equivalência de Disciplinas Medicina Veterinária, Câmpus de Araguaína

11-2015 - Tabela de Equivalência de Disciplinas Zootecnia, Câmpus de Araguaína

04-2015 - Regulamento do TFG de Arquitetura e Urbanismo, PPC versão 2001

09-2015 - PADU e PADIQ

08-2015 - Alteração do Ementário do PPC de Psicologia, Câmpus de Miracema

10-2015 - Pós Lato Sensu Especialização em Educação Infantil, Câmpus de Arraias

07-2015 - Atualização do PPC de Ciências Contábeis, Câmpus de Palmas

06-2015 - PPC do Curso Superior de Tecnologia emTurismo Patrimonial e Socioambiental, Câmpus de Arraias

05-2015 - PPC de Bacharelado em Jornalismo, Câmpus de Palmas

03-2015 - Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva - PAEI-UFT

02-2015 - Alteração da Resolução Consepe n.º 28-2009 - PIBID

01-2015 - 5.ª Edição Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade, Câmpus de Palmas

Entre as mudanças positivas, destacam-se a atualização do Planejamento Estratégico para o período 2014 a 2022, que servirá de base para a construção dos planos de ação anuais de cada Pró-Reitoria, cada Campus e para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para os anos de 2016 a 2020.

Os 5 (cinco) eixos do SINAES foram utilizados como grandes eixos para orientar os processos internos e, auxiliam nos parâmetros, na contextualização e na construção do cenário da instituição, contribuindo para uma análise substancial da realidade. Com a reestruturação do PDI, será necessário um esforço sistêmico, coletivo e contínuo de todos da Instituição no sentido de sensibilizar os setores acadêmicos e administrativos para a sua implantação e os resultados esperados sejam alcançados.

As atividades de cada Pró-Reitoria estão detalhadas nas dimensões específicas deste relatório.

2.1.5. Medidas relativas à acessibilidade

O presente relatório refere ao conjunto de ações desenvolvidas pela Universidade, Através do PAEI- Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva da UFT , no que se refere à implantação e consolidação das ações de inclusão no Ensino Superior. A perspectiva das ações de inclusão objetivam contribuir para que o ensino seja mais

inclusivo numa direção que contribua para por fim a estigmatização das pessoas com deficiência.

A questão da inclusão é fundamental para a UFT devido ao entendimento de que o Estado do Tocantins, situado na região norte do país, apresenta uma interessante diversidade de sujeitos que não podem ficar a margem do Ensino Superior.

A UFT tem se esforçado para que os Cursos de Graduação favoreçam novas metodologias e estratégias adequadas que possam promover ações que garantam ao corpo docente e técnico-administrativo a capacitação, preparação para o atendimento adequado das pessoas com deficiência na UFT. Além disso, tem sido prática desta Universidade, por meio da PROEST (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) a oferta de bolsas aos alunos com deficiência, incentivando-os a participarem efetivamente de pesquisas, grupos de pesquisas, além da oferta de monitorias para alunos não deficientes que passam a atuar com acadêmicos com deficiência, com supervisão das equipes do PAEI, PROGRAD e PROEST.

Em relação aos Cursos de Graduação, a UFT também se propõe a oferecer apoio ao professor, no que se refere à orientação e capacitação em educação inclusiva e para isso disponibiliza ações como: produção de material ampliado para os alunos com baixa visão e material em Braille para os acadêmicos com cegueira total, para a realização das avaliações. A responsabilidade de coordenação dessas ações fica por conta dos servidores do PAEI, que em sua equipe conta com Pedágogo, Intérpretes de Libras e estagiários. O PAEI assume a responsabilidade de disponibilizar ao aluno um ambiente adequado para atendimento, oferecendo sala individual, quando necessário, prova ampliada (baixa visão), prova em Braille (cegueira total), ledor (cegueira total e baixa visão), acréscimo de tempo para a realização da prova, de acordo com as necessidades dos alunos, monitores, estagiários e intérpretes de LIBRAS.

Ações desenvolvidas e em desenvolvimento até o ano de 2015

Cursos: Libras I e Libras II

Ensino do Português como segunda língua

Curso básico de signwritting (para surdos)

Curso básico de signwritting (para ouvintes)

Português para surdos

Adaptação de recursos didáticos - pedagógicos para pessoas com deficiência Visual

Introdução à escrita e leitura do sistema Braille.

Estudo da escrita Braille para a Língua Portuguesa; Matemática; Química; Informática.

Estudo sobre as Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille.

Produção de recursos didáticos para Pessoas com baixa visão.

Adaptação em relevo para deficientes visuais.

Adaptação/transcrição de materiais didáticos em Braille.

Tecnologias assistivas voltados para deficiente visual.

Sistemas informatizados voltados para deficientes visuais: DOSVOX; NVDA, DAYSE.

Introdução à Internet para deficientes visuais.

Criação do Curso Letras-LIBRAS – Câmpus de Porto Nacional.

Produção de material didático-pedagógico e oferta de recursos aos participantes do Programa

Produção de material ampliado para os alunos com baixa visão e material em Braille para os acadêmicos com cegueira total;

Para a realização das avaliações UFT disponibiliza ao aluno um ambiente adequado oferecendo sala individual, quando necessário, prova ampliada (baixa visão), prova em Braille (cegueira total), ledor (cegueira total e baixa visão), acréscimo de tempo para a realização da prova de acordo com as necessidades dos alunos, e intérprete de LIBRAS;

Disponibilização de recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos professores destes alunos, visando facilitar a sua convivência, bem como o seu processo de ensino-aprendizagem;

Seleção, orientação e coordenação de monitores, estagiários e intérpretes de LIBRAS;

Apoio especializado ao aluno com deficiência, de forma a assegurar o seu percurso escolar universitário;

Suporte à implantação de medidas de acessibilidade nos Câmpus da UFT, de forma a permitir o acesso destes alunos aos vários espaços acadêmicos;

Desenvolvimento de pesquisas permanentes sobre os avanços referentes às tecnologias que possam facilitar a inclusão dos alunos na Universidade.

Participação no I FORUM DIREITOS LINGUÍSTICOS DO TOCANTINS: 13 ANOS DA LEI DE IBRAS contou com a participação dos Intérpretes de Libras da UFT com vista à composição da equipe responsável. O evento teve como objetivo favorecer a

disseminação da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS favorecendo aos participantes mais conhecimento sobre os direitos humanos das pessoas surdas.

No ano de 2015, a UFT passou a integrar, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência acompanha, avalia, propõe políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, articulando junto com a Gerência de Políticas e Proteção da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Defesa e Proteção Social do Estado do Tocantins.

Estratégias para promover a inclusão e sensibilizar a comunidade

A UFT tem atuado no sentido de sensibilizar a comunidade e promover a inclusão através das seguintes ações:

Suprir a demanda de professores com formação em Libras na UFT e em atendimento ao Decreto n. 5.626/2005, que insere a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular obrigatória, nos Cursos de Licenciatura e optativa, nos bacharelados e tecnológicos, foram e estão sendo realizadas as ações:

Posse de um professor com surdez, no Câmpus de Arraias (Curso de Pedagogia), que ministrou o Curso de Extensão em Libras.

Criação do Curso de Licenciatura em Libras, no Câmpus de Porto Nacional; com concurso para 15 professores que implantarão o Curso de Libras - Língua Portuguesa, a oferta do Curso de Libras para 57 turmas do PARFOR.

Realização de concurso público com 10 vagas para o cargo de Tradutor e intérprete de LIBRAS, com lotação em todos os Câmpus;

Criação de grupos de estudos sobre diversidade e inclusão para promover a discussão sobre o tema e consequentemente favorecer a realização de pesquisas na área.

Reorganização curricular dos Cursos de Graduação do Câmpus da UFT, por meio da criação de duas disciplinas Libras e Educação Especial, debates sobre os direitos das pessoas com deficiência;

Censo das pessoas com deficiência que se encontram nas cidades onde há o Câmpus da UFT, com a finalidade de identificá-los, saber o nível de escolaridade e suas expectativas para o futuro;

Educação de Jovens e Adultos com deficiência;

Adequações na Estrutura Arquitetônica da UFT. (Implantação de elevadores, calçadas, eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; vagas para deficientes e pisos com orientação).

Construção de rampas com corrimões ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;

Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras de rodas;

Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;

Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

No Eixo "Políticas Acadêmicas" analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

Este Eixo contempla as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

3.1. – POLÍTICAS PARA O ENSINO DA GRADUAÇÃO

A busca pela excelência no ensino superior é a principal meta da Pró-reitoria de Graduação (Prograd) e isso exige um complexo planejamento e execução de ações, fruto de discussões e diálogos permanentes com a comunidade acadêmica, cujos resultados refletem a própria trajetória de consolidação e amadurecimento da Universidade Federal do Tocantins.

A Prograd realiza o acompanhamento dos atuais 61 (sessenta e um) cursos de graduação oferecidos nos 7 (sete) Câmpus da UFT, oferecendo apoio integral às coordenações dos cursos no tocante às orientações para o cumprimento dos Projetos Pedagógicos, ao aprimoramento do Controle Acadêmico e à implantação do Processo de Avaliação Institucional. Todo trabalho realizado é direcionado ao enriquecimento da experiência acadêmica, em consonância com a missão da Universidade de formar "cidadãos críticos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia".

3.1.1. Atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação

O processo de ampliação de cursos e a reestruturação curricular passam necessariamente por um processo de acompanhamento e avaliação da implantação dos novos cursos e de atualização dos projetos pedagógicos. A Pró-reitoria de Graduação, através das atividades desenvolvidas na Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da

Graduação, atuou na regulação e avaliação dos cursos de graduação de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins, para serem implantados, seguem o seguinte trâmite:

a) Aprovação do Colegiado do Curso de Graduação;
b) Aprovação do Conselho Diretor do câmpus;
c) Emissão de Parecer Técnico da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD);
d) Emissão de Parecer Técnico da Comissão de Implantação de Cursos de Graduação (caso seja o um novo curso de graduação);
e) Análise da Câmara de Graduação do CONSEPE;
f) Aprovação do CONSEPE.

Quadro 02 - Aprovação de Projetos Político Pedagógico

Alterações/ Migrações em 2015

Resolução CONSEPE – 06/2015	Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Turismo Patrimonial e Socioambiental (*câmpus* de Arraias)
Resolução CONSEPE – 05/2015	Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Jornalismo (*câmpus de* Palmas)
Resolução CONSEPE – 07/2015	Dispõe sobre a alteração na Resolução nº 10/2010 do Consepe – Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (*câmpus* de Palmas)
Resolução CONSEPE – 08/2015	Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Psicologia (*câmpus* de Miracema)
Resolução CONSEPE – 04/2015	Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Arquitetura e Urbanismo (*câmpus* de Miracema)

Fonte : Relatório PROGRAD (2015)

Cumpre ressaltar que a regularidade dos cursos é imprescindível para garantir aos discentes as condições de exercício de sua profissão, assim como para contribuir com os resultados dos processos avaliativos do Sinaes.

3.1.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Parecer nº 4/2010 do CONAES ressalta que "O NDE deve ser considerado não como exigência ou requisito legal, mas como elemento diferenciador da qualidade do

curso, no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo docente e Projeto Pedagógico do Curso".

De acordo com a resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010:

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 2º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

3.1.3. Estágios Curriculares

Como forma de ampliar a relação com o mundo do trabalho e consolidar as ações dos cursos relativas aos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, a partir da Lei 11.788/2008, foram estruturadas as Centrais de Estágio em cada um dos Câmpus e implantado o sistema de seguro contra acidentes pessoais a todos os alunos que realizam atividades de estágio curricular obrigatório.

Foram estabelecidos vários convênios com instituições de pesquisa, órgãos governamentais, empresas públicas e privadas e associações por meio do projeto "Apoio Técnico ao Relacionamento com as Empresas para Identificação de Campos de Estágio não Obrigatório e Obrigatório". Foram desenvolvidas ações com o intuito de inserir os estudantes em ambientes práticos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que propiciou a

ampliação da rede de contatos com empresas e instituições. Também foram intensificados os contatos com as escolas da educação básica de todo o estado do Tocantins, buscando inserir os estudantes nos processos de ensino de suas cidades de origem.

A partir das orientações da Lei nº 11.788/2008, a Pró-reitoria de Graduação implantou o sistema seguro para todos os estudantes em atividades de estágio em cursos de graduação e pós-graduação.

3.1.4. Acompanhamento dos Egressos

O processo de acompanhamento e avaliação dos egressos permite que a Instituição, em conjunto com os colegiados, avaliem os projetos pedagógicos dos cursos frente às situações enfrentadas pelos egressos junto ao mercado de trabalho e contribui de maneira decisiva para a melhoria da formação oferecida para a definição de políticas institucionais, além de ser considerado e utilizado como elemento transformador, indo além de sua função diagnóstica.

Cada curso de graduação da Universidade Federal do Tocantins, através do seu Projeto Político Pedagógico, com fundamento nas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação, estabelece o perfil do egresso. A construção de uma base de dados sobre o ex-aluno permitirá uma análise através da qual será possível afirmar se os perfis propostos nos Projetos Político-Pedagógicos são condizentes, numa visão global com a realidade, trazendo para os coordenadores e professores condições para transformarem positivamente suas metodologias e objetivos.

No ano de 2015, como forma de acompanhamento deste alunos foram realizadas as seguintes ações:

- Atualização do mapeamento dos egressos dos cursos de graduação;
- Atualização do Portal do Egresso (http://exaluno.uft.edu.br/), onde estão disponibilizadas notícias da UFT e oportunidades para os egressos, tais como informações sobre editais de cursos de pós-graduação, concursos, eventos, etc.
- Em desenvolvimento um link com o intuito de realizar enquetes que viabilizem um melhor conhecimento do perfil do egresso da UFT.

3.1.5. Parfor – Programa de Formação de Professores da Educação Básica

O Parfor induz e fomenta a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País. O programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

- Licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;
- Segunda Licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de educação básica; e
- Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

A Universidade Federal do Tocantins assinou o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de educação do Estado do Tocantins e o Ministério da Educação, em 28 de maio de 2009. Os cursos iniciaram no primeiro semestre de 2010.

Quadro 03 - Demonstrativo Cursos PARFOR

CÂMPUS	CURSOS	ANO/ INGRESSO	INGRESSANTES (MATRICULADOS)	FORMADOS	DESVINCULADOS*	VINCULADOS
ARAGUAÍNA	GEOGRAFIA	2010/1	44	23	21	-
		2010/2	23	11	-	12
		2012/1	35	-	-	35
		TOTAL	102	34	21	47
	HISTÓRIA	2010/1	26	10	16	-
		2010/2	16	08	01	07
		2012/1	26	-	-	26
		TOTAL	68	18	17	33
	LETRAS – LPL	2010/01	33	23	10	-
		2010/01	24	15	09	-
		2012/1	55	-	08	47
		2014/2	27	-	01	26
		TOTAL	139	38	38	73
	LETRAS – LIL	2010/1	21	06	15	-
		2012/2	27	-	-	27
		TOTAL	48	06	15	27
CÂMPUS	CURSOS	ANO/ INGRESSO	INGRESSANTES (MATRICULADOS)	FORMADOS	DESVINCULADOS*	VINCULADOS
ARAGUAÍNA	MATEMATICA	2010/1	37	09	28	
		2010/2	22	07	10	05
		2012/1	30	-	-	30
		TOTAL	89	16	38	35
	PEDAGOGIA	2010/2	38	-	07	31
		2011/1	31	-	-	31
		2012/1	38	-	01	37

		2012/2	25	-	-	25
		TOTAL	132	-	08	124
ARRAIAS	MATEMATICA	2010/2	23	08	07	08
		TOTAL	23	08	07	08
	PEDAGOGIA	2010/1	41	33	08	-
		2013/2	25	-	-	25
		2014/2	17	-	-	17
		TOTAL	83	33	08	42
GURUPI	BIOLOGIA	2010/2	22	07	02	13
		2011/2	05	-	-	05
		2012/1	16	-	-	16
		TOTAL	43	07	02	34
	GEOGRAFIA	2010/2	25	14	-	11
		TOTAL	25	14	-	11
	MATEMATICA	2010/2	31	20	01	10
		TOTAL	31	20	01	10
MIRACEMA	EDUCAÇÃO FÍSICA	2010/2	39	27	02	10
		TOTAL	39	27	02	10
	HISTÓRIA	2010/2	26	21	-	05
		2012/2	26	-	-	26
		TOTAL	52	21	-	31
	PEDAGOGIA	2010/1	41	24	17	-
		TOTAL	41	24	17	-
	ARTES -TEATRO	2010/1	30	15	15	-
		2012/1	31	-	02	29
		2014/2	21	-	-	21
		TOTAL	82	15	17	50
	INFORMÁTICA	2011/1	30	-	03	27
		2011/2	33	-	-	33
		2012/2	22	-	-	22

PALMAS		TOTAL	85	-	03	82
	MATEMÁTICA	2010/2	20	16	01	03
		2012/1	35	-	-	35
		2012/2	19	-	-	19
		2014/2	23	-	01	22
		TOTAL	97	16	02	79
	PEDAGOGIA	2010/1	37	23	14	-
		2010/2	25	03	-	22
		2011/1	34	-	01	33
		2012/1	34	-	01	33
		2012/2	35	-	-	35
		2013/2	38	-	-	38
		TOTAL	203	26	16	161
CÂMPUS	CURSOS	ANO/ INGRESSO	INGRESSANTES (MATRICULADOS)	FORMADOS	DESVINCULADOS*	VINCULADOS
PORTO NACIONAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2010/1	22	07	15	-
		2010/2	25	-	06	19
		TOTAL	47	07	21	19
	GEOGRAFIA	2010/2	21	11	06	04
		TOTAL	21	11	06	04
	HISTORIA	2010/1	27	12	15	-
		TOTAL	27	12	15	-
	LETRAS – LPL	2010/1	26	21	05	-
		2012/1	30	-	08	22
		TOTAL	56	21	13	22
	LETRAS – LIL	2010/2	23	17	06	-
		TOTAL	23	17	06	-
TOCANTINÓPOLIS	PEDAGOGIA	2010/1 2010/1	39 41	18 20	21 22	- -
		2010/2	14	09	02	02

		TOTAL	94	46	45	02
TOTAL GERAL			1.650	438	308	904

Fonte: Relatório PROGRAD/2015

Quadro 04 - Demonstrativo Cursos PARFOR

Ano	Licenciatura	Câmpus	Ingressantes
2016/1	LETRAS – LIBRAS	PORTO NACIONAL	32
2016/1	INFORMÁTICA (2ª)	PALMAS	24

Fonte: Relatório PROGRAD/2015

Quadro 05 - Cursos previstos para conclusão em 2015/2 e 2016/1

Câmpus	Curso	Nº de turmas
Araguaína	Geografia	**01**
	História	**01**
	Matemática	**01**
	Pedagogia	**02**
	Letras LPL	**01**
	Letras LIL	**01**
Gurupi	Biologia	**01**
Miracema	História	**01**
Palmas	Artes – Teatro	**01**
	Matemática	**02**
	Informática	**01**
	Pedagogia	**02**
Porto Nacional	Letras LPL	**01**
	Letras LIL	**01**
Total de turmas		**17**

Fonte: Relatório PROGRAD/2015

3.1.6. Centro de Idiomas

O Centro de Idiomas oferece sete modalidades de cursos regulares em línguas estrangeiras. A oferta é referente aos cursos de Inglês, Francês, Espanhol, Italiano, Japonês, Mandarim e Inglês Instrumental (para concursos, vestibulares, mestrados e doutorados).

Os cursos são abertos à comunidade interna e externa e tem vagas limitadas.

3.1.7. Programas para melhoria do ensino e da aprendizagem

A Pró-reitoria de Graduação, por meio da Diretoria de Programas Especiais em Educação, busca o fortalecimento do ensino nos cursos de graduação, abrangendo as atividades de aperfeiçoamento docente e discente.

No ano de 2015 foi dada a continuidade ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de 10 (dez) programas implantados, a saber:

- Programa de Formação Docente Continuada (Profor);
- Programa Institucional de Monitoria (PIM);

- Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi);
- Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi);
- Programa de Monitoria Permanência (PMP);
- Programa de Educação Tutorial (PET);
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid);
- Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional e Regional (PMA);
- Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência);
- Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life).

3.1.7.1. Programa de Formação Docente Continuada (Profor)

O Profor é um programa que visa contribuir para a difusão da prática pedagógica reflexiva a partir da construção de diálogos abertos entre as instâncias responsáveis pelo ensino de graduação na UFT. De acordo com a Prograd, a iniciativa pretende se tornar parte integrante da política educacional da instituição, além de uma atividade voltada para a progressão na carreira docente.

O programa se alicerça nos seguintes objetivos:

- Estimular o processo de reflexão crítica do docente sobre a prática pedagógica e em sua vivência, buscando caminhos para a construção de uma aprendizagem significativa;

- Incentivar trocas de experiências e projetos que agreguem docentes e cursos, favorecendo a interdisciplinaridade;

- Respeitar as especificidades de cada curso e suas distintas relações com o processo ensino-aprendizagem;

- Incluir as discussões inerentes ao exercício da profissão docente no debate acerca do ensino e seus processos;

- Proporcionar ao professor o conhecimento sobre a dinâmica acadêmica e administrativa da instituição, apoiando e facilitando as ações e tomadas de decisões que permeiam a rotina do ensino de graduação.

O objetivo do curso é oportunizar à comunidade acadêmica um momento de intensos debates e reflexões sobre a complexidade e os desafios do magistério superior.

A realização do curso prevê encontros presenciais e à distância, com atividades a serem desenvolvidas pelos participantes nos seus cursos, como a participação no Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O curso de formação foi dividido em dois módulos: o primeiro, realizado em outubro de 2014, nos Câmpus de Palmas e Araguaína; o segundo módulo foi realizado no mês de janeiro de 2015.

Quadro 06 - Dados gerais do Programa de Formação Docente Continuada 2º Módulo

DADOS GERAIS	CÂMPUS						
	ARRAIAS	**ARAGUAÍNA**	**GURUPI**	**MIRACEMA**	**PALMAS**	**PORTO NACIONAL**	**TOCANTINÓPOLIS**
Quantidade de professores participantes	09	19	12	06	53	07	09
TOTAL PARTICIPANTES	**115**						

Fonte: Relatório PROGRAD/2015

3.1.7.2. Programa Institucional de Monitoria (PIM)

O programa visa incentivar a participação do acadêmico nas atividades universitárias, despertando seu interesse pela docência, além de propiciar ao discente a possibilidade de utilizar seu potencial, assegurando-lhe uma formação profissional qualificada.

O PIM da UFT constitui-se de dois tipos de monitores: remunerado e não remunerado, ao aluno remunerado, o Programa oferece uma bolsa no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

As atividades de monitoria referente ao semestre 2014/2 tiveram início no final do ano de 2014 finalizando em abril de 2015. Com relação às atividades de monitoria do 1º semestre de 2015, foram lançados dois Editais: Edital nº 52/2015 para os cursos que não aderiram à greve (Medicina Veterinária e Zootecnia – Câmpus de Araguaína; Agronomia, Engenharia Florestal, Química Ambiental e Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia – Câmpus de Gurupi; e Medicina – Câmpus de Palmas) com início das atividades em agosto de 2015 e término em outubro do mesmo ano e o Edital nº 85/2015 para os cursos que

aderiram à greve com início em novembro de 2015 e previsão de término em 2016 de acordo com o calendário de cada Câmpus.

Em 2015 também foi lançado o Edital nº 86/2015 referente ao 2º semestre de 2015 que contemplou somente àqueles cursos, mencionados no parágrafo anterior, que não aderiram à greve, iniciando suas atividades em novembro de 2015 com previsão de término em 2016 de acordo com o calendário de cada Câmpus.

Demonstramos abaixo o total de monitores contemplados pelo Programa por Câmpus/Curso e semestre, bem como o valor gasto com pagamento das bolsas de monitoria.

Quadro 07 - Demonstrativo de Bolsas por Campus/Semestre

CAMPUS	Monitores (2014/2)	Monitores (2015/1)	Monitores (2015/2)
Araguaína	84	74	37
Arraias	5	6	-
Gurupi	62	52	56
Miracema	11	10	-
Palmas	159	123	18
Porto Nacional	23	20	-
Tocntinópolis	9	8	-
TOTAL DE MONITORES	**353**	**293**	**111**

Fonte: Relatório PROGRAD/2015

3.1.7.3. Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi)

O Programa tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas ao meio acadêmico, auxiliando-os quanto ao entendimento das atividades propostas, buscando, assim, sanar dificuldades de compreensão e de linguagens relacionados aos conteúdos abordados, tanto no ensino como na pesquisa e na extensão, contribuindo para a sua permanência na universidade e seu sucesso acadêmico.

O Programa Institucional de Monitoria Indígena constitui-se de dois tipos de monitores: remunerado e não remunerado. Ao aluno remunerado o programa oferece uma bolsa no valor de R$ 400,00. Ao final do exercício das suas atividades, o monitor tem

direito ao certificado.

As atividades de monitoria indígena referente ao semestre 2014/2 tiveram início no final do ano de 2014 finalizando em abril de 2015. Com relação às atividades de monitoria do 1º semestre de 2015, foram lançados dois Editais: Edital nº 52/2015 para os cursos que não aderiram à greve (Medicina Veterinária e Zootecnia – Câmpus de Araguaína; Agronomia, Engenharia Florestal, Química Ambiental e Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia – Câmpus de Gurupi; e Medicina – Câmpus de Palmas) com início das atividades em agosto de 2015 e término em outubro do mesmo ano e o Edital nº 85/2015 para os cursos que aderiram à greve com início em novembro de 2015 e previsão de término em 2016 de acordo com o calendário de cada Câmpus.

Em 2015 também foi lançado o Edital nº 86/2015 referente ao 2º semestre de 2015 que contemplou somente àqueles cursos, mencionados no parágrafo anterior, que não aderiram à greve, iniciando suas atividades em novembro de 2015 com previsão de término em 2016 de acordo com o calendário de cada Câmpus.

No demonstrativo do Programa abaixo, podemos observar como estão distribuídos os monitores por campus, curso e semestre.

Quadro 08 - Demonstrativo de Bolsas por Campus/Semestre

Campus	Monitores 2014/2	Monitores (2015/1)	Monitores (2015/2)
Araguaína	6	10	2
Gurupi	1	2	1
Miracema	5	5	-
Palmas	27	24	-
Porto Nacional	4	2	-
Tocantinópolis	-	1	-
TOTAL DE MONITORES	**43**	**44**	**03**

Fonte: Relatório PROGRAD/2015

3.1.7.4. Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life)

O Life contempla os projetos dos cursos das áreas de Pedagogia, Matemática, Geografia, Letras, Biologia, Física, Química, Filosofia, Artes e História, buscando a criação de laboratórios interdisciplinares de formação de educadores, como espaços de uso comum dos cursos e de programas ofertados nas dependências da Universidade Federal do Tocantins.

Os 7 subprojetos apresentados pela UFT atendem as áreas de fomento do Edital da Capes e buscam, prioritariamente, contribuir com a formação iniciada e continuada de acadêmicos e profissionais da rede municipal e estadual de ensino, melhorando a qualidade do ensino e criando uma articulação entre universidade, escola e comunidade, mediante as práticas de ensino, pesquisa e extensão interdisciplinares e garantindo a formação no sentido das ações humanas, individuais e coletivas.

Os direcionamentos a serem assumidos pela coordenação institucional do projeto buscam a implementação de métodos e práticas de ensino-aprendizagem baseados no uso das tecnologias da comunicação e da informação como forma de incentivar a implementação de novas metodologias de ensino e a criação de uma cultura acadêmica que tenha no uso de recursos tecnológicos avançados um instrumento de enriquecimento para as atividades curriculares.

Os projetos estão voltados para o uso de tecnologias de informação e comunicação para cursos de graduação presencial, para a produção de conteúdos educacionais e materiais didáticos e para capacitação de recursos humanos, tanto para docentes quanto para estudantes e gestores da UFT.

Os laboratórios implantados são os seguintes:

Campus de Araguaína: Laboratório Interdisciplinar de Licenciaturas LAB-Lice;

Campus de Arraias: Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação – Limtic;

Campus de Gurupi: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life GPI;

Campus de Miracema: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores e Inovação Pedagógica;

Campus de Porto Nacional: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life;

Campus de Palmas: Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico – Liape;

Campus de Tocantinópolis**:** Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico – Liapeo.

3.1.7.5. Programa de Educação Tutorial (PET)

O PET, proposto pela Secretaria de Educação Superior (Sesu) e Coordenação Geral de Relações Estudantis (Cgre) da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior (Dipes) do MEC tem como objetivo principal fornecer ao estudante da graduação uma formação acadêmica ampla, com atividades científicas e acadêmicas dentro dos três pilares em que está fundamentado o conceito de universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Os grupos são constituídos por um docente, denominado tutor, e por um grupo de até 12 estudantes bolsistas, podendo contar também com professores colaboradores e estudantes não bolsistas. Ao acadêmico bolsista é concedida uma bolsa no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

Atualmente o Programa é constituído por 09 (nove) grupos PET e distribuídos em três Câmpus, com um total de 94 Bolsistas.

3.1.7.6. Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA)

Instituído pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e implementado na UFT em 2004, o PMA permite que estudantes possam deslocar-se para outras Ifes e cursarem parte das disciplinas do currículo de seu curso por um período de até um ano, podendo ser ampliado o prazo por mais seis meses.

Este Programa oferece aos acadêmicos a aquisição de novas experiências e interação com outros aspectos da cultura brasileira. Podem participar do Programa os alunos que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o 1º e 2º semestre letivos do curso (ou 20% da carga horária do curso) e possuam, no máximo, 02 (duas) reprovações no ano letivo anterior à solicitação de mobilidade acadêmica.

Quadro 09 - Demonstrativo de estudantes em Mobilidade Acadêmica.

PERÍODO	QTD. ALUNOS	CÂMPUS	PROGRAMA	TOTAL ANO
2015/1	03	02 de Gurupi 01 de Palmas	02 Santander Nacional 01 ANDIFES	08
2015/2	06	05 de Palmas 01 de Araguaína	03 Santander Regional 01 Santander Nacional 02 ANDIFES	

Fonte : Relatório DAI (2015)

Quadro 10 - Demonstrativo de bolsas ofertadas e ocupadas em 2015 por programa

ANO	PROGRAMAS	VAGAS OFERTADAS	VAGAS OCUPADAS
2015	Santander Universidades de Mobilidade Nacional (R$ 3000,00)	5	2
	Santander de Bolsas de Mobilidade Acadêmica Regional(R$ 3700,00)	3	3
	Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica	s/nº	3

Fonte : Relatório DAI (2015)

3.1.7.7. Programa de Consolidação das Licenciaturas *(Prodocência)*

O Prodocência, sob responsabilidade da Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) da Capes, foi implementado na UFT em 2008 e tem por objetivo selecionar propostas que contemplem um conjunto de atividades relevantes para a formação e para o exercício profissional docente e, consequentemente, o fortalecimento das licenciaturas.

Para os anos de 2013 - 2015 a UFT teve a proposta foi contemplada por meio do Edital CAPES nº 19/2013, para realização de atividades nos câmpus de Arraias, Miracema e Palmas; nos cursos de Cursos: Artes, Matemática, Pedagogia (Arraias) e Pedagogia (Miracema e Palmas).

O programa é essencial, importante e necessário para as licenciaturas, no qual proporciona o diálogo e a troca de experiências de maneira articulada. Logo, existe a intenção de continuidade para darmos a possibilidade de consolidação das propostas e dos diálogos iniciados.

3.1.7.8. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação á Docência (Pibid)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é uma iniciativa do Ministério da Educação, executado pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (Capes).

Assim como para Capes, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Pibid tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), participa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), desde o edital da Capes de 2007. A proposta do Pibid/UFT, referente ao edital da Capes nº 061/2013 para execução de 2014 a 2018, é composto por 22 subprojetos, incluindo dois vinculados a curso de educação a distância, nas áreas de Física e Química, e um na modalidade interdisciplinar (Pedagogia e Matemática).

O Pibid/UFT é executado em parceria com escolas públicas de educação básica, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins, bem como às Secretarias Municipais de Educação de municípios do Estado do Tocantins.

Os subprojetos do Pibid/UFT desenvolvem as atividades em escolas, principalmente, que:

I – tenham obtido Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo da média nacional e naquelas que tenham experiências bem sucedidas de ensino e aprendizagem;

II – aderiram aos programas e ações das Secretarias de Educação e do Ministério da Educação, como as Escolas de Tempo Integral, Ensino Médio Inovador, Programa Mais Educação, entre outros.

O conjunto das ações propostas no Pibid/UFT tem como princípio, também, promover a construção de estratégias de socialização dos impactos e resultados como parte constitutiva dos estudos referentes às dimensões da iniciação à docência.

Objetivos:

I – incentivar a formação de professores em nível superior para a educação básica;
II – contribuir para a valorização do magistério;

III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura da UFT, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciaturas;

VII – promover a aproximação entre ensino e pesquisa, compreendendo a prática da educação como campo de pesquisa educacional e geração de conhecimento.

Quadro 11 - Demonstrativo do nº de subprojetos por câmpus e pólos.

Câmpus	Subprojeto	Nº de bolsistas de Iniciação à Docência	Nº de bolsistas de Supervisão	Nº de bolsistas de Coordenação de Área
Araguaína	Biologia	09	02	01
	Física	26	04	02
	Geografia	05	01	01
	História	07	01	01
	Letras	13	02	01
	Matemática	42	09	03
	Química	06	01	01
Arraias	Interdisciplinar	09	01	01
	Matemática	24	04	02
	Pedagogia	19	03	01
Polo UAB Gurupi	Química EaD	05	01	01
Miracema	Pedagogia	18	02	01
Palmas	Filosofia	13	02	01
	Pedagogia	16	03	01
	Teatro	20	03	02
Polo UAB Palmas	Física	18	04	02
Polo UAB Porto Nacional	Química EaD	-	-	-
Porto Nacional	Biologia	21	04	02

	Geografia	05	01	01
	História	08	01	01
	Letras	05	01	01
Tocantinópolis	Ciências Sociais	19	03	02
	Pedagogia	30	02	02
Total		**344**	**51**	**31**

Fonte: PROGRAD, (2015)

3.1.7.9. Programa Institucional de Apoio ao Docente Ingressante (Padi)

O Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi) foi criado pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), com o objetivo de auxiliar os estudantes ingressantes que estejam matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e àqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares.

Para a concepção do programa foram realizados estudos, no âmbito da Prograd, que identificaram a necessidade de ampliar as condições de permanência dos estudantes ingressantes, bem como, visitas aos câmpus de Araguaína e Gurupi (que eram os que estavam em funcionamento em razão da não adesão integral do câmpus à greve) e, posteriormente, a Arraias (que retornou antecipadamente ao término da greve). Nesse contexto, houve a realização de reuniões com Professores e Coordenadores de Curso, para discutir e colher sugestões para a realização do programa.

Com a implementação do Padi pretende-se a melhoria da formação acadêmica e pessoal dos estudantes, bem como reduzir os índices de evasão, reprovação e baixo desempenho, de modo a ampliar as condições de permanência dos estudantes ingressantes.

Trata-se, portanto, do desenvolvimento de uma política que possibilite ampliar o suporte aos estudantes ingressantes, que mediante a atuação de professores coordenadores e alunos tutores, trabalharão de forma a contribuir para melhorar a eficácia do processo de ensino/aprendizagem.

Este programa está sendo fomentado com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), repassados à UFT, visando atender os Arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. No ano de 2015, foi realizado nos câmpus de Araguaína e Gurupi, especificamente nos cursos que não aderiram à greve e submeteram propostas.

Os procedimentos para a seleção ocorreram no dia 1 de setembro de 2015 quando a Prograd lançou o Edital nº 77/2015, tornando pública a inscrição para a seleção de

propostas de tutoria nas áreas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Química, Física, Biologia, Matemática, Filosofia, Sociologia, História e Geografia. O resultado parcial das propostas de tutoria foi divulgado no dia 24 de setembro de 2015 pelo Edital nº 78/2015, sendo referendado pelo Edital de resultado final nº 83/2015.

Também foi lançado pela Prograd o Edital nº 82/2015 para o Câmpus de Arraias, porém não houve submissão de propostas. Em linhas gerais, as propostas submetidas e aprovadas, seguem listadas no quadro abaixo:

Quadro 12 - Relação de Propostas – PADI

CÂMPUS	ÁREA DE CONHECIMENTO	CURSO	PROPONENTE
Araguaína	Biologia	Medicina Veterinária	Ana Kelen Felipe Lima
Gurupi	Matemática	Engenharia Florestal	Cibele Cristina Trinca
Gurupi	Química	Agronomia	Niléia Cristina da Silva
Gurupi	Química	Química Ambiental	Vanessa Mara Chapla
Gurupi	Química	Química Ambiental	Welington Francisco

O Padi conta com 19 (dezenove) alunos tutores, selecionados por 5 (cinco) professores coordenadores (Proponentes). Cada grupo de tutoria pode ser formado por até cinco alunos tutores e cada um desses será responsável por grupos de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 15 (quinze) alunos tutorandos. Atualmente a distribuição dos grupos de tutoria, por número de tutores, pode ser observado no Quadro abaixo:

Quadro 13 - Distribuição de Grupos – PADI

CÂMPUS	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ALUNOS TUTORES
Araguaína	Biologia	5
Gurupi	Matemática	3
Gurupi	Química	5
Gurupi	Química	3
Gurupi	Química	3
Total		**19**

O programa possui duas modalidades de tutoria que possuem os mesmos critérios de participação, a saber: a remunerada na qual o aluno tutor recebe uma bolsa mensal no valor de R$ 400,00 por até dois semestres letivos, consecutivos ou não, podendo ser prorrogado por igual período; e a não remunerada que não dispõe de bolsas.

Dentre as atividades realizadas no referido programa, no ano de 2015, podemos destacar:

1. Elaboração pela DPEE/Prograd e aprovação, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), da Resolução n. º18, de 19 de novembro de 2015, que dispõe sobre a criação e regulamentação do Padi na UFT;
2. Concepção da página (www.uft.edu.br/padi) para divulgação e acompanhamento das questões atinentes ao programa.
3. Orientações aos Professores Coordenadores e respostas aos alunos tutores a respeito do Padi;
4. Elaboração e lançamento de Editais Padi;
5. Emissão da folha de pagamento para os alunos tutores remunerados;
6. Estruturação dos formulários para a operacionalização de demandas.

As atividades de tutoria nos câmpus de Araguaína e Gurupi, em caráter de projeto piloto, excepcionalmente tiveram a duração de três meses, abarcando os meses de outubro, novembro e dezembro. Frente ao indicativo de continuidade do programa existe o indicativo de ampliação do Padi para todos os câmpus de UFT e execução semestral.

Em linhas gerais, o PADI ao propor o aprimoramento do desempenho acadêmico em áreas de conhecimento básico, busca contribuir para melhorias do ensino, pesquisa e extensão na UFT, pois pretende atuar na atenuação e quiçá superação de muitas das dificuldades apresentadas pelos ingressantes no ensino superior, bem como, agregar esforços para atender àquelas disciplinas com elevado índice de reprovação, promovendo com maior qualidade a efetivação de nosso compromisso social.

3.2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A implantação da modalidade de ensino a distância na UFT se dá por me meio da Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE), desde 2006, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este sistema é voltado para o desenvolvimento da

modalidade de educação à distância, busca expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e tem como objetivos:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Os cursos de graduação na modalidade de educação à distância, conforme a legislação caracteriza-se como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Estão organizados segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I - avaliações de estudantes;

II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

É disponibilizado ambiente virtual de aprendizagem para as disciplinas de cursos presenciais e também é adotado o Moodle como ferramenta.

Os Pólos de Educação a distância da UFT são localizados nos municípios: Alvorada, Ananás, Araguacema, Araguaína, Araguatins, Arraias, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Mateiros, Nova Olinda, Palmas, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga.

Figura 02 - Cidades e campus onde a UFT gerencia cursos na modalidade EAD.

Quadro 14 - Pólos e Cursos EAD administrados pela UFT.

Cidades	Pólo	Nível de Ensino
Alvorada	Gestão Pública	Pós-Graduação Latu Sensu
	Gestão Pública Municipal	Pós-Graduação Latu Sensu
Ananás	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Biologia	Graduação (Licenciatura)
	Física	Graduação (Licenciatura)
	Gestão Pública Municipal	Pós-Graduação Latu Sensu
Araguacema	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
Araguaína	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Biologia	
Araguatins	Gestão em Saúde	Pós-Graduação Latu Sensu
	Gestão Publica Municipal	Pós-Graduação Latu Sensu
Arraias	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Biologia	Graduação (Licenciatura)
	Gestão Pública	Pós-Graduação Latu Sensu
	Gestão Pública Municipal	Pós-Graduação Latu Sensu
Cristalândia	Biologia	Graduação (Licenciatura)
	Física	Graduação (Licenciatura)
	Química	Graduação (Bacharelado)
Dianópolis	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Biologia	Graduação (Licenciatura)
Guaraí	Administração Pública	Graduação (Licenciatura)
	Gestão Pública	Pós-Graduação Latu Sensu
	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Biologia	Graduação (Licenciatura)

	Física	Graduação (Licenciatura)
	Gestão em Saúde	Pós-Graduação Latu Sensu
	Gestão Pública	Pós-Graduação Latu Sensu
	Química	Graduação (Licenciatura)
Mateiros	Gestão em Saúde	Pós-Graduação Latu Sensu
Nova Olinda	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
Palmas	Física	Graduação (Licenciatura)
	Gestão em Saúde	Pós-Graduação Latu Sensu
	Química	Graduação (Licenciatura)
Pedro Afonso	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
Porto Nacional	Biologia	Graduação (Licenciatura)
	Química	Graduação (Licenciatura)
Taguatinga	Administração Pública	Graduação (Bacharelado)
	Gestão Pública	Pós-Graduação Latu Sensu
	Gestão Pública Municipal	Pós-Graduação Latu Sensu

Fonte: Manual do aluno, 2015

3.3. POLÍTICAS PARA A PESQUISA E PARA O ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO

3.3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação stricto senu

As políticas institucionais da pós-graduação estão inseridas no contexto da Política Nacional de Pós-Graduação. Nesta, fica patente o seguinte princípio: "Cabe à pós-graduação a tarefa de produzir os profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do país."

Segundo os relatórios diagnósticos Propesq, a política fundamental da Propesq nesta dimensão é induzir a necessidade de criação de cursos de pós-graduação nas áreas prioritárias de educação, biodiversidade dos ecótonos, identidade, cultura e territorialidade, agropecuária e meio ambiente e fontes renováveis de energia. Neste âmbito, a Propesq desenvolve uma relação direta com a Coordenação de Qualificação de Pessoal (Capes) enquanto agência de fomento da pós-graduação e qualificação de quadros no país.

A pós-graduação na UFT é uma atividade em expansão e se divide nas modalidades *lato sensu* (Especializações) e *stricto sensu (*Mestrados e Doutorados). A criação dos cursos de pós-graduação é orientada pelo desenvolvimento de grupos de pesquisa, produção e divulgação científica dos resultados e estímulo à participação em eventos.

Em 2015 foram criados 04 (quatro) mestrados próprios (Letras – Porto Nacional; Ensino em Cultura e Território – Araguaína; Sanidade Animal e Saúde Pública nos

Trópicos - Araguaína e Ensino em Ciência e Saúde - Palmas). Também foi feita a adesão à Rede Nacional do mestrado profissional em Física tendo como polo o Câmpus de Araguaína e foi aprovado o doutorado em Desenvolvimento Regional em Palmas do já implanto mestrado em Desenvolvimento Regional. Esses 06 (seis) novos cursos juntos aumentaram a oferta de vagas na pós-graduação *stricto sensu* da UFT em mais de 25%.

Na pós-graduação *lato sensu*, em decorrência das recomendações recebidas no sentido suspender a capitação de recursos feita por meio de mensalidades dos alunos, o que praticado pela da grande maioria dos cursos, por não recebem orçamento público para seu funcionamento e, considerando a necessidade de reformular a política de avaliação e controle dos cursos, a Propesq suspendeu a abertura de novos cursos ou novas turmas dos cursos não gratuitos do ano de 2015. Dessa forma, apenas as turmas em andamento deram continuidade. Porém os cursos gratuitos tiveram oferta normalmente. Dessa forma, foram criados 02 (dois) cursos de pós-graduação lato sensu gratuitos. Os dois já estão em funcionamento (Educação Infantil – Câmpus de Miracema; Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos – Câmpus)

Quadro 15 - Evolução temporal dos cursos de Pós-Graduação

	Lato Sensu	Mestrado	Doutorado
2015	92	26	6
2014	90	21	5
2013	80	20	5
2012	72	17	4

Fonte: Propesq, 2015.

3.3.2. Políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para pesquisa – iniciação científica, tecnológica, artística e cultural

O Programa Institucional de Produtividade em Pesquisa (PIPESQ/UFT) foi criado no segundo semestre de 2013, quando lançado o primeiro edital para livre concorrência por servidores da instituição, envolvendo professores e técnico-administrativos com titulação de doutorado. O PIPESQ se configura como uma política institucional de incentivo à

pesquisa e à permanência de servidores na universidade, uma vez que a distribuição do fomento à pesquisa é bastante desigual no território brasileiro, além da existência da dificuldade de permanência de servidores de diferentes origens na Região Norte, o que se justifica por razões diversas.

Pautado no mérito da produção acadêmica, o PIPESQ/UFT busca apoiar os servidores doutores da instituição – professores e técnico-administrativos – com relevante produção acadêmica nas diferentes áreas do conhecimento científico. O programa é proposto para apoiar os servidores que já desenvolvem pesquisa com mérito reconhecido e aprovado, incentivando, reconhecendo e valorizando o trabalho dos pesquisadores que contribuem para o desenvolvimento Científico,

Atualmente, há 38 (trinta e oito) bolsas de produtividade em pesquisa vigentes no programa institucional, todas distribuídas em quatro grandes áreas do conhecimento delineadas em função das demandas da UFT – *Ciências Agrárias*, *Ciências Biológicas e Saúde*, *Engenharias*, *Ciências Exatas e da Terra* e *Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas* –, conforme Tabela 01.

Quadro 16 - Total de Bolsistas por Área

ÁREAS	Agrárias	Bio/Saúde	Eng/Exatas	Humanas	TOTAL
VIGENTES	14	12	05	07	38

Fonte: Propesq, 2015.

A Propesq, por meio de sua Diretoria de Pesquisa, realiza o cadastramento e acompanhamento de projetos e grupos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da UFT. Dessa forma, temos a realidade descrita abaixo acerca dos projetos e grupos cadastrados:

Quadro 17 - Projetos Cadastrados em 2015

Câmpus	Total
Araguaína	09
Arraias	05
Gurupi	04
Miracema	01

Palmas	55
Porto Nacional	05
Tocantinópolis	10
TOTAL	**89**

Fonte: Propesq, 2015.

Quadro 18 - Grupos Cadastrados em 2015

Área	Total
Ciências Agrárias	18
Ciências Biológicas	08
Ciências da Saúde	06
Ciências Exatas e da Terra	17
Ciências Humanas	36
Ciências Sociais Aplicadas	25
Engenharias	05
Linguística, Letras e Artes	08
TOTAL	**123**

Fonte: Propesq, 2015.

Os dados da Propesq revelam o aumento considerável dos grupos de pesquisa do CNPq vinculados à UFT. Os grupos de pesquisa estão distruibuídos nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e em Linguística, Letras e Artes.

Quadro 19 - Evolução dos Grupos de Pesquisas do CNPq vinculados à UFT

Ano	Grupos de Pesquisa
2015	123
2014	196
2013	148
2012	140
2011	168

Fonte: UFT/ Propesq, 2013, 2014 e 2015.

3.3.2.1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC) e Programa Institucional Voluntario de Iniciação Científica (PIVIC).

O PIBIC é um programa centrado na Iniciação Científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada. Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado, com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a Universidade resolveu instituir o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica - PIVIC, gerido por esta Pró-reitoria, que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do PIBIC, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional.

Também como forma de divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnicos administrativos, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESQ promove anualmente o Seminário de Iniciação Científica da UFT, onde os alunos podem disseminar os trabalhos científicos desenvolvidos.

O 11º Seminário de Iniciação Científica, realizado no período de 23/11 a 09/12 de 2015 ocorreu de forma descentralizada, nos Campus de Araguaína, Gurupi e Palmas e apresentou os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos vinculados à Iniciação Científica (PIBIC e PIVIC) da Universidade Federal do Tocantins – UFT no período de agosto de 2014 a julho de 2015. Conforme podemos observar, no quadro abaixo:

Quadro 20 - Quantidade de trabalhos, por área do conhecimento, apresentados no VIII Seminário de Iniciação Cientifica da UFT.

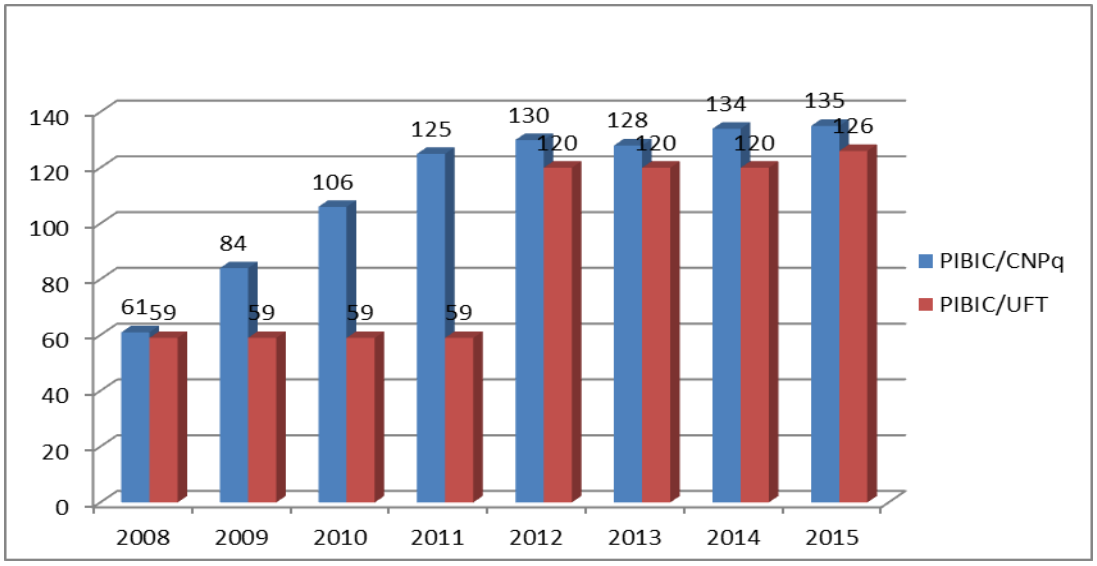
Áreas	Quantidade
Ciências Agrárias	140
Ciências Humanas, Sociais e Letras	123

Ciências Biológicas e da Saúde	61
Ciências Exatas e da Terra	68
Total	**392**

Fonte: PROPESQ

Foram ofertadas no ano de 2015 o total de 261 bolsas distribuídas da seguinte forma: 126 bolsas PIBIC/UFT; 126 bolsas PIBIC/CNPq; 3 bolsas PIBIC-AF/CNPq e 6 bolsas PIBITI/CNPq.

Gráfico 02 - Evolução do Número de Bolsas de Iniciação Científica



Fonte: PROPESQ./2015

3.3.3. Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusões das produções

EDITORA UNIVERSITÁRIA – EDUFT/PROPESQ

A Editora da Universidade Federal do Tocantins (EDUFT) está vinculada à Diretoria de Divulgação Científica da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ) e tem por objetivo editar ou coeditar e publicar material de qualidade e relevância científica, técnica, cultural e/ou didática de forma a atender aos interesses do ensino, da pesquisa e da extensão, e incentivar a sua produção.

Ao longo do ano de 2015 a EDUFT buscou estruturar seus processos a fim de desburocratizar, publicizar e torná-los mais acessíveis, para um melhor atendimento da comunidade acadêmica e também da população regional, interessada em publicar livros com qualidade. Além disso, a EDUFT desenvolveu um trabalho para divulgação das obras produzidas em eventos específicos do mercado livreiro (como feiras, bienais e cafés literários) e do ambiente acadêmico (como semanas acadêmicas, congressos e seminários). Desses eventos mencionados, a EDUFT destaca a participação no 9º Salão do Livro do Tocantins, realizado no Centro de Convenções Parque do Povo em Palmas – TO, no período de 19 de setembro de 2015 a 27 de setembro de 2015. Os livros que foram lançados no referido evento foram:

Quadro 21 - Livros lançados durante a feira do Livro

Nº	OBRA	AUTOR ORGANIZADOR	ÁREA
1	As tocantinas - Coleção Literatura Tocantinense	Célio Pedreira (Raimundo Célio Pedreira)	Literatura - Poesia
2	Terra entre rios - Coleção Literatura Tocantinense	Walace Rodrigues	Literatura - Poesia
3	O caatingueiro empoetizado - Coleção Literatura Tocantinense	Osmar Ziba	Literatura - Poesia
4	Bem-te-vi - Coleção Literatura Tocantinense	Ernesto Silva	Literatura - Contos
5	O canto da carpideira - Coleção Literatura Tocantinense	Lita Maria (Lucelita Maria)	Literatura - Romance
6	Arquitetura de Gênero (Gespol)	Temis Gomes Parente e Cynthia Mara Miranda	Estudos de gênero
7	O poder médico higienista na medicalização do feminino	Adriano Rodrigues Mansanera	Medicina e saúde
8	Palmas- um projeto e múltiplos olhares	Patrícia Orfila Barros dos Reis	Arquitetura e urbanismo
9	A Residência multiprofissional: ações indutoras de mudanças	Gessi Carvalho de Araújo Santos; Maria Zoreide Brit Maia	Medicina e saúde
10	Metáforas verbais: um estudo analítico-descritivo	Dieyse Kanyela Fossile	Letras e linguística
11	O Brasil e os brasis na televisão regional aberta	Verônica Dantas de Meneses	Comunicação
12	Trabalho, saúde e segurança: experiências no serviço público federal do Tocantins	Alex Pizzio; Ana Letícia Teske; Karla Barbosa Klein	Interdiciplinar/Saúde
13	Desenvolvimento regional uma discussão interdisciplinar	Airton Cardoso Cançado; Waldecy Rodrigues; Lauro	Interdiciplinar/Ciências sociais

		Santos Pinheiro	aplicadas
14	Lingua(gem), textualidade e literatura infantil: concepções e práticas	Carine Haupt; Karylleia Andrade; Isabel Auler	Letras e linguística
15	Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias	Janira Iolanda; Mariela Cristina; Rosane Balsan	História
16	Cidades e Meio Ambiente	Liliana Pena Naval	Interdisciplinar
17	A sedução da imagem	Jocyleia Santana dos Santos	História
18	Estatística básica para os cursos de ciências exatas e tecnológicas	Augustus Portella; Ildon do Nascimento; Anatércia Alves; Gessiel Newton Scheidt	Exatas e da terra

Fonte: EDUFT 2015.

REVISTA

A Revista Desafios – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, criada em 2015, visa proporcionar um fórum para estudos interdisciplinares em todas as áreas do conhecimento. O presente periódico científico foi construído com base na convicção de que os desafios apresentados pela contemporaneidade às diversas áreas do saber, em suas múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas, podem ser melhor sistematizados e enfrentados a partir de contribuições interdisciplinares. Nessa direção, a revista aceitará contribuições originais de variadas matrizes disciplinares, em fluxo contínuo, nos seguintes eixos prioritários: Ciências Humanas e Contemporaneidade; Desenvolvimento Sustentável; Saúde e Sociedade; Ciência, Tecnologia e Ciências Agrárias. ISSN 2359-3652 - Qualis Capes - B4 - Área: Desenvolvimento Urbano e Regional.

PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA EVENTOS – PAF-2015

Conceder auxílio financeiro na forma de diárias ou passagens para professores, técnicos e alunos que tiveram seus trabalhos submetidos e aceitos em eventos científicos no Brasil. O auxílio concedido pela UFT para professores e técnicos é, preferencialmente, para passagem aérea (ida e volta) até a cidade mais próxima do local de realização do evento ou diárias (no máximo quatro). Para alunos, o benefício será, preferencialmente, a passagem ou o equivalente ao valor da passagem terrestre (ida e volta).

No ano de 2015,foram lançados três editais, que contemplaram 08 professores e 04 alunos.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE

Esta política está organizada conforme as determinações da CAPES, onde a PROPESQ faz a submissão do Plano de Formação Doutoral (PLANFOR) à CAPES, formado a partir dos Planos de Qualificação e Formação de Docente (PQFD) dos cursos de graduação da UFT, com o objetivos de receber apoio de bolsas de estudo para os docentes em qualificação. Esse plano é quiquenal, sendo que em 2015 é o terceiro ano do PLANFOR 2013-2017. Com isso, a Propesq faz o acompanhamento dos docentes afastados para qualificação e gere o Programa Prodoutoral da CAPES, que concede bolsas de estudo para docentes em qualificação em nível de doutorado. Somando-se a este existem os Programas de Doutorado Interinstitucional- DINTERs da UFT com outras IES do país que visa acelerar a qualificação docente nas áreas com maior necessidade.

A quantidade de professores afastados em 2015 foi de 33 (trinta e três) para cursar doutorado e 04 (quatro) para cursar pós-doutorado.

A CAPES disponibilizou, no âmbito do Programa Prodouotoral, 10 cotas de bolsa para os professores afastados para cursar doutorado. Como gestora do Programa, o Propesq realizou processo seletivo (Edital nº 28-2015-Propesq) e, de acordo com os critérios, forma selecionados 09 docentes que passaram a receber a bolsa em outubro-2015.

Em 2015, foram aprovados 04 DINTERs (Economia com a UnB; Matemática com a UNES-RIO; Artes com a UNESP e Nutrição com a UFV), sendo que 02 (dois) já foram implantados (Artes e Nutrição), dando início a capacitação de 28 docentes. Também foi aprovado o MINTER em Ciências Contábeis com a UNISINOS, com 25 vagas, aguardando implementação.

3.4. POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

A extensão universitária, na Universidade Federal do Tocantins, está alinhada às diretrizes nacionais de extensão, pactuada desde 1999 pela Política Nacional de Extensão, expressão do consenso e reformulações do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Federais de Ensino (Forproex) e tem como missão proporcionar condições para realização das atividades de extensão como um processo educativo, intervindo na realidade com o compromisso de desenvolvimento sociocultural da comunidade.

3.4.1. Ações de Extensão na UFT

Na Universidade Federal do Tocantins é padronizada a utilização do Sistema de Gestão de Projetos (Sigproj), do Ministério da Educação.

Em 2015 a Proex contou com o edital de fluxo contínuo. Foram registradas 223 propostas de ações de extensão, aumento em 41 % em relação ao ano anterior (158 propostas), distribuídas nas modalidades: curso, com 46 propostas; projeto, com 85 propostas; programa, com 22 propostas e evento, com 70 propostas.

O *campus* de Palmas concentra a maior parte das ações, 53 % das propostas, e logo em seguida vem Araguaína, com 12% e Porto Nacional, com 7% das ações. Os câmpus de Tocantinópolis, Gurupi e Miracema concentram aproximadamente 7% das propostas cada um e, Miracema apresentou 2% das propostas. As ações vinculadas à Reitoria são cadastradas a partir das Pró-reitorias e órgãos superiores e podem ser desenvolvidas tanto em Palmas como em câmpus do interior ou mais de um câmpus.

Na Política Nacional de Extensão as ações de extensão são classificadas segundo sua área temática. São elas: cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. Neste aspecto, a maioria das ações é caracterizada na área de educação (28% do total), muito pela natureza acadêmica envolvida e indissociável da extensão e por esta temática abranger e coexistir com todas as outras relatadas, seguida da área da saúde (24% do total), tendo cada uma das outras temáticas aproxidamente 11 % das propostas.

Edital das Semanas Acadêmicas e Integradas

É uma das iniciativas de extensão mais envolvente na promoção do diálogo entre as realidades locais, saberes e espaços. As Semanas Acadêmicas e Integradas são atividades organizadas por acadêmicos e professores com o objetivo de discutir temas de relevância para a formação dos alunos.

No ano de 2015 foram contempladas as Semanas Acadêmicas Integradas em três modalidades:

• Semana Acadêmica: envolvendo apenas um curso, apoiada com até R$1.000,00

• Semana Integrada – Nível I: envolvendo dois ou três cursos, apoiada com até R$5.000,00.

• Semana Integrada – Nível II: envolvendo dois ou três cursos, apoiada com até R$8.000,00. P

Todas as modalidades foram apoiadas com material de divulgação e certificação em modelo digital. Ao todo foram contempladas 12 propostas do edital, das quais 5 na modalidade Semana Acadêmica Simples, 5 Semanas Integradas Nível I, e 2 Semanas Integradas Nível II.

Estima-se que aproximadamente 4000 (quatro mil) pessoas serão impactadas pelos eventos fomentados através do Edital Semanas Acadêmicas e Integradas, considerando o público interno da Universidade, comunidade acadêmica de outras instituições e sociedade como um todo.

Edital Pibex Acadêmico

O Edital Pibex Acadêmico é instrumento técnico burocrático que por meio de fomento estimula as ações de extensão comunitária, ou seja, é uma política institucional de ações acadêmico-administrativa de extensão com ênfase na formação inicial e continuada e com profunda relevância social.

No ano de 2015 foram aprovadas 29 propostas do Pibex Acadêmico. Neste edital todos os 7 Campi conseguiram submeter e aprovar propostas contemplados as mais variadas formas de intervenções de extensão universitária.

Edital Proext 2015

PROEXT 2015 é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior.

A Universidade Federal do Tocantins consegui aprovar 6 projetos e 3 programas no Proext 2015.

IV Seminário de Extensão e Cultura

O IV Seminário de Extensão e Cultura aconteceu concomitante ao V Seminário Institucional do PIBID e ao 11º Seminário de Iniciação Científica, e aconteceu em três polos: Palmas (para os Câmpus de Palmas, Miracema, Porto Nacional e Arraias), Gurupi (Gurupi) e Araguaína (Araguaína e Tocantinópolis).

Dessa forma, intui-se que o evento tinha por objetivo integrar as ações das Pró-reitorias de Extensão e Cultura, Ensino e Pesquisa. Nos três polos, a abertura do evento aconteceu de forma coletiva, com a realização de mesas redondas com convidados que contemplavam temáticas referentes aos três eixos: ensino, pesquisa e extensão. Na

continuação do evento, ocorreram as apresentações de trabalhos, já divididas de acordo com o eixo.

O público esperado para este evento estava baseado na quantidade de trabalhos aptos a se inscreverem, no total 120, o seminário obteve 33 submissões de trabalhos.

Em todos os Câmpus foram realizadas oficinas de SigProj, a fim de orientar e tirar dúvidas de professores e bolsistas em relação ao cadastro de ações de extensão. Para a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), o evento tinha por objetivo conhecer os projetos e programas de extensão em desenvolvimento na UFT, que recebem apoio financeiro, especialmente para bolsas. Para isso, foram convidados professores para compor bancas avaliadoras, que deveriam assistir às apresentações feitas pelos bolsistas e dialogar com 19 sugestões, críticas e novas possibilidades para as ações dos referidos projetos/programas. O resultado desses diálogos foi concretizado pelos componentes das bancas em fichas de avaliações elaboradas pela PROEX, o que gerou uma visão de como a extensão tem sido desenvolvida pela UFT. Foram utilizados como critérios de avaliação: apropriação acadêmica do trabalho; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas atividades desenvolvidas; interação dialógica entre universidade e a sociedade; evidenciação do impacto presente nas atividades desenvolvidas

3.5.A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Universidade, como centro da produção do conhecimento, necessita canalizar suas potencialidades no sentido da prestação de serviços à comunidade, revigorando seus programas de natureza cultural e científica e procurando difundir a pesquisa e as discussões em todas as áreas do conhecimento. Isso só é possível com uma efetiva comunicação, que viabiliza o relacionamento entre a universidade e os seus diversos públicos, que abre as suas portas a todos os seguimentos da sociedade.

Atualmente, o princípio da transparência nas atividades administrativas deve permear todos os atos da administração pública. Para que se cumpra este princípio, a ética deve permear todo o processo comunicativo dos órgãos governamentais.

A comunicação é comprometida com a missão da UFT, enquanto busca, principalmente, difundir os conhecimentos produzidos na universidade e contribuir, por meio da informação, com a formação de cidadãos e profissionais qualificados em todas as áreas, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Segundo relatório da Diretoria de Comunicação (Dicom) 2015, a comunicação com a comunidade interna e externa tem sido uma prioridade, trabalhando com assessoria de imprensa usando a mídia espontânea nos veículos de comunicação e publicações que divulgam a universidade amplamente, seja por meio de seu corpo acadêmico, seja pelas ações da instituição em pesquisa, extensão ou ensino.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

PORTAL UFT - Pagina de notícias da UFT, abastecida diariamente com informações, trabalha em conjunto com a Diretoria de Tecnologia (DTI). Em 2015 deu-se continuidade ao o projeto "Mini-Home", que possibilita a criação de páginas internas com recurso de menus e submenus, URL amigável e com vinculação automática de documentos relacionados para atender, especialmente, programas, projetos e setores acadêmicos e administrativos da Universidade que demandavam sites com mais conteúdo e ao mesmo tempo mais funcionais.

RÁDIO UFT– tem previsão de inauguração em fevereiro de 2016 e deve entrar no ar com programação cultural, musical e educativa.

YOUTUBE - 25 vídeos postados ao longo do ano de 2015, com media de 300 visualizações cada e, o canal UFT Oficial encerrou 2015 com 190 seguidores.

TWITTER - No Twitter, a UFT encerrou o ano de 2015 com 2.420 seguidores, 21% a mais que em dezembro de 2014.

FACEBOOK - A fanpage Portal UFT no Facebook teve sua criação no ano de 2011, com o objetivo de criar um relacionamento maior com seu público, com a divulgação de informações de um modo mais descontraído, com textos curtos e fotos dos eventos da Universidade Federal do Tocantins. Portanto, uma ferramenta, hoje em dia, essencial como parte das estratégias de comunicação do órgão, representando a instituição na maior rede social do mundo: o Facebook.

A página oficial da UFT no Facebook tem 8.750 curtidores (números de dezembro de 2015) , um aumento de 17% em relação a dezembro de 2014.

INSTRAGRAM - no perfil de fotos, criado em 2015, a UFT conquistou 1.690 seguidores ao longo do ano.

No ano de 2015 foi apresentado um trabalho acadêmico do Programa de Pos graduação em Gestão de Politicas Publicas que avaliou a comunicação da UFT, os resultados deste trabalho servirá de base para o Plano de Comunicação da Universidade, como resultado deste trabalho dois canais de comunicação utilizados já foram extintos.

3.5.2. Ações de Melhoria na qualidade e atendimento da comunicação Interna e Externa da UFT

Dando sequência à algumas iniciativas iniciadas no ano anterior, em 2015 a Diretoria de Comunicação (Dicom) buscou promover avanços no que se refere, especialmente, à comunicação com os servidores, ao relacionamento com a imprensa e à disponibilidade de informações institucionais.

Além de ações permanentes de assessoria de imprensa, publicação de conteúdos nos veículos e canais institucionais, especialmente o Portal UFT e as redes sociais digitais, publicação de editais e criação e produção de materiais gráficos e audiovisuais, destacamos as seguintes ações realizadas:

- Passada a etapa inicial do projeto de minihomes, iniciado em 2014, com a implantação das páginas institucionais dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, a Dicom expandiu este projeto para os setores da Reitoria, com a criação de dezenas de páginas institucionais vinculadas às Pró-Reitorias, com ênfase nos programas de graduação, sempre em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). Além disso, foi mantida a atualização, sob demanda, das minihomes já implantadas, e a criação, com prioridade de atendimento, de páginas para novos cursos de pós-graduação. Por fim, foram realizados pilotos para a implantação das minihomes dos cursos de graduação e para os Institutos de Pesquisa e Extensão.

- Foi implantado, como ação permanente de relacionamento com os servidores, o envio diário, via e-mail institucional, de cartões de felicitações para os professores e técnicos-administrativos aniversariantes.

- Com o objetivo de aguçar o sentimento de pertencimento organizacional e a valorização da Instituição foi lançada a campanha "Porque Somos UFT", voltada especialmente para o público interno. A campanha, que segue em andamento em 2016, inclui vídeos e outros conteúdos especiais para os meios digitais com narrativas pessoais de pessoas que expressam orgulho de pertencer à UFT. Juntas, essas trajetórias individuais ajudam a formar o mosaico da memória coletiva da Universidade e a contar a história da Instituição. Além disso, foram produzidos para a campanha de materiais gráficos de apoio como cartazes, panfletos e lâminas de bandeja para o Restaurante Universitário, e uma exposição fotográfica sobre a história da Universidade.

- Buscando incentivar a divulgação institucional, científica e cultural, e fomentar pautas envolvendo fontes acadêmicas da UFT, foi lançado o Banco de Fontes (www.uft.edu.br/bancodefontes), com referência de mais de mil professores e pesquisadores da Universidade - especialistas, mestres e doutores em diversas áreas do conhecimento -, à disposição dos jornalistas e também para consulta interna da Dicom. Com isso o atendimento aos profissionais da imprensa, especialmente o agendamento de entrevistas, foi facilitado e agilizado. Além disso, a Dicom tem buscado se fazer presente nas redações, com a distribuição de press kits, sugestões de pautas diárias, e prontidão para prestar informações e esclarecer dúvidas relacionadas à Universidade.

Vale ressaltar que, mesmo durante o período de greve, a publicação de editais, considerada serviço essencial em função dos prazos legais envolvidos, foi mantida.

3.5.3. Imagem publica da instituição nos meios de comunicação social

Com as estratégias e mecanismos para estreitar os laços de comunicação entre a Universidade e a imprensa estadual e nacional, e também para fortalecer cada vez mais a imagem institucional da Universidade, foi possível perceber um aumento de publicações de matérias relacionadas à UFT entre 50% a 70% em relação ao período anterior.

Observa-se uma publicação média de 4 a 5 notícias relacionadas por dia. Destas, apenas 4,5% têm conotação negativa, e o restante, 95,5%, possui enfoques considerados positivos ou neutros para a Instituição.

3.5.4. Ouvidoria como mecanismo de comunicação

A ouvidoria é um instrumento voltado para promover a participação popular, a transparência e a eficiência no Serviço Público. É o canal pelo qual o cidadão, membro ou não da comunidade UFT, pode solicitar informações sobre a universidade, que porventura não estejam disponíveis, fazer perguntas e se manifestar sobre as ações da instituição. A função da ouvidora geral é facilitar as relações entre a Universidade Federal do Tocantins e os diversos públicos que procuram essa unidade, também utilizada como comunicação com a sociedade.

A Ouvidoria Geral no ano de 2015 recebeu 692 manifestações, classificadas como solicitação de informações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios.

Quadro 22 - Manifestações recebidas no ano de 2015

	e-OUV	EMAIL, FOMULARIO	TOTAL
SOLICITAÇÃO	121	259	380
RECLAMAÇÃO	68	124	192
DENÚNCIA	22	11	33
SUGESTÃO	2	0	2
ELOGIO	2	2	4
Total			611
E-SIC	75 sendo 6 em 1ª instancia		81
			TOTAL Ouvidoria e E-sic= 692

Fonte : Ouvidoria, 2015

Do total de 692 manifestações, 187 foram registradas nos Câmpus e, o restante (505) na Reitoria. Destas demandas, 4 foram para a Comissão de Ética e 6 para abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Como instrumento de participação direta entre a instituição e a comunidade e, ao mesmo tempo ferramenta de gestão, a Ouvidoria Geral da UFT tem demostrado ser um recurso para a humanização dos serviços da UFT, diminuindo o déficit de civilidade, de cidadania, de comunicação e de conhecimento.

A ouvidoria atua também na mediação de conflitos e, nesse sentido, tem evitado a judicialização de muitas demandas, além de proporcionar a possibilidade de pacificação dos demandantes que nos procuram e apresentam problemas de relações interpessoais nesse ambiente universitário.

A partir das demandas apresentadas, um diagnostico é realizado pela ouvidoria, no qual são propostas mudanças que se traduzem em recomendações aos gestores para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados pela universidade.

3.6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

A politica de assistência estudantil na Universidade Federal do Tocantins, está alinhada com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Os objetivos do PNAES são:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Serão atendidos no âmbito do PNAES da UFT prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

3.6.1. Acesso, Seleção e Permanência dos Estudantes

O acesso aos cursos da Fundação Universidade Federal do Tocantins é realizado através de processo seletivo e Sisu para o preenchimento de vagas dos cursos de graduação oferecidos pela Universidade, consideradas as opções de cidade, habilitação, sistema de cotas, bem como os respectivos turnos. Das vagas oferecidas em cada curso, 5% (cinco por cento) são destinadas à inclusão racial, disponibilizadas à etnia indígena, em conformidade com o § 2º do Art. 10 da Portaria nº. 18, de 11 de novembro de 2012, do Ministério da Educação.

De acordo com a Resolução do Consepe 3A/2004, alterada pela Resolução do Consepe 10/2011, as vagas dos cursos em que não houver candidatos inscritos ou aprovados no sistema de cotas para etnia indígena são automaticamente remanejadas para o sistema universal.

A UFT recebeu um total de 38.083 inscrições na edição 2015/1 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu),com 3.567 candidatos para 40 vagas (89,18 por vaga), o Curso de Medicina foi o mais procurado da Instituição, e tinha uma nota de corte de 766 pontos até a última parcial divulgada pelo Ministério da Educação (MEC). A UFT ofertou ao todo 1.775 vagas pelo Sisu em cursos de graduação para ingresso no primeiro semestre letivo de 2015 - 100% das vagas em 47 de seus 50 cursos. Os cursos de Educação do Campo de Tocantinópolis e Arraias, e o Curso de Letras-Libras de Porto Nacional ainda tiveram seleção de alunos este ano pelo tradicional Vestibular.

Na seleção através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o semestre 2015.1, foram aprovados 61% são de estudantes que residem fora do Tocantins, motivo esse devido a oferta de cerca de 60% das vagas da instituição serem para alunos que optaram pelo ingresso por meio das modalidades de cotas.

Na edição 2015/2 do Sisu, a UFT recebeu um total de 49.465 inscrições, com 7097 candidatos para 40 vagas (177,43 por vaga), o Curso de Medicina foi o mais procurado da Instituição, e tinha uma nota de corte de 767 pontos até a última parcial divulgada pelo Ministério da Educação (MEC).

Nesta edição a UFT ofertou ao todo 1.695 vagas, 100% das vagas em 50 cursos, do total de 1695 aprovados, apenas 279 eram do Tocantins, ou seja 83% são de estudantes que residem fora do Tocantins.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Proest) oferece aos acadêmicos três tipos de auxílios, sendo eles: Auxílio Permanência, Auxílio Alimentação e Auxílio Viagem (individual e passagem). No caso do Auxílio Permanência a bolsa é mensal no valor de R$ 400 reais e o aluno precisa estar em vulnerabilidade socioeconômica. Já o Auxílio Alimentação o aluno recebe desconto parcial ou de 100% no Restaurante Universitário - RU.

Para participar dos dois programas, o aluno selecionado não pode ter vínculo empregatício ou acumular qualquer tipo de bolsa da UFT, bem como de qualquer outro órgão ou instituição financiadora. O período de vigência destes auxílios é de um ano.

A Proest também oferece o Auxílio Viagem para os estudantes que precisam participar de eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, culturais e político-

acadêmicos, podendo ser do tipo interno da UFT quando há deslocamento de um câmpus para outro, regional ou nacional. Para participar, o aluno deve preencher os formulários de solicitação concedidos pela Proest nos prazos estabelecidos, sendo dois tipos de auxílios: individual e viagem. No primeiro, o aluno recebe o valor de R$ 50 reais por dia de evento, além do custo com a passagem de ida e volta. No Auxílio viagem o aluno recebe somente o valor das passagens.

Outro programa de ajuda de custos é o Programa de Bolsa Permanência (PBP) do Ministério da Educação (MEC) para estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e prioriza os indígenas e quilombolas, que independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso. O valor da bolsa é de R$ 400 reais. Para os estudantes indígenas e quilombolas, o valor é diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes devido a sua organização social, condição geográfica, costumes e línguas amparadas pela Constituição Federal.

Podem receber a Bolsa Permanência os estudantes que possuírem uma renda familiar não superior a um 1,5 salários mínimo e precisa estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias.

No caso da Casa dos Estudantes, a Universidade Federal do Tocantins apoia o Programa, sendo que para ingressar o estudante deve se dirigir a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins. A moradia e os custos com a energia elétrica são gratuitos, no entanto o serviço de água e esgoto (cerca de R$ 20 por mês) deve ser pago à Diretoria da Associação de Moradores da própria Casa do Estudante. As Casas do Estudante estão disponíveis nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi.

Em 2014 a UFT iniciou o programa Auxílio Permanência Modalidade Educampo, que destina-se aos acadêmicos regulamente matriculados em curso de graduação presencial em regime de alternância, modalidade Educampo dos Câmpus de Arraias e Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins. O curso de Educação do Campo integra um conjunto de políticas de ações afirmativas do Ministério da Educação via Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Inclusão (Secadi), sendo destinado a populações do campo e professores de escolas rurais historicamente prejudicadas por suas condições socioespaciais que consequentemente geraram situação de vulnerabilidade socioeconômica a esta população. No programa Auxílio Permanência Modalidade Educampo foram implementadas 238 bolsas no ano de 2015, um aumento de 58 % em relação ao ano passado (150 bolsas).

Na UFT existem ainda outros programas que remuneram estudantes, como os programas de bolsa: Estágio, PIM, Pimi, Pibid, Pibic, Pibex e PET. Esses programas, de forma direta ou indireta, ajudam os acadêmicos nas suas pesquisas, no processo de ensino-aprendizagem e na sua interlocução com as demandas acadêmicas. Porém, são de caráter acadêmico, e não para fins de assistência social.

3.6.2. Participação dos Discentes nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

Os relatórios Prograd, Proex e Propesq 2015 elencam uma série de programas destinados a promover a participação dos alunos em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os documentos relatam ainda que atualmente está em fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento os instrumentos de acompanhamento e avaliação dos programas implantados pela Diretoria de Programas Especiais em Educação, que tem como objetivo o fortalecimento do ensino nos cursos de graduação, abrangendo as atividades de aperfeiçoamento docente e discente.

Os programas implantados são ao todo 8, sendo eles: Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi); Programa de Monitoria Permanência (PMP); Programa de Educação Tutorial (PET); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional e Regional (PMA); Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex); e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Além do caráter social e financeiro é necessário ressaltar que os programas desenvolvidos buscam incentivar a participação do acadêmico nas atividades universitárias, despertar o interesse pela docência, propiciar ao discente a possibilidade de utilizar seu potencial, assegurando-lhe uma formação profissional qualificada, facilitar a inclusão dos alunos indígenas ao meio acadêmico, auxiliando-os quanto ao entendimento das atividades propostas, buscando assim sanar dificuldades de compreensão e de linguagens relacionados aos conteúdos abordados tanto no ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência na universidade e seu sucesso acadêmico e fornecer ao estudante da graduação uma formação acadêmica ampla, com atividades científicas e acadêmicas dentro dos três pilares em que está fundamentado o conceito de universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Segundo relatório Proest 2015, os acadêmicos da UFT contam com auxílios financeiros para a participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais, desportivas

e político-acadêmicas através do programa de concessão de “Auxílio Individual”, “Auxílio Viagem Individual” e o “Auxílio Transporte Terrestre Coletivo” para a participação de discente em atividades acadêmicas, científicas, culturais, desportivas, político-acadêmicas, através do Programa de Assistência Estudantil.

Quadro 23 - Demonstrativo do Programa de Concessão de Auxílios concedidos em 2014 e 2015

MODALIDADE DE AUXÍLIO	**QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS 2014**	**QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS 2015**
Auxílio Individual	312	103
Auxílio Viagem Individual (Passagens)	9	13
Auxílio Individual e Auxílio Viagem Individual (Passagens)	18	164
Auxílio Transporte Terrestre Coletivo	41 ônibus locados que atenderam a todos os *campi*	20 ônibus locados que atenderam a todos os *campi*

Fonte: PROEST, 2014-2015.

Segundo o relatório Proest, os trabalhos no ano de 2015 se concentraram na Consolidação da Politica de Assistência Estudantil da UFT, elaboração coletiva da minuta da Politica de Assistência Estudantil da UFT (Diretrizes, finalidades, objetivos e programas), implantação, por meio do SIE, de procedimentos para acompanhamento dos estudantes contemplados pelos programas Bolsa Permanência (Socioeconômica, Quilombola, Indígena), para demonstrar, com dados consistentes, fatos relacionados ao desempenho acadêmico do estudantes e a implantação do setor de Controle Interno para acompanhamento das ações e procedimentos relativos à execução Politica de Assistência Estudantil da UFT.

3.6.3. Auxilio Permanência

Segundo relatório 2015, a Proest informa que a UFT conta com as seguintes modalidades de auxílio permanência: Auxílio Permanência Modalidade Acadêmica, Auxílio Permanência Modalidade Parfor, Auxílio Permanência Modalidade Educampo .

Quadro 24 - Modalidades, e área estratégica Pnaes de auxílio permanência na Universidade Federal do Tocantins

Modalidades	**Área estratégica PNAES**
Auxílio Permanência Modalidade Acadêmica	Permanência/Moradia, alimentação e transporte desempenho acadêmico/Bolsa
Auxílio Permanência Modalidade Parfor	*Permanência / Moradia, alimentação e transporte *Desempenho Acadêmico / Bolsa
Auxílio Permanência Modalidade Educampo	*Permanência / Moradia, alimentação e transporte *Desempenho Acadêmico / Bolsa

Fonte: PROEST 2015.

3.6.4. Alimentação, Transporte e Apoio Psicossocial

O programa de auxílio alimentação da UFT tem por objetivo ofertar alimentação gratuita ou a preço acessível aos estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFT.

Segundo informações da Proest a disponibilização de bolsas de auxílio alimentação foi realizada através de edital específico (Edital 023/2014) para atendimento a alunos nos restaurantes universitários dos *campi* de Palmas e Araguaína. Em 2015 em virtude da greve não houve novo edital para o auxílio alimentação sendo, dado continuidade a oferta dos auxílio aos comtemplados em 2014, continuando com um total de 1.100 auxílios alimentação nos *campi* de Araguaína e Palmas, conforme especificado no quadro 10.

A oferta de bolsa alimentação é realizada de duas formas : 100% gratuitas e com desconto de 43%, de acordo com contemplação no edital que, considera a vulnerabilidade socioeconômica.

Quadro 25 – Valores do auxílio alimentação e número de estudantes contemplados nos *campi* de Palmas e Araguaína

Classe	Valor do auxílio alimentação	Palmas	Araguaína	Palmas	Araguaína
		2014		2015	
01	100% (custo para o aluno R$ 0,00)	200	200	209	5.628
02	71,42% (custo para o aluno R$ 1,50)	200	150	198	não houve nenhum

					inscrito
03	43% (custo para o aluno R$ 2,50)	200	150	1.000	21.077
TOTAL		600	500	1.407	26.705

Fonte Edital 023/2014 e, PROEST, 2015.

O auxílio é ofertado, inicialmente, nos *campi* de Palmas e Araguaína e efetivado por meio de subsídio financeiro, integral ou parcial, referente ao valor da refeição para os estudantes selecionados.

Em relação ao restaurante Universitário de Palmas no ano de 2015, houve a renovação do contrato com empresa concessionária e revisão de preço; em relação ao RU de Araguaína, a Proest informou que o contrato não foi renovado e, que atualmente, há providências quanto à abertura de uma Unidade do RU no Câmpus CIMBA (aquisição de mobiliário e equipamentos).

No Campus de Gurupi, ações estão sendo realizadas para viabilizar a implantação do RU tais como: preparação da compra de equipamentos necessários; preparação da licitação para contratação da empresa concessionária;

No Campus de Porto Nacional: articulação com DINFRA visando a adequação do espaço físico disponível para o RU; preparação da compra de equipamentos necessários; preparação da licitação para contratação da empresa concessionária;

No ano de 2015, foi iniciado um trabalho junto aos servidores atuantes na ssistência Estudantil para alinhamento dos objetivos e unificação das propostas de ação entre a Proest e os Núcleos de Apoio. A Proest também informou ter viabilizado a Recepção aos calouros (projeto piloto da I Calourada 2015/1 no Campus de Palmas).

Apoio Pedagógico - Os acadêmicos também podem contar com os serviços do apoio psicopedagógico da universidade. No Câmpus de Palmas, há ofertas de oficinas e trabalhos em grupos com os temas: Gestão de Tempo, Apresentação Oral de Trabalhos, Plajenamento de Curso, Motivação, Gestão e Controle do Estresse e Ansiedade, Organização e Estudo, Planejamento de Carreira, Participação em Processos Seletivos, TCC não é bicho de 7 cabeças, além de oficinas para alunos ingressantes.

Os novos alunos da UFT também podem usufruir do Projeto Acolhimento que consiste em recepcioná-los na primeira semana de cada semestre letivo com o objetivo de apresentar o Programa e disponibilizar informações institucionais essenciais para familiarização e integração com o ambiente universitário. As oficinas e trabalhos em grupos são oferecidas semestralmente e os temas serão alternados a cada semestre. Além dessas atividades, o Apoio Psicopedagógico faz o acompanhamento dos bolsistas do

Programa Auxílio Permanência dos Câmpus.

EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

O eixo “Políticas de Gestão” tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange ainda elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da UFT para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Esse eixo contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Ao sistematizar e analisar as informações neste relatório é importante recuperarmos o texto do PDI/UFT (p. 12) onde se estabelece as prioridades institucionais que devem orientar as linhas de ação da Universidade Federal do Tocantins nos aspectos: articulação com a sociedade, aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão, aspectos importantes a serem considerados para se estabelecer comparativamente os avanços e retrocessos, limites e possibilidades, bem como as reflexões necessárias ao processo de gestão e organização da UFT.

4.1. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Segundo o estatuto da UFT, sua estrutura organizacional é composta por: Conselho Universitário (Consuni); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); Reitoria; Pró-reitorias; Conselho do Diretor; Diretor de *Campus*; Colegiados de Cursos; Coordenação de Curso.

4.1.1 Funcionamento e Representatividade nos Colegiados

Os conselhos universitários participam das discussões acerca dos problemas, propondo soluções para eles e sempre são demandados para realizarem estudos técnicos sobre questões de ensino, pesquisa, extensão e gestão da universidade.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é o órgão deliberativo e normativo superior da universidade em matéria didático-científica e cultural. É constituído pelo Reitor, Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores, Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação *stricto sensu*, por um representante do corpo docente, por 1/5 (um quinto)

de representação do corpo discente referente aos demais membros do conselho e por um representante do corpo técnico-administrativo.

Câmaras - fazem parte da estrutura do Consepe as Câmaras de Planejamento, de graduação, de pesquisa e pós-graduação e de extensão, cultura e assuntos comunitários. É de competência das câmaras proceder a estudos sobre assuntos relacionados a sua área de atuação específica, oferecendo ao conselho sugestões para elaboração de normas que regulem e disciplinem a operacionalização das atividades.

O Conselho Universitário (Consuni) - é o órgão deliberativo e normativo superior da universidade destinado a traçar a política universitária, funcionando como instância de deliberação e de recurso. É constituído pelo Reitor, Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores, Coordenadores de *campus*, por dois representantes da categoria docente, dois representantes da categoria discente e dois representantes da categoria de servidores técnico-administrativos.

Comissões Técnicas - fazem parte da estruturação do Consuni como órgãos auxiliares as Comissões Técnicas de Legislação e Normas para Assuntos Estudantis, de Integração Comunitária e de Administração e Finanças. As comissões têm a função de coletar, preparar e elaborar os elementos e dados informativos, indispensáveis às deliberações do Conselho Universitário.

Os processos são encaminhados para as câmaras e conselhos para a realização de estudos e pareceres. Após isso formalizam um parecer técnico que é relatado por um conselheiro relator. Este faz a relatoria do processo na reunião de conselho onde o tema é amplamente discutido por todos os conselheiros. Em seguida o parecer do relator é posto em votação, cujo resultado pode ser favorável ou desfavorável à decisão da câmara.

Nos conselhos dos câmpus o procedimento é similar, com a exceção de que não existem câmaras e comissões. O processo é executado por um conselheiro, que faz análise técnica e o relata na reunião do conselho. O seu parecer é discutido e votado por todos os membros do conselho. Nos cursos há um colegiado que aprecia as matérias por meio de votação de todos os processos de natureza administrativa e acadêmica do curso.

Quadro 26 - Resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa (Consepe) aprovadas em 2015:

Número	Matéria
01-2015	5ª Edição Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade, Campus de Palmas
02-2015	Alteração da Resolução CONSEPE nº 28-2009 - PIBID

03-2015	Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva - PAEI-UFT
04-2015	Regulamento do TFG de Arquitetura e Urbanismo, PPC versão 2001
05-2015	PPC de Bacharelado em Jornalismo, Câmpus de Palmas
06-2015	PPC do Curso Superior de Tecnologia em Turismo Patrimonial e Socioambiental, Câmpus de Arraias
07-2015	Atualização do PPC de Ciências Contábeis, Câmpus de Palmas
08-2015	Alteração do Ementário do PPC de Psicologia, Câmpus de Miracema
09-2015	PADU e PADIQ
10-2015	Pós Lato Sensu Especialização em Educação Infantil, Câmpus de Arraias
11-2015	Tabela de Equivalência de Disciplinas Zootecnia, Câmpus de Araguaína
12-2015	Tabela de Equivalência de Disciplinas Medicina Veterinária, Campus de Araguaína
13-2015	Afastamento de Docente da UFT em Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pós-DOC - Alterada pela 33-2015
14-2015	Núcleo de Pequisa e Extensão - CIDiC - Alterada pela Resolução 22-2015 do Consepe
15-2015	Especialização em Ensino de Comunicação - Jornalismo - Temas Contemporâneos, C. de Palmas
16-2015	
17-2015	Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social
18-2015	Padi
19-2015	Normativa dos Cursos de Mestrado e Doutorado em regime de Co-Tutela
20-2015	
21-2015	Tabela de Equivalência de Disciplinas Ciência da Computação, Palmas
22-2015	Alteração da Resolução 14-2015 - CidiC
29-2015	Insituto de Pesquisa e Extensão Comunicação, Linguagens e Sociedade - IPEX-COLIS
31-2015	Remoção Docente Revoga a 10-2007
33-2015	Altera a Resolução 13-2015 - Afastamento de Docente da UFT

Fonte: SOCS, 2015

Quadro 27 - Resoluções do Conselho Universitário (Consuni) aprovadas em 2015

Número	Matéria
01-2015	Calendário Acadêmico UFT -2015
02-2015	Alteração da Resolução Consuni nº 26-2014 - Eleição Coordenador e Coordenador Substituto, biênio 2015-2017, Educação do Campo, Arraias
03-2015	Normativa para Ingresso na Carreira de Prof. Titular-Livre do Magistério Superior

04-2015	Normativa de eleição para Diretor de Câmpus, Mandato 2015-2019, Arraias, Gurupi, Palmas e Porto Nacional
05-2015	Relatório de Gestão 2014 - UFT
06-2015	Regimento CGTI
07-2015	SISBIB - Revoga a Resolução Consuni 19-2009 - Alterada pela 14-2015
08-2015	Plano Distribuição Orçamentária 2015
09-2015	Normativa Técnica Orçamentária
10-2015	Calendário Acadêmico 2015 - Curso de Medicina - 7º e 8º Períodos
11-2015	Nomeação Câmpus de Arraias - Prof. Sérgio Jacinto Leonor
12-2015	Alteração da Resolução Consuni nº 18-2009 - Afastamento para o exterior
13-2015	Alteração da Resolução Consuni nº03-2011 - Normas para Convênio- Contrato UFTxFAPTO
14-2015	Alteração da Resolução Consuni nº 07-2015 - SISBIB
15-2015	Calendário Acadêmico UFT Pós-Greve 2015
16-2015	Alteração do Estatuto da UFT
17-2015	Homologação dos Nomes Membros da FAPTO
18-2015	Relatório Anual - FAPTO - Exercício 2014
19-2015	Calendário Acadêmico PARFOR 2016
20-2015	Programa de Formação e Desenvolvimento dos Técnicos-Administrativos da UFT
22-2015	Alteração da Resolução Consuni nº 17-2013 - Redistribuição Docente
24-2015	Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2016

Fonte: SOCS, 2015

4.1.2. Participação da Comunidade Acadêmica na Gestão

O modelo de gestão da universidade está pautado na decisão colegiada. As decisões são tomadas nos conselhos superiores (Consuni e Consepe), conselho diretor do *campus* e colegiados de cursos.

4.1.3. Escolha de Reitor, Diretores e Coordenadores

O processo de escolha para reitor, diretores e coordenadores ocorre conforme regulamenta a Lei nº 9.192/1995 e o Decreto 1.916/1996, que estabelece consulta pública à comunidade universitária e submissão de lista ao Presidente da República, no caso do reitor. Quanto aos diretores de *campi* e coordenadores ocorre o mesmo procedimento, quando o colegiado local realiza a consulta junto à comunidade universitária, prepara a lista tríplice na forma da lei e a envia às autoridades competentes para nomeação, neste caso o reitor.

Sobre este processo, no âmbito da UFT é lícito pontuar o respeito, por parte das autoridades, da lista apresentada com a nomeação dos nomes escolhidos pela maioria, resguardado assim o princípio da participação e da democracia.

4.2. POLITICAS DE PESSOAL

O objetivo dessa seção é apresentar informações acerca das ações executadas pela UFT durante o ano de 2015 no que diz respeito às políticas de pessoal, às carreiras do corpo docente, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho evidenciadas nos relatórios de gestão da instituição.

Ao final de 2015 o número de docentes e técnicos encontrava-se de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 28 – Relação de servidores por *campus* da UFT - 2015

	Campus	Funcionário	Total por categoria	Total por *campus*
1	Araguaína	Docentes	196	320
		Técnicos	124	
2	Arraias	Docentes	43	78
		Técnicos	35	
3	Gurupi	Docentes	87	154
		Técnicos	67	
4	Porto Nacional	Docentes	94	150
		Técnicos	56	
5	Miracema	Docentes	35	59
		Técnicos	24	
6	Palmas	Docentes	437	615
		Técnicos	178	
7	Tocantinópolis	Docentes	38	66
		Técnicos	28	
8	Reitoria	Docentes	3	284
		Técnicos	281	
TOTAL		Docentes	933	1726
		Técnicos	793	

Fonte: DDH/UFT (2015).

4.2.1. Política de pessoal para o corpo docente

As políticas de pessoal para o corpo docente da universidade são definidas pela Lei 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos de magistério federal.

Perfil, regime de trabalho e titularidade dos docentes da UFT

O corpo docente da UFT é constituído de 973 professores efetivos, 46 professores substitutos e 26 professores voluntários.

A distribuição do corpo docente em relação ao nível de formação e jornada de trabalho pode ser visualizada no quadro a seguir.

Quadro 29 – Relação de Professores efetivos por Titulação e Jornada de Trabalho - 2015

PROFESSORES EFETIVOS EM 2015						
JORNADA DE TRABALHO		NÍVEL DE FORMAÇÃO				
		Doutores	Mestres	Especialistas	Graduação	TOTAL
Dedicação Exclusiva		459	340	10	3	812
40H		15	42	10	0	67
20H		7	38	47	2	94
TOTAL		481	420	67	5	973
PROFESSORES SUBSTITUTOS EM 2015						
JORNADA DE TRABALHO		NÍVEL DE FORMAÇÃO				
		Doutores	mestres	Especialistas	Graduação	TOTAL
40H		1	17	7	10	35
20H		0	3	1	3	7
TOTAL		1	20	8	13	42

Fonte: DDH/UFT, 2015.

Verifica-se, pelos dados apresentados nos Quadros 24 e 25 que a formação do corpo docente de efetivos da UFT tem elevado número de doutores e mestres 901 (93%) e a maioria trabalha em regime de dedicação exclusiva 712 (83%).

Quadro 30 – Evolução dos docentes efetivos

DOCENTES EFETIVOS	2013		2014		2015	
DOUTORES	417	47,2%	461	49,4%	481	49,4%
MESTRES	402	45,6%	396	42,4%	420	43,1 %
ESPECIALISTAS	64	7,2%	76	8,1%	67	6,9%
TOTAL	883	100%	933	100%	973	100 %

Fonte: Progedep, 2015.

As informações acima evidenciam o comparativo da titularidade dos docentes no período de 2013 e 2015. Comparando os dados atuais (2015) com os do ano anterior

(2014) verifica-se um aumento no quantitativo de doutores. A UFT contava com 461 docentes doutores) e passou a ter no seu quadro 481 docentes doutores no ano de 2015.

Política de Inclusão para docentes com deficiência

A implantação da Política de Acessibilidade e Inclusão da UFT(Paei/UFT), objetiva desenvolver um conjunto de ações articuladas com todos os câmpus para efetivar de maneira mais intensa a acessibilidade e inclusão das pessoas e servidores com deficiência no âmbito da UFT. A Universidade Federal do Tocantins instaurou esse Programa em consonância com o que prevê a Constituição Federal, especificamente no Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20% das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência. Considerando que o número de profissionais com deficiência que têm prestado concursos públicos para atuar na universidade tem crescido, tornou-se imperativo a realização de concurso público para tradutores e intérpretes de libras. Compra de equipamentos, tecnologia assistiva e mobiliários adequados, que atendam as pessoas com deficiência e oficinas de formação para os professores dos cursos de graduação sobre a política de inclusão e o papel da universidade nesse processo. Hoje a UFT possui em seu quadro um docente com surdez, lotado no curso de Pedagogia no *campus* de Arraias, que ministrou de 22/01 a 20/04/2014 o curso de Extensão em Libras.

4.2.1.1. Política de desenvolvimento na carreira docente

O desenvolvimento na carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

A progressão é a passagem do servidor docente para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe. Para a concretização dessa ação o docente deve ter cumprido o interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e, ao mesmo tempo, ter sido aprovado na avaliação de desempenho

A promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra subseqüente, desde que tenha sido observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, tiver sido aprovado na avaliação de desempenho e possuir o título exigido para a Classe desejada. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo poderão ter sua promoção acelerada desde que apresente a titulação necessária para tal ascensão.

Os cursos de graduação da UFT, nas reuniões mensais de colegiado, avaliam de forma contínua seus docentes. Com esta avaliação busca-se aperfeiçoar a prática pedagógica e didática. Nessa avaliação são levantados diversos problemas, tais como a metodologia de ensino, a didática dos professores, carga horária, horário das aulas, relação aluno x professor, dificuldades metodológicas, dentre outros.

Avaliação de desempenho do docente em estágio probatório

A avaliação do docente em estágio probatório (36 meses), prevista na Resolução CONSUNI nº 1/ 2011, é realizada e acompanhada pelas seguintes comissões: Comissão de Avaliação (CAV); Comissão de Operacionalização de Avaliação Docente (Coad); Comissão de Avaliação do *Campus* (CAC) e pelo Conselho Diretor do *Campus*. Nesse período o docente passa por duas avaliações: a primeira aos 18 meses de efetivo exercício e a segunda aos 30 meses. Nessa avaliação são considerados a assiduidade, a disciplina, o desempenho didático-pedagógico, a capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, adaptação, análise dos documentos que comprovam as atividades desenvolvidas e avaliação pelos discentes.

No ano de 2015 a CAV fez o acompanhamento, a orientação e a operacionalização de 168 (cento e sessenta e oito) avaliações de estágio probatório docente.

Avaliação de desempenho do docente para progressão

A avaliação do docente para progressão, prevista na Resolução Consuni nº 1/ 2011 obedecerá o critério de produtividade e se subdivide em horizontal e vertical. Nessa avaliação são consideradas as atividades desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão, desde que devidamente comprovados.

No ano de 2015 a CAV fez o acompanhamento, a orientação e a operacionalização de 300 (trezentos) processos de progressão e promoção docente.

4.2.1.2. Política para formação do corpo docente

A formação docente continuada constitui uma ação prioritária de gestão acadêmica, na medida em que a complexidade das relações atinentes ao processo ensino-aprendizagem expressa um dos maiores desafios ao professor do magistério superior. Sob esta perspectiva, em 2010, foi realizado o I Seminário de Estudos Pedagógicos e Institucionais, com o objetivo de introduzir a temática da formação docente continuada e sua importância,

a partir do fortalecimento dos cursos de graduação e da valorização da dimensão interdisciplinar.

Em 2012, o evento foi novamente realizado, chegando à sua terceira edição em 2013, o qual evidenciou o crescente interesse da comunidade docente da UFT por momentos em que as dúvidas e angústias do cotidiano acadêmico pudessem ser expostas e debatidas.

Tornava-se, pois, cada vez mais contundente a necessidade de se implantar uma política de formação docente continuada. Neste sentido, a Prograd instituiu, em 2014, o Programa de Formação Docente Continuada (Profor), com o objetivo de torná-lo parte integrante da política educacional da instituição, bem como uma atividade acadêmica voltada para a progressão na carreira docente.

Concebido como um programa permanente, o Profor pretende contribuir para a difusão de uma prática pedagógica reflexiva, a partir da construção de um diálogo aberto e profícuo entre docentes, acadêmicos e a gestão do ensino superior na UFT.

Objetivos

Estimular o processo de reflexão crítica do docente na e sobre a prática pedagógica, buscando caminhos para a construção de uma aprendizagem significativa;

Incentivar trocas de experiências e projetos que agreguem docentes e cursos, favorecendo à interdisciplinaridade;

Respeitar as especificidades de cada curso e suas distintas relações com o processo ensino-aprendizagem;

Incluir as discussões inerentes ao exercício da profissão docente no debate do processo ensino-aprendizagem;

Proporcionar ao professor conhecer a dinâmica acadêmica e administrativa da instituição, apoiando e facilitando as ações e tomadas de decisões que permeiam a rotina do ensino de graduação.

Qualificação dos docentes

Existe o Plano de Formação Docente (Planfor) que é organizado segundo exigências e critérios da Capes para execução da política de qualificação docente. O Planfor é constituído a partir dos Planos de Qualificação e Formação Docente (Pqfd) de cada curso, de acordo com a Resolução Consepe 07/2012 e tem por fundamento a organização da qualificação docente. O programa recebe apoio em forma de bolsas da Capes, por meio do Programa de Formação Doutoral (Prodoutoral), que no ano de 2014

concedeu 10 bolsas e 10 auxílios moradias aos docentes que estão afastados e cursando doutorado dentro do planejamento instituído pelo Planfor.

A UFT possui um fluxo regular de afastamentos de docentes para aperfeiçoamento/qualificação em diversos programas, tais como o Dinter, Minter, programas da própria IES e de outras regiões do país. Os afastamentos são realizados de acordo com o prescrito no Pqfd de cada curso. Portanto, esta política de incentivo da UFT está permitindo a obtenção de maiores índices de qualificação do seu corpo docente, o qual corresponde a um dos indicadores de desempenho requisitados pelo Ministério da Educação.

4.2.2. Política de pessoal para o corpo técnico administrativo

De acordo com dados da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep), a UFT possui em seu quadro 716 servidores técnico-administrativos. Deste total, 47% são especialistas, 11% são mestres ou doutores, como apresentado na tabela a seguir:

Quadro 31 – Titulação dos servidores técnico-administrativos

Nível de escolaridade	**2013**	**2014**	**2015**
Doutores	2	4	4
Mestres	59	77	65
Especialistas	336	361	366
Superior completo	113	201	195
Nível médio ou técnico	103	117	5
Nível fundamental	2	1	-
Total	**615**	**761**	**635**

Fonte: SIE, 2013, 2014, 2015.

Observa-se, pelos dados do quadro 26, que no último ano houve um decréscimo de 126 servidores.

4.2.2.1. Desenvolvimento da carreira dos técnicos-administrativos

As ações de desenvolvimento visam o crescimento do servidor enquanto sujeito no processo de trabalho e na carreira, através da movimentação de pessoal e do desenvolvimento na carreira. O desenvolvimento na carreira visa a qualificação do

processo de trabalho, considerando sua natureza dinâmica e o cumprimento da função social da Instituição, constituindo-se em perspectiva funcional que tenha como parâmetros o planejamento, o desenvolvimento institucional e a realização profissional dos trabalhadores.

Ações de movimentação de pessoal

a) Remoção interna

b) Remoção por saúde

Ações de desenvolvimento da carreira

a) Avaliação dos servidores técnico-administrativos em estágio probatório.

A resolução do Conselho Universitário nº 02/2011 dispõe sobre regulamentação da avaliação dos servidores técnico-administrativos no período de estágio probatório, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e a Lei nº 12.772 de 28 de novembro de 2012.

No ano de 2015 a Comissão de Avaliação e Validação (CAV) fez o acompanhamento, a orientação e a operacionalização de 114 (cento e quatorze) avaliações de estágio probatório de técnico administrativo.

b) Avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos na carreira.

A avaliação do servidor técnico-administrativo na carreira é regulamentada pelo Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos da UFT, por meio da Resolução do CONSUNI, nº 16/2009, visando a atender a Lei nº 11.091/05, Art. 3º IX e Decreto n° 5.825/06, Art. 3º VII e Art. 8º, 9º e 10.

Segundo Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep), o Processo de avaliação é realizado através de formulários que são disponibilizados para preenchimento *on line*, na Intranet. O processo é realizado em dois níveis: operacional e gerencial. A avaliação de desempenho relativa ao ano de 2015, será realizada em março de 2016.

4.2.2.2. Política para Formação dos Servidores

A formação dos servidores docentes da UFT é vista pela DDH como um conjunto de ações que busca de forma contínua qualificar e capacitar seus servidores. A qualificação visa proporcionar ao servidor conhecimentos teóricos e técnicos por meio de processos

educativos formais, como a graduação, especialização, mestrado e doutorado, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira. A capacitação visa preparar o servidor para desempenhar melhor suas funções pela atualização, complementação e aprofundamento dos conhecimentos já adquiridos, tendo em vista as inovações conceituais, tecnológicas e metodológicas.

As ações de formação tem como público-alvo os servidores, os Técnico-Administrativos da UFT, embora a maior adesão às atividades seja do corpo administrativo.

Ações de Capacitação

A capacitação é uma ação que contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais nas questões relativas à gestão administrativa e, ao mesmo tempo, fornece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades, valorizando aqueles que participam das iniciativas inovadoras e que buscam conhecimento para melhor desempenho de suas funções.

Sobre a política de formação dos servidores, Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep), informa que segue as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, que focaliza o incentivo e o apoio ao servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

A capacitação poderá ser feita por meio das seguintes modalidades: capacitação interna - eventos de curta duração realizados dentro da Instituição, na forma de treinamento e Capacitação Externa - eventos de curta duração realizados fora da instituição na forma de estágio profissional, como visitas técnicas, cursos, congressos, encontros, seminários, fóruns, mesas-redondas, palestras, oficinas ou similares, com a finalidade de formar multiplicadores do conhecimento na Instituição.

A UFT conta o Programa Desenvolvendo os Talentos Humanos da UFT regulamentado pela Resolução Consuni nº 06/2006 que objetiva criar mecanismos de estímulo para a formação continuada e possibilitar aos servidores técnico-administrativos da UFT qualidade e competência técnica na execução de seus trabalhos, buscando potencializar o desempenho individual e coletivo para o desenvolvimento humano, profissional e institucional.

São integrantes deste Programa os seguintes projetos:

I – Servidor Multiplicador;

II – N@vegar é Preciso;

III – de Treinamento;

IV – Outros projetos a serem desenvolvidos pela Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – PROGEDEP.

Projeto Servidor Multiplicador

O principal programa executado como forma de capacitação interna denomina-se **Servidor Multiplicador** e tem por objetivo promover a capacitação técnica e administrativa dos servidores e a melhoria de seus níveis de produtividade, qualidade e satisfação.

Anualmente a Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP) por meio da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas e Organizacional (DDP) elabora um edital de Seleção de Projetos e Instrutores com a finalidade de angariar propostas de Projetos de Cursos e de Instrutores para o Projeto Servidor Multiplicador junto aos servidores das UFT.

O objetivo geral do edital é angariar propostas de Projetos de Cursos de Capacitação, bem como de Cadastro de Instrutores, junto aos servidores com a finalidade de promover a capacitação técnica e administrativa e consequente melhoria nos níveis de produtividade, qualidade e satisfação dos usuários, estabelecendo um clima de confiança, cooperação e humanização das ações institucionais.

Quadro 32 - Cursos oferecidos pelo Programa Servidor Multiplicador - 2015.

NOME DO CURSO	CAMPUS DE REALIZAÇÃO	OBJETIVO GERAL	NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	RECURSO FINANCEIRO – EM R$
Curso Licitações e Contratações Públicas.	Palmas	Proporcionar aos servidores uma visão geral acerca do tema Licitações, considerando as normas legais que disciplinam os procedimentos a serem adotados nos processos de compras públicas.	25	R$ 1.920,00
Curso Rotinas e Processos dos Cursos de Pós-Graduação Strictu Sensu	Palmas	Compreender a rotina e o processo dos Cursos de Pós-Graduação Strictu Sensu.	23	R$ 1.920,00
Curso Básico de Fotografia	Palmas	Compreender o processo de captação de imagens e as formas de obter qualidade com	14	R$ 1.920,00

		os diversos equipamentos.		
Curso de Pintura e Customização de peças em MDF	Palmas	Promover a apropriação do conhecimento básico sobre pintura em MDF, oferecer oportunidade de confraternização entre os participantes do curso e desenvolver habilidades manuais, estimulando atenção e o trabalho em equipe.	14	R$ 960,00
Curso Elaboração de Projetos de Pesquisa-Palmas	Palmas	Oferecer suporte teórico e prático para a elaboração de projetos de pesquisa.	27	R$ 3840,00
Curso Relacionamento Interpessoal e Liderança Organizacional	Palmas	Apresentar os principais conteúdos relacionados à liderança organizacional e relacionamento interpessoal de forma prática e dinâmica.	45	R$ 1536,00
Curso Atendendo com Excelência	Miracema	Proporcionar aos servidores da UFT elementos essenciais para a boa prática do atendimento ao público sob a ótica da qualidade e da excelência.	20	R$ 1.920,00
Curso "Liderança e Coaching - Liderando Equipes, Formando Líderes"	Palmas	Propiciar aos servidores conhecimento/aperfeiçoamento sobre o processo e as práticas de liderança a partir do Coaching.	30	R$ 1.920,00
Curso Elaboração de Projetos de Pesquisa	Araguaína	Oferecer suporte teórico e prático para a elaboração de projetos de pesquisa.	17	R$ 2.240,00
Curso Básico Calc-LibreOffice (Planilha Eletrônica)	Tocantinópolis	Oferecer conhecimento básico e prático em planilha eletrônica de cálculo.	9	R$ 2.880,00
Curso ESP - English for especific pourposes: básico e intermediário de Inglês Instrumental	Arraias	Melhorar os conhecimentos da Língua Inglesa.	11	R$ 1.920,00
Treinamento em Serviço Gestão de Curso de Graduação	Palmas	Fornecer orientação aos novos coordenadores de curso de graduação do campus sobre os fluxos e processos administrativos e acadêmicos.	9	Não teve custo
Curso de Libras	Palmas	Promover a oportunidade de aprender a comunicação através da Língua Brasileira de Sinais.	14	R$ 5.568,00
Curso de Introdução ao Raciocínio Lógico	Araguaína		18	R$ 2.400,00
Curso Processo Administrativo Federal - Legislação, Instrução e Aspectos Práticos	Palmas	Conferir aos servidores conhecimentos básicos necessários ao bom manejo e instrução de processos administrativos no âmbito desta instituição e do serviço público como um todo.	21	R$ 1.920
Curso de Português Instrumental para Prática de Redação Oficial	Palmas	Contribuir para a atualização e capacitação do profissional que utiliza a linguagem escrita no seu dia-a-dia.	16	R$ 3.456,00
Curso de Planejamento, Gestão de Eventos e Cerimonial	Palmas	Habilitar servidores e estagiários da UFT a planejar, gerenciar, implementar e avaliar eventos universitários e conceber os conceitos de cerimonial.	14	R$ 4.574,00
Curso Instrumental para Leitura de Textos em Língua Inglesa	Palmas	Desenvolver estratégias de leitura de textos em língua estrangeira em vários níveis.	21	R$ 1536,00
Yoga na UFT	Palmas	Propiciar aos servidores momentos em que possam alcançar bem-estar geral, condição naturalmente haurida com a regularidade da prática.	18	R$ 384,00
Ginástica Laboral Pilates e Alongamento	Palmas	Melhoras no ambiente e qualidade de vida dos servidores através da prática saudável de exercícios físicos no próprio ambiente de trabalho, incentivando-os a uma rotina de atividades dentro e fora do local de trabalho.	60	R$ 6.000,00
Oficina de Música Canto Coral	Palmas	Promover a qualidade de vida dos servidores, bem como estimular o fomento da fruição e	30	R$ 7.734,00

		da prática musical vocal, no âmbito da UFT.		
CURSOS	**CAMPI ATENDIDOS**		**NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS**	**RECURSO FINANCEIRO – EM R$**
21	05	**TOTAL**	450	R$ 56.548,00 com rubrica Gecc R$ 4.992,35 Diárias e R$ 00,00 Passagens

Fonte: PROGEDEP (2015)

Os servidores que ministram cursos pelo Projeto Servidor Multiplicador percebem uma gratificação denominada Gratificação por Encargos de Cursos e Concursos essa é regulamentada pelo Decreto 6.114/200/ e a Resolução PROAD Nº 02/2012, de 03 de agosto de 2012.

Figura 03 - Identidade visual do Projeto Servidor Multiplicador

Figura 04 - Foto do Curso de Cerimonial

Figura 05 - Foto do Curso de Liderança e Coaching

Fonte: PROGEDEP (2015)

Treinamentos

Os projetos de treinamentos também estão contemplados na Resolução Consuni nº 06/2006. Esse tipo de capacitação de acordo com o PDIPCCTAE (Resolução Consuni 19/2006) e Decreto n.º 5.707 de 23/02/2006, visa à aquisição de conhecimentos e de habilidade operacional sob supervisão específica.

Esses eventos objetivam a disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais. Tendo em vista, que a UFT tem passado por um momento de descentralização, esse tipo de evento é de grande importância, pois nesses encontros é disseminar novos conhecimentos, rotinas, métodos, padronização dos serviços e políticas visando à descentralização institucional e ainda a troca de conhecimentos entre profissionais de áreas afins.

Nos últimos 4 (quatro) anos a Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas e Organizacional por meio da Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento tem investido na implantação de Treinamento dentro da instituição, visto que, tem sido uma prática exitosa para a UFT.

:

Quadro 33 – Treinamentos realizados em 2015.

NOME DO CURSO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	OBJETIVO GERAL	NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	RECURSO FINANCEIRO R$
3ª Capacitação em Execução Orçamentária e Financeira de Gestores da UFT	Porto Nacional	Promover a capacitação dos gestores da UFT na área de execução orçamentária e financeira de modo a fornecer subsídios para o desenvolvimento das atividades inerentes às atribuições às quais lhe são conferidas.	37	R$ 9.951,50 Diárias
5º Encontro de Gestores Administrativos da UFT	Porto Nacional	Dar continuidade a ação aprimoramento das rotinas práticas de gestão da Diretoria Administrativa a fim de auxiliar aos Coordenadores Administrativos e responsáveis pelos setores de compras, patrimônio, almoxarifado, transporte, dos *Campi* no desempenho de suas atividades. Desenvolvendo conhecimentos gerenciais aplicados à área administrativa para o aprimoramento das atividades, formando profissionais que atuem de maneira proativa na busca de soluções e melhorias para o desempenho da instituição.		
TREINAMENTOS	**CAMPI ATENDIDOS**	**Total**	**NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS**	**RECURSO FINANCEIRO – EM R$**
02	07		37	R$ 9.951,50 Diárias DDP R$ 9.951,50 Diárias Total

Fonte: PROGEDEP (2015)

Projeto N@vegar é Preciso

O projeto N@vegar é Preciso tem por objetivo fomentar e incentivar a aprendizagem à distância, proporcionando condições para o autodesenvolvimento e respeitando o tipo de aprendizagem que cada pessoa deseja observar.

Quadro 34 – Curso realizados pelo projeto n@vegar é preciso

PROJETO N@VEGAR É PRECISO				
NOME DO CURSO	**CAMPUS DE REALIZAÇÃO**	**OBJETIVO GERAL**	**NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS**	**RECURSO FINANCEIRO – EM R$**
Curso EaD Empreendedorismo no Setor público	Curso à Distância pela Plataforma Moodle	Identificar oportunidades nas quais o comportamento empreendedor pode ajudá-lo(a) a atingir seus objetivos pessoais e organizacionais.	38	R$ 1.800,00 GECC
CURSO EAD	**CAMPI ATENDIDOS**	**TOTAL**	**NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS**	**RECURSO FINANCEIRO – EM R$**
01	Todos os Campi		38	R$ 1.800,00 GECC

Fonte: PROGEDEP (2015)

Cursos in Company

Outra forma de **Capacitação Interna** foram os **CURSOS *IN COMPANY***. Este tipo de curso tem se destacado na UFT, pois tem trazido excelentes resultados para a instituição, visto que, os conteúdos ministrados são adequados às necessidades da instituição e direcionados para os reais interesses dos participantes. O curso adota a metodologia de exposição dialogada, discussões em grupo e exercícios práticos.

Os cursos descritos abaixo foram realizados através da contratação de empresas especializadas para ministrar a capacitação na modalidade *in company*.

Quadro 35 – Curso realizados in company

CURSOS IN COMPANY				
NOME DO CURSO	**CAMPUS DE REALIZAÇÃO**	**OBJETIVO GERAL**	**NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS**	**RECURSO FINANCEIRO – EM R$**
Workshop Desenvolvimento de Técnicas de Secretariado com Foco na	Palmas	Contribuir para a formação de profissionais responsáveis pelo assessoramento, planejamento, organização e execução de serviços nas	40	R$ 26.000,00 Contratação R$ 14.471,09 Diárias

administração Pública		instituições públicas.		
Curso de Oratória	Palmas	Adquirir novas técnicas de comunicação verbal e não verbal, técnicas para falar em público; técnicas para ministrar palestras, presidir solenidades; praticar uma comunicação mais assertiva nos contatos interpessoais.	20	R$ 10.400,00 Contratação
Curso In Company de Gestão e Fiscalização de Contrato	Palmas	Visualizar todo o processo de contratação, compreendendo a legislação e sua aplicação prática, focalizando os procedimentos técnicos do acompanhamento contratual capacitando e aperfeiçoando os envolvidos no processo.	40	R$ 21.460,35 Contratação R$ 7.713,30 Diárias
Curso In Company Gerenciamento Ágil de Projetos de Software com Scrum	Palmas	Discutir os papéis do SrumMaster, do Product Owner e do time de desenvolvimento; abordando com detalhes as reuniões e artefatos do Scrum, como o product backlog, os sprints, o planning meeting e outros.	20	R$ 43.500,00 Contratação R$ 1.736,20 Diárias
Curso In Company de Gestão do Risco no Setor Público	Palmas	Apresentar os conceitos, os princípios, a estrutura e o processo para gerenciamento de riscos em organizações, incluindo o desenvolvimento de políticas, ferramentas e arranjos organizacionais para a implementação e avaliação da gestão de riscos, considerando os avanços mais recentes e significativos na matéria, com vistas a fornecer a gestores, unidades de auditoria interna e de controle interno uma metodologia pra implantar e avaliar a maturidade da gestão de riscos.	22	R$ 30.980,00 Contratação
Curso In Company Outdoor Training	Palmas	Proporcionar estímulos e oportunidades de reflexão sobre os desafios e mudanças que estão ocorrendo nos indivíduos e nas organizações, bem como o adequado posicionamento frente a esta nova e desafiadora realidade.	27	R$ 12.000,00 Contratação
CURSOS	**CAMPI ATENDIDOS**	**TOTAL**	**NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS**	**RECURSO FINANCEIRO – EM R$**
06	Todos os campi		169	R$ 144.340,35 Contratação R$ 23.920,59 Diárias

Fonte: PROGEDEP (2015)

Foram capacitados 700 servidores em 2015 e o valor total de recursos financeiros foi de **R$ 259.716,53** (duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta e três centavos).

4.2.2.3. Ações de Integração e Valorização dos Servidores

Foram promovidos, ainda, outros eventos com objetivo de promover a valorização dos servidores, a qualidade de vida e a integração dos servidores da UFT, conforme descrição abaixo:

Quadro 36 – Ações de Integração realizadas

NOME DA AÇÃO	REALIZAÇÃO	OBJETIVO GERAL	AÇÕES	RECURSO FINANCEIRO – EM R$
DIA DA MULHER	Todos os Campi	Promover evento para valorização das mulheres nos espaços da universidade.	Cada Campus fez uma programação.	Não teve custo.
OUTUBRO ROSA	Todos os Campi	Promover a sensibilização dos servidores sobre	Com o intuito de promover o movimento Outubro Rosa, A Pró-Reitoria, por meio da DDP, lançou uma campanha pela página do facebook, para que os servidores enviassem uma foto rosa de sua equipe de trabalho. Foram distribuídos lacinhos em forma de broches para conscientização das pessoas.	Não teve custo
SEMANA DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	Todos os Campi	Homenagear o servidor público da UFT bem como ter um momento de reflexão sobre o "ser" servidor público, sua real importância para sociedade.	Cada Campus fez uma programação.	Brindes e Coffe break Patrocínios externos.
RODA DE CONVERSA SOBRE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO	Todos os Campi	Foi realizada uma roda de conversa sobre Aposentadoria no Serviço Público, com o intuito de informar aos servidores e esclarecer todas as dúvidas a respeito deste assunto.	Uma servidora da reitoria passou por todos os campi ministrando Palestra sobre a Aposentadoria no Serviço Público.	Diárias custeadas pela rubrica da PROGEDEP.
PALESTRA SEGURANÇA DO TRABALHO	Todos os Campi	Foi realizada uma Palestra sobre Segurança do Trabalho com o intuito de informar aos servidores e esclarecer todas as dúvidas a respeito deste assunto.	Um servidor da Reitoria passou por todos os campi ministrando palestra sobre Segurança do Trabalho.	Diárias custeadas pela rubrica da PROGEDEP.
CURSO DE AUTOMAQUIAGEM	Palmas/Reitoria	Evento com foco no bem estar e valorização das servidoras.	Foi realizado em parceria com o SENAC.	Não teve custo.
O QUE O TRABALHO FAZ COM A MINHA CABEÇA	Palmas	Prevenir e alertar os servidores sobre os possíveis reflexos que o trabalho pode trazer para sua vida.	Uma mesa redonda.	Não teve custo.

AÇÕES	CAMPI ATENDIDOS	
07	Todos	

Fonte: PROGEDEP (2015)

Fotos da Programação do Dia da Mulher

Figura 06 - Momento de relaxamento com massagem.

Figura 07 - Amostra de Artesanato.

Figura 08 - Momento musical com o Canto Cora UFT.

Figura 09 - Momento de dicas para mulheres "Chique é ser simples".

Fotos da Programação do Dia do Servidor Público Federal:

Figura 10 - Momento saúde: Aferindo a pressão e medindo a glicose dos servidores.

Figura 11 - Foto da servidora em um momento de beleza – fazendo a sobrancelha.

Figura 12 - Momento musical.

Figura 13 - Renovação do cartão de vacinas.

Figura 14 - Acupuntura.

Figura 15 - Curso de Automaquiagem

Figura 16 - Curso de Automaquiagem

Fotos da Programação do Outubro Rosa:

Figura 17 - Equipe PROGEDEP para o Outubro Rosa

Figura 18 - Distribuindo lacinhos (símbolo do outubro rosa) para conscientização.

4.3. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A presente dimensão trata da sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. A Universidade Federal do Tocantins tem como mantenedor o Ministério da Educação

(MEC). Nesse sentido, cabe a este garantir recursos financeiros e orçamentários para o pleno funcionamento da instituição.

4.3.1. Orçamento da UFT

A UFT, assim como as demais universidades públicas federais, tem no Governo a sua principal fonte de financiamento. Além disso, a instituição também conta com a receita proveniente de arrecadação de recursos próprios, mediante realização de concursos e outras prestações de serviços. A proposta orçamentária da UFT foi elaborada em consonância com os limites orçamentários definidos pelo MEC, para o exercício de 2015, e com as bases do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2015.

As fontes de recursos que sustentam as Ifes são divididas em recursos oriundos do tesouro nacional, recursos diretamente arrecadados (recursos próprios), descentralizações de órgãos que compõem a esfera federal e aqueles provenientes de convênios e contratos com organismos públicos ou privados. Os recursos do tesouro são distribuídos em programas e ações que contemplam as despesas constitucionalmente obrigatórias, seja pagamento de pessoal, benefícios e as discricionárias com vistas a financiar a manutenção das atividades do órgão e investimento para aquisição de bens e/ou edificações.

Os recursos disponibilizados para a instituição são distribuídos pela Matriz Andifes, na qual são calculados a partir do número de cursos, área de conhecimento do curso, número de discentes ingressantes e concluintes, dentre outras variáveis.

Análise da Matriz Andifes

A Matriz Andifes utilizada pelo governo federal para alocação de recursos de custeio estabelece a seguinte fórmula:

$$Nfte_{(G)} = \left\{[N_{di} * D * (1+R)] + \left[\frac{N_i - N_{di}}{4}\right] * D\right\} * BT * BFS * PG$$

Onde:

$Nfte_{(G)}$= número de alunos equivalente (graduação)

N_{di} = número de diplomados

N_i = número de ingressantes

D = duração média do curso

R = coeficiente de retenção

BT= bônus por turno noturno

BFS = bônus por curso fora de sede

PG= peso do grupo

Cálculo do aluno equivalente para o mestrado e doutorado:

$$Nfte_{(m)} = NM * FMD * PG$$

$Nfte_{(m)}$= número de alunos equivalente do mestrado

NM= número de alunos matriculados e efetivos do mestrado

FMD= fator de tempo dedicado a cursar disciplinas no mestrado

PG= peso do grupo

Analisando-se as fórmulas é possível verificar que a alocação de recursos pelo governo é influenciada fortemente pelo número de concluintes, pela duração média do curso e pela retenção do curso.

A política de captação e alocação destes recursos é apresentada no quadro abaixo:

Quadro 37- Politica de Captação e Alocação de Recursos

	POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DOS RECURSOS	ALOCAÇÃO DOS RECURSOS
1 – Tesouro Nacional	- Previsão no PPA do valor necessário ao ano em referência; levantamento das necessidades de recursos da UFT; solicitação e negociação do orçamento junto ao MEC	Despesas de custeio e investimento das áreas de execução orçamentária da UFT
2 - Próprios	- Realização de concursos públicos, concessão de direito a uso de espaços da UFT	Despesas das áreas de execução orçamentária da UFT
3 – De outros órgãos	- Acordos entre as Pró-reitorias da UFT e órgãos de fomento ou órgãos que gerem projetos e planos de interesse do governo	Despesas de custeio e/ou de investimento da área de execução orçamentária à qual foram destinados os recursos descentralizados, de acordo com a finalidade do projeto/plano
4 - Emendas	Emenda apresentada por deputados e senadores com a participação da Universidade	Despesas de custeio e/ou de investimento da área de execução orçamentária à qual foram destinados os recursos da emenda, de acordo com a finalidade d acordo do projeto/plano

Fonte: Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento/ UFT, 2015.

4.3.2. Execução Orçamentária

A execução do orçamento da UFT está dividida em dois grupos de natureza de despesa: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são aquelas associadas ao custeio da estrutura administrativa da universidade, tais como despesas com pessoal, despesas continuadas para garantir o funcionamento da universidade e despesas para financiar os programas institucionais. As despesas de capital são aquelas que estão associadas aos investimentos em bens de capital, construções e reformas em edificações.

Na condição de mantenedor das universidades públicas federais, o MEC aloca parte dos recursos de custeio e capital por meio de um modelo de partição de recursos (Matriz Andifes). Para tanto, o MEC usa como principal critério de distribuição o número de alunos equivalentes. Segundo esse modelo de distribuição de recursos, a universidade que tem o maior número de alunos equivalentes recebe uma maior fatia do orçamento da união destinada para a manutenção do ensino superior.

Quadro 38 - Orçamento da UFT aprovado para 2015

DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS PARA UFT	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2015		
	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	**1.387.906,00**		**1.387.906,00**
EDUCAÇÃO BÁSICA	**4.560.986,00**		**4.560.986,00**
Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	4.560.986,00		4.560.986,00
EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	**62.124.703,00**	**37.796.076,00**	**99.920.779,00**
Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	1.303.143,00	2.592.077,00	3.895.220,00
Funcionamento e modernização de instituições federais de ensino superior	47.318.369,00		47.318.369,00
Matriz Andifes	37.080.233,00		37.080.233,00
Recursos próprios	7.353.518,00		7.353.518,00
PASEP	1.584.618,00		1.584.618,00
Emenda - universidade da maturidade (UMA)	900.000,00		900.000,00
Emenda - Araguaína	400.000,00		400.000,00
Reestruturação e modernização de instituições hospitalares federais		8.000.000,00	8.000.000,00
Assistência ao estudante de ensino superior (Pnaes)	10.443.043,00	6.183.607,00	16.626.650,00
Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior	3.060.148,00	21.020.392,00	24.080.540,00
Reestruturação e expansão de instituições	3.060.148,00	20.770.392,00	23.830.540,00

federais de ensino superior			
Emenda - HMVZ		250.000,00	250.000,00
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	**197.845.589,00**		**197.845.589,00**
Pessoal e encargos sociais	158.461.777,00		158.461.777,00
Benefícios aos servidores	10.706.075,00		10.706.075,00
Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação	610.000,00		610.000,00
Contribuições da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores	28.067.737,00		28.067.737,00
TOTAL	**265.919.184,00**	**37.796.076,00**	**303.715.260,00**

Fonte: Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento/ UFT, 2015.

Quadro 39 - Demonstração da Execução do Orçamento da UFT – Ano 2015

DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS PARA UFT	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2015				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA CUSTEIO	EXECUTADO CUSTEIO	DOTAÇÃO ATUALIZADA CAPITAL	EXECUTADO CAPITAL	TOTAL EXECUTADO
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	**1.652.297,89**	**1.652.297,89**			**1.652.297,89**
EDUCAÇÃO BÁSICA	**4.560.986,00**	**830.953,00**			**830.953,00**
Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Ed. Básica	4.560.986,00	830.953,00			830.953,00
EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO,PÓS-GRADUAÇÃO,ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	**63.124.703,00**	**56.605.083,17**	**36.796.076,00**	**24.999.247,16**	**81.604.330,33**
Fomento às ações de graduação, pós- graduação, ensino, pesquisa e extensão	1.303.143,00	407.912,81	2.592.077,00	349.989,16	757.901,97
Funcionamento e modernização de instituições federais de ensino superior	47.318.369,00	43.446.666,36			43.446.666,36
Matriz Andifes	37.080.233,00	36.727.730,33			36.727.730,33
Recursos próprios	7.353.518,00	4.221.349,12			4.221.349,12
PASEP	1.584.618,00	1.797.586,91			1.797.586,91
Emenda - universidade da maturidade (UMA)	900.000,00	500.000,00			500.000,00
Emenda - Araguaína	400.000,00	200.000,00			400.000,00
Reestruturação e modernização de instituições hospitalares federais			8.000.000,00	602.105,63	602.105,63
Assistência ao estudante de ensino superior (Pnaes)	10.443.043,00	8.782.258,91	3.183.607,00	872.019,22	9.664.278,13
Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior + EMENDA+ SUPLEMENTAÇÃO	4.060.148,00	3.968.244,99	23.020.392,00	22.925.133,15	26.893.378,14
Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior + Suplementação	4.060.148,00	3.968.244,99	22.770.392,00	22.675.133,15	26.643.378,14
Emenda - HMVZ			250.000,00	250.000,00	250.000,00
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	**199.531.842,26**	**194.106.627,88**			**194.106.627,88**
Pessoal e encargos sociais	158.461.777,00	155.992.529,30			155.992.529,30
Benefícios aos servidores	10.706.075,00	8.145.844,64			8.145.844,64
Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação	610.000,00	214.263,68			214.263,68
Contribuições da União, de suas Aut. e Fund. para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores	29.753.990,26	29.753.990,26			29.753.990,26
TOTAL	**268.869.829,15**	**253.194.961,94**	**36.796.076,00**	**24.999.247,16**	**278.194.209,10**

Fonte: Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento/ UFT, 2015

4.3.2.1. Despesas de Custeio

As despesas de custeio são aquelas associadas à manutenção e funcionamento dos órgãos. Ex: pessoa jurídica, bolsas de estudos, diárias, passagens, etc.

Em 2015 a UFT contou com um orçamento inicial no valor **de R$ 303.715.260,00** incluindo-se recursos provenientes de emendas parlamentares impositivas de custeio liberadas no valor de R$ 500.00,00 para Universidade da Maturidade - UMA, R$ 200.000,00 para o funcionamento da UFT e R$250.000,00 para atender HMVZ em Araguaína, essa última, emenda de capital. A execução total da LOA incluindo-se as suplementações no decorrer do exercício foi no total de R**$ 278.194.209,10.**

Recursos próprios foram executados na ordem de R$ 4.221.349,12 de acordo com a arrecadação no decorrer do exercício de 2015.

Houve alterações orçamentárias no decorrer do exercício sendo cancelados R$ 3.000.000,00 de recursos de capital da ação - Assistência ao estudante de ensino superior (Pnaes) - e foram suplementados na ação Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior sendo R$ 1.000.000,00 para custeio e R$ 2.000.000,00 para capital a fim de complementar os recursos das despesas continuadas e das obras em andamento nos diversos campi, ajustes estes necessários para o bom funcionamento da universidade, conforme quadro de execução acima.

O Ministério da Educação que coordena as ações da folha de pagamento também remanejou saldos orçamentários para garantir o fechamento do exercício 2015.

A Ação Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica tem como objetivo promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação. No exercício de 2015 essa ação teve sua execução comprometida em função dos cortes efetuados pela MEC sendo liberado**s** recursos apenas para quatro projetos dessa ação (PRO LINDI, FORMAÇÃO DE PROFESSORES, EDUCAÇÃO NO CAMPO, SABERES INDÍGENAS).

A ação Funcionamento e Modernização de Instituições Federais de Ensino Superior tem grande peso na execução orçamentária da UFT, isso porque o crédito orçamentário dessa ação é alocado nas principais despesas de manutenção da instituição, como manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição

e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

A Ação Fomento às Ações de Graduação, Pós- Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão tem o objetivo de apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando o desenvolvimento sustentável do Brasil. Em 2015 essa ação também foi comprometida em função dos cortes efetuados pelo MEC no decorrer do exercício. São projetos executados nessa ação o Programa Proext, (projetos de extensão concorridos via edital) Programa Viver sem Limite Educação Bilíngue (projeto voltado à implantação do curso de Libras em Porto Nacional) Projeto Inglês sem Fronteiras (coordenado pela Diretoria de Assuntos Internacionais) e Projeto Mais Médicos (atender aos professores da área da saúde que coordenam o internato rural).

A ação Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais, teve a dotação orçamentária de R$ 8.000.000,00. Recursos para finalizar o Projeto de Implantação do Hospital Universitário de Palmas, foi realizado apenas o Aditivo para finalizar esse projeto. A licitação do próprio hospital começou a ser realizada no final do exercício de 2015 e deve ser homologada em 2016 para assim iniciar as obras.

A ação Assistência ao Estudante de Ensino Superior tem como objetivo garantir a permanência e o sucesso dos alunos com vulnerabilidade social que ingressam na universidade. Os recursos alocados na ação foram destinados ao pagamento de bolsas de assistência estudantil para garantir a permanência do aluno e evitar com isso a evasão escolar, para pagamento de transporte para participação dos alunos em eventos acadêmicos e para o estímulo ao esporte e cultura. Foram executados cerca de 84% de recursos de custeio do PNAES, sendo a maioria em bolsas para estudantes, auxílios financeiros, locação de ônibus e subsídios aos estudantes para alimentação no RU. No que se refere aos recursos de capital, mesmo com os cortes feitos pelo governo federal, foram executados R$ 872.019,22 para atender à finalização da obra do Restaurante Universitário do Campus de Gurupi.

A ação Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior trata-se do apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas instituições federais de ensino superior. O Reuni é o programa do governo federal de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no plano de desenvolvimento de educação do MEC. Foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no ensino superior.

Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública.

A partir do plano apresentado, cada universidade receberá investimentos para a aplicação em ações como contratação de professores e servidores administrativos, recuperação e construção de instalações físicas e aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de professores e órgãos administrativos.

Os recursos do REUNI mesmo com os cortes efetuados pelo Governo Federal, foi possível a execução dessa ação quase em sua totalidade devido liberação de saldo orçamentário para atender as medições de obras que se encontram em andamento e para compra de arquivo e mobiliário para todos os Campi.

Por último, a ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação tem por objetivo a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Em virtude da greve que ocorreu em 2015 os cursos de capacitação ocorreram praticamente todos no final do exercício o que comprometeu a execução do total desse recurso que foi de apenas 35% em relação ao que estava aprovado na LOA.

4.3.2.2. Despesas de Capital

As despesas de capital são aquelas que estão associadas aos investimentos em bens de capital, construções e reformas em edificações.

A alocação dos recursos de capital foi feita visando a atender às demandas dos câmpus da universidade e teve como fundamentação as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O valor total de obras previstas (licitadas) para os *campi*, R$90.527.767,98 (um pouco mais de noventa milhões), estão sendo executadas desde 2014 e no exercício de 2015 foram empenhados R$ 22.925.133,15 em investimentos visando a continuidade dessas obras e para compra de equipamentos.

Mesmo com os cortes em investimentos feitos pelo governo federal foram liberados para a UFT saldos para empenho de medições de obras em andamento em todos os campi. Exemplos: para a construção de 7 Blocos Sala de Aula 3P (3 pisos) e Ala Administrativa; 7 Bibliotecas nos Campi; 3 Laboratórios; Complementação e continuidade de projetos/obras em andamento, distribuídos na Reitoria e todos os campi da UFT (Palmas, Miracema, Gurupi, Arraias, Araguaína e Tocantinópolis).

Quadro 40 - Investimentos em Infraestrutura nos Câmpus em 2015

Campus	Total
Araguaína	R$ 4.853.337,01
Arraias	R$ 2.142.822,80
Gurupi	R$ 2.298.114,94
Miracema	R$ 1.093.697,80
Palmas	R$ 3.150.425,86
Porto Nacional	R$ 2.778.585,76
Tocantinópolis	R$ 1.146.029,68
Reitoria	R$ 5.372.224,66
TOTAL	**R$ 22.925.133,15**

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial – SIAFI 2015

O desempenho do período analisado demonstra o contínuo esforço da universidade e comunidade acadêmica para compatibilizar a sustentabilidade econômica e a qualidade acadêmica associada ao compromisso social, que sempre caracterizaram a instituição.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

No Eixo “Infraestrutura Física” verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esse Eixo contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

5.1 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE

No ano de 2015, devido às restrições orçamentárias, algumas obras tiveram de ser paralisadas, e outras andaram em ritmo mais lento, porém buscou-se garantir a continuidade de alguns projetos.

Estas obras incluem espaço especificamente detalhado para a instalação de biblioteca em cada *campus*, blocos de salas de aula e laboratórios, pavimentação, construção de obras do Plano Integrado, além da realização de reformas e melhoria dos prédios da instituição para dar melhores condições de trabalho para servidores e de aprendizagem para os estudantes. O valor de investimento em obras no ano foi de aproximadamente R$16 milhões.

Restaurante Universitário

No ano de 2012, foi iniciada a construção da primeira etapa da obra do restaurante universitário no *Campus* de Gurupi, nos anos seguintes deu-se a continuidade dessa construção, sendo a mesmo concluída no ano de 2015.

Essas ações fazem parte da política de assistência estudantil da instituição e têm como finalidade fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária.

Hospital Universitário

Foram investidos mais de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) na construção do Hospital Universitário do Tocantins (Huft). Quando concluído o hospital terá 34 mil metros quadrados de área construída, e contará com 400 leitos e 48 ambulatórios.

A previsão da conclusão da obra é 2019.

Pistas de Atletismo

Iniciada em 2015, a construção de da pista de atletismo no *Campus* de Palmas. No final do ano de 2015 foi licitada a construção de mais uma outra pista no *Campus* de Miracema, que terá sua execução iniciada ainda no primeiro semestre de 2016.

A pista iniciada em Miracema servira de suporte para o Curso de Educação Física e poderá ser usufruída por toda a comunidade acadêmica.

Estas serão as primeiras pistas nos padrões internacionais do Estado. A obra da construção da pista de Palmas foi licitada no valor de R$ 4 milhões, com oito raias de 400 metros e área total mínima de 5.000 m^2, a pista de Miracema foi licitada no valor de R$ 3.600.00,00 milhões (três milhões e seiscentos mil), com quatro raias de 400 metros e área total mínima de 3000 m2.

Ambas as pistas possuem um campo de futebol de grama nas medidas oficiais, adequado aos padrões de cada pista.

Plano Integrado

O Plano Integrado para Fortalecimento da Infraestrutura Urbanística, esta sendo executado nos *Campus* de Miracema, Porto Nacional, Araguaína e Palmas.

Iniciado em 2014, a primeira etapa destes projetos tem o propósito de integrar todos os prédios, melhorar a acessibilidade e iluminação externa. Com a conclusão destas obras teremos um ambiente com paisagismo mais adequado e com espaços de convivência em recantos especiais.

No ano de 2015, foi dado continuidade a estes projetos onde foram concluídas as obras do plano integrado nos Campus de Miracema, Porto Nacional, Araguaína (CIMBA e EMVZ)

Obras de reestruturação e ampliação do Complexo Laboratorial

As obras nos laboratórios contemplaram os Campus de Araguaína, Palmas e Gurupi. Foi iniciado em 2014, a construção da 2º etapa do complexo Laboratorial no Campus de Araguaína. Em 2015 foi dada continuidade a construção da 2º etapa do complexo laboratorial do *campus* de Gurupi.

No campus de Palmas as obras dos complexos laboratoriais foi paralisada no inicio de 2015, porém esta obra tem previsão de ser reiniciada ainda no primeiro semestre de 2016.

As obras de construção e/ou reforma dos laboratórios de Araguaína e Gurupi têm suas conclusões previstas ainda para o primeiro semestre do ano de 2016.

As obras do Campus de Palmas vão atender os cursos de Engenharia Civil, Comunicação Social/Jornalismo e Nutrição. As obras do Campus de Gurupi vão atender a todos os cursos ofertados no Campus.

Estes investimentos em obras darão melhores condições para os cursos e possibilitarão a expansão com novos cursos.

Salas de Aula

Foi iniciado no ano de 2014, a construção de blocos de salas de aula nos campi de Porto Nacional, Miracema, Gurupi, Araguaína (EMVZ) e Tocantinópolis.

No *Campus* de Araguaína (EMVZ) O PROJETO PREVÊ a construção de um bloco de três pavimentos (3P) com 18 salas de aulas.

No Campus de Arraias o projeto prevê a construção de 01 bloco de três pavimentos (3P), no qual serão construídas: no térreo, 04 salas de aula, 03 laboratórios de informática, 06 salas para projetos de iniciação a pesquisa e 01 auditório com capacidade para 200 pessoas. No primeiro e segundo pavimentos serão construídas salas de aula, no total 12 (doze) salas.

No Campus de Tocantinópolis, o projeto prevê a construção de 01 bloco de três pavimentos (3P), no qual serão construídas: no térreo, 02 salas de aula, 01 laboratórios de informática e, salas administrativas. No primeiro e segundo pavimentos serão construídas salas de aula, no total 12 (doze) salas.

No Campus de Gurupi, o projeto prevê a construção de 01 bloco de três pavimentos (3P), no qual serão construídas: no térreo, 04 auditórios, 02 com capacidade para 180 pessoas e 02 com capacidade para 115 pessoas e mais 02 salas de aula.

No primeiro pavimento serão construídas salas de aula, no total 12 (doze) salas e, no segundo pavimento 12 laboratórios..

Estas obras foram paralisadas no início do ano de 2015 devido à restrição orçamentária.

Bibliotecas Universitárias

Foi iniciado no ano de 2014, a construção de bibliotecas universitárias nos Câmpus de Araguaína, Miracema, Gurupi, Arraias, Porto Nacional e Tocantinópolis.

O campus de Araguaína receberá duas unidades na Escola de Medicina Veterinária (EMVZ) e na Unidade CIMBA.

As bibliotecas dos campi de Araguaína (EMVZ), Miracema, Tocantinópolis e Arraias possuem uma área a ser construída de 1942,60 m². Estas bibliotecas possuem dois pavimentos completos e mais um terceiro pavimento contando com dois almoxarifados. A área destinada ao acervo bibliográfico dessas bibliotecas será de 850 m² cada.

As bibliotecas dos campi de Araguaína CIMBA, Gurupi e Porto Nacional possuem uma área a ser construída de 2725,19 m². Estas bibliotecas possuem dois pavimentos completos e mais um terceiro pavimento contando com três almoxarifados. A área destinada ao acervo bibliográfico das bibliotecas de Araguaína CIMBA e Gurupi será de 900 m² cada e a de Porto Nacional 1235 m².

Além da área destinada ao acervo, todas estas bibliotecas contarão com salas de estudos individuais e em grupo, Sala de áudio e vídeo, Salas para preservação de livros e salas administrativas.

Estas obras foram paralisadas no início do ano de 2015 devido à restrição orçamentária.

Quadra Poliesportiva no Campus de Miracema

Como parte da infraestrutura destinada ao novo curso de Educação Física bem como para garantir um espaço para a pratica de atividades físicas de toda a comunidade acadêmica foi licitada no final do ano de 2015 a construção de uma Quadra Poliesportiva no Campus. A previsão para início desta obra é o primeiro semestre de 2016.

O projeto prevê um ginásio poliesportivo reversível tipo II com área 1795,00 m², e uma quadra externa descoberta. Será utilizado para diversas atividades esportivas, apenas através do remanejamento de equipamentos dentro da quadra. Esta obra estará concluída até o final do ano de 2016.

Outras Obras

No C*ampus* de Palmas, foi iniciada ainda no ano de 2014 a construção destinada a nova Reitoria, com uma área de 6278,84 m², porém esta obra, porém esta obra encontra-se paralisada desde o início de 2015 devido às restrições orçamentárias.

No final do de 2015 no campus de Palmas foi licitada a reforma do setor de almoxarifado e patrimônio, e sua conclusão está prevista para março de 2016. O objetivo desta obra foi

desocupar o espaço anteriormente utilizado pelos setores que se localizada em uma edificação alugada.

No *Campus* de Porto Nacional foi licitada no final do ano de 2015 a reforma do Telhado do Centro de Gestão Educacional (CGE), e sua conclusão está prevista para abril de 2016.

Os valores investidos em infraestrutura segregados por *campus* são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 41 - Investimentos em Infraestrutura por *campus* 2015

Câmpus	Descrição da Obra	Valor
Araguaína	Reforma Laboratório de Anatomia - EMVZ	R$ 380.000,00
	Reforma Laboratório de Física - CIMBA	R$ 243.000,00
	ADITIVO - Construção de edificação destinada a biblioteca na unidade CIMBA	R$ 139.894,66
	ADITIVO - Construção do complexo laboratorial do câmpus	R$ 197.933,83
	ADITIVO - Construção de bloco com 03 (três) pavimentos no câmpus unidade EMVZ	R$ 168.153,88
	ADITIVO - Construção de edificação destinada a biblioteca no câmpus unidade EMVZ	R$ 42.508,04
Palmas	Pista de Atletismo	R$ 4.856.285,51
	Reforma Almoxarifado e Patrimonio	R$ 89.894,64
	ADITIVO - Elaboração do projeto do hospital universitário	R$ 602.105,63
	ADITIVO - Construção da 2ª etapa do complexo laboratorial no câmpus	R$ 393.637,11
Miracema	Pista de Atletismo	R$ 3.670.000,00
	Quadra Poliesportiva de Miracema	R$ 3.500.000,00
	ADITIVO Construção de edificação destinada a biblioteca	R$ 233.848,80
	ADITIVO - Plano integrado de fortalecimento da infraestrutura urbanistica do câmpus - 1ª etapa	R$ 145.770,90
Porto Nacional	Reforma Telhado CGE	R$ 169.900,00
	ADITIVO - Plano integrado de fortalecimento da infraestrutura urbanistica do câmpus - 1ª etapa	R$ 298.056,85
Gurupi	ADITIVO Construção Biblioteca no câmpus	R$ 56.162,06
	ADITIVO Construção de 02 complexos laboratóriais - 2ª etapa	R$ 285.963,65
	ADITIVO - Construção de restaurante univérsitario - 2ª etapa	R$ 118.412,04
Arraias	ADITIVO - 2ª etapa - construção de edificação destinada a biblioteca no câmpus	R$ 5.099,77
	ADITIVO - Construção do bloco com 03 (três) pavimentos no câmpus	R$ 273,02

Tocantinópolis	ADITIVO - Construção de edificação destinada a biblioteca no câmpus	R$ 33.492,23
Reitoria	ADITIVO - Construção de edificação destinada à reitoria	-R$ 56.696,68
TOTAL		**R$ 15.573.149,90**

Fonte: Prefeitura Universitária; 2015

5.2 BIBLIOTECAS

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - UFT (Sisbib) é formado pelas bibliotecas dos *campus* de Palmas, Miracema, Porto Nacional, Gurupi, Arraias, Araguaína e Tocantinópolis.

O Sisbib tem como apoio administrativo um Comitê Gestor formado pelo coordenador geral das bibliotecas, pelos gerentes de bibliotecas dos câmpus e um discente indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A finalidade do Sisbib é oferecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica por meio de seus acervos e instalações, como suporte aos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, possibilitando o acesso à informação armazenada e gerada na universidade à comunidade acadêmica e ao público em geral.

As bibliotecas estão todas informatizadas, funcionando de forma integrada e adotam o padrão Marc 21 para catalogação e a Código de Classificação Dewey (CDD) para classificação. O sistema de gerenciamento do acervo adotado é o Sistema de Informação Para o Ensino (SIE) Módulo Biblioteca, software de gestão que integra todas as atividades administrativas e acadêmicas da universidade, possibilitando que todos os serviços sejam informatizados e o usuário passe a receber um melhor atendimento e uma diversidade de serviços e facilidades no acesso à informação. Tratando-se de uma universidade com várias bibliotecas com características e especificidades, de acordo com o *campus* a que está vinculada.

5.2.1. Política de Atualização, Manutenção e Expansão do Acervo das Bibliotecas

Visando a manutenção e atualização do acervo bibliográfico, a universidade tem adquirido, sistematicamente, acervo bibliográfico para as 08 (oito) unidades que fazem parte do Sisbib. A atualização do acervo bibliográfico é feita através da aquisição de listas solicitadas pelos cursos, considerando a proposta pedagógica dos mesmos e dando

prioridade para as bibliografias básicas e complementares dos cursos, constantes do Projeto Pedagógico de Curso, aprovados pelo Consepe e para os 14 novos que foram criados. Anualmente tem sido previsto orçamento para manutenção e atualização do acervo e aquisição da bibliografia básica e complementar de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

No ano de 2014 foram priorizados na composição do acervo voltado para PPC's dos cursos novos, conforme quadro descritivo abaixo.

Quadro 42 - Acervo das Biblioteca da UFT – 2015

CAMPUS	EXEMPLARES
Araguaína / Licenciaturas	40.043
Araguaína / MVZ	13.003
Arraias	15.145
Gurupi	18.764
Miracema	22.080
Palmas	69.838
Porto Nacional	35.244
Tocantinópolis	16.709
TOTAL	**230.826**

Fonte: Acervo das bibliotecas do SISBIB/UFT em 2015, atualizado até 30/11/2015

Quadro 43 - Acervo adquirido no ano de 2015

CAMPUS	CURSO	TITULO	EX	VALOR
ARRAIAS	Educação no Campo	21	123	5.681,94
ARRAIAS TOTAL		**21**	**123**	**5.681,94**
MIRACEMA	Psicologia	154	570	31.547,21
	Educação Física	38	186	10.845,58
MIRACEMA TOTAL		**192**	**756**	**42.392,79**
PALMAS	Ciências Econômicas	1	8	361,44
	Engenharia Ambiental	1	1	79,19
	Nutrição Total	24	140	12.605,12
	Direito Total	30	106	8.678,71
	Ciências Contábeis Total	132	847	47.078,59

	Medicina Comissão de Residência Médica	5	12	3.809,56
	Enfermagem	30	34	2.129,07
PALMAS TOTAL		**223**	**1148**	**74.741,68**
PORTO NACIONAL	Letras	89	326	10.701,85
	Pós Graduação em Ecologia de Ecótonos	8	17	1.395,38
	Geografia	16	66	2.149,65
	Mestrado em Geografia	3	9	223,98
	Relações Internacionais	22	186	6.991,07
PORTO NACIONAL TOTAL		**138**	**604**	**21.461,93**
TOCANTINÓPOLIS	Educação Física	95	680	38.420,37
	Educação no Campo	52	401	14.276,32
TOCANTINÓPOLIS TOTAL		**147**	**1081**	**52.696,69**
ARAGUAÍNA - EMVZ	Medicina Veterinária	38	411	48.251,72
ARAGUAÍNA - EMVZ TOTAL		**38**	**411**	**48.251,72**
ARAGUAÍNA - CIMBA	Geografia	13	92	4.080,68
	Cooperativismo	5	20	1.754,18
	Matemática	9	96	7.612,98
	Gestão Núcleo Comum	12	244	20.227,00
	Mestrado em Letras	1	4	65,48
	História	23	63	2.226,74
	Física	6	30	2.637,96
	Química	14	147	8.821,69
	Turismo	4	35	2.154,87
	Logística	14	145	7.872,74
	Mestrado Letras	5	20	466,29
	Letras Nacional	3	6	189,93
ARAGUAÍNA - CIMBA TOTAL		**124**	**987**	**69.245,49**
TOTAL GERAL		**883**	**5.110**	**314.472,24**

Relatório de Aquisição de Acervo 2015 - SISBIB

Atualizado até 30/11/2015

Em 2015, o Regulamento geral do Sistema de Bibliotecas passou por uma reformulação geral para atender ao novo cenário institucional e as novas perspectivas do ensino, pesquisa e extensão na UFT. Foi aprovada a Resolução nº 007/2015 e 014/2015 visando a acessibilidade informacional às pessoas com deficiências, novos produtos e serviços à comunidade acadêmicas.

5.2.2. Serviços Oferecidos pelas Bibliotecas do Sistema

- Acesso aos periódicos da Capes;
- Consulta a bancos de dados nacionais e internacionais;
- Consulta ao acervo em geral;
- Consultas locais e *on line* ao acervo em geral;
- Elaboração de fichas catalográficas dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação da instituição eletronicamente;
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Empréstimo institucional;
- Empréstimos domiciliares (informatizados) para alunos, servidores técnicos administrativos e professores da instituição devidamente regularizados**;**
- Expedição de carteiras de usuários pelo SIE/Biblioteca, após treinamento de usuários com relação ao regimento e regulamento das bibliotecas da UFT;
- Orientação sobre as normas de apresentação de trabalhos acadêmicos, conforme ABNT;
- Outros serviços especializados;
- Renovação de material bibliográfico *on line* por até 03(três) vezes desde que não haja reserva e deve ser realizada 01 (um) dia antes da data do vencimento para não gerar multa em caso de reserva do item, entre outros;
- Reserva de material bibliográfico *on line*, somente de material emprestado;
- Treinamento ao usuário com relação ao regimento e regulamento das bibliotecas da UFT;
- Visita orientada;
- *Wireless* nas bibliotecas;

Na perspectiva de fornecer novos produtos e serviços informacionais à comunidade acadêmica o Sistema de bibliotecas, em parceria com a Diretoria de Tecnologia de Informação, apresentou no primeiro semestre de 2015 a novidades em sua mini homing e trouxe atualizações no Portal da Biblioteca, como a sugestão de aquisição de livros e um novo espaço "Meu Espaço" que reúne todos os serviços oferecidos ao aluno, como renovação e a reserva . Também em parceria com a DTI o SISBIB desenvolveu um

novo sistema para geração automática de ficha catalográfica, que irá facilitar e agilizar a criação de fichas catalográfica para alunos que estão apresentados seus trabalhos de conclusão de curso e pós-graduação. A ficha gerada é baseada Código de Catalogação Anglo Americana – AACR2 e na NBR 14724/2011 o que garante mais padronização aos trabalhos acadêmicos da universidade. Para facilitar o preenchimento, antes de entrar no sistema o aluno terá acesso a um tutorial que explica passo a passo como gerar a ficha. Todas as novidades podem ser conferidas neste no link do Sistema de Biblioteca na pagina da Universidade. http://ww1.uft.edu.br/index.php/sistema-de-bibliotecas-sisbib

Com objetivo de Agrupar, armazenar, organizar, preservar, recuperar e disseminar a informação científica produzida na Universidade Federal do Tocantins com vistas à gestão da informação científica. Também em parceria com a DTI e SISBIB estamos em fase de implantação do O Repositório Institucional (RI) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) representam um conjunto de serviços oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas da UFT (SISBIB) visando à gestão e disponibilização de teses, dissertações, artigos científicos, monografias de graduação e pós-graduação lato *sensu*, comunicações e conferências, livros e capítulos de livros, acervo fotográfico, produções culturais e projetos em geral, produzidos pelos membros da comunidade acadêmico-científica desta Universidade.

A implantação da BDTD e do Repositório Institucional (RIUFT) ocorre não somente para cumprimento dos termos da Portaria nº 013/2006 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mas, sobretudo com o propósito de disponibilizar eletronicamente, divulgar e dar visibilidade, nacional e internacionalmente a produção científica da UFT.

6. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Neste espaço serão apresentados os dados e as informações a respeito das diversas fontes de dados utilizadas pela CPA/ UFT, sendo elas: consulta pública a relatórios das pró-reitorias, Diretorias e os relatórios produzidos pelas comissões setoriais de avaliação.

Através da análise destas informações serão apresentados os aspectos positivos e também os aspectos a aprimorar juntamente com as sugestões de ações a serem realizadas.

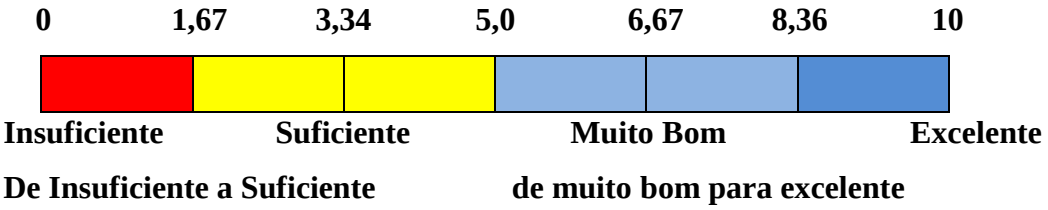
6.1. ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA

Os dados a seguir revelam a avaliação da comunidade universitária sobre aspectos referentes ao primeiro eixo avaliativo, "Planejamento e Avaliação".

A pesquisa foi realizada por meio de consulta eletrônica junto à comunidade universitária da UFT. Participaram discentes, docentes e técnicos administrativos da universidade em todos os *campi*, somando um total de 1127 (um mil, cento e vinte de sete) participantes. O questionário foi aplicado entre os dias 13 de novembro de 2014 e 20 de fevereiro de 2016. Os questionários estão no anexo 01.

Na escala de graduação para avaliação foram utilizados 4 pontos: "excelente", "muito bom", "suficiente", "insuficiente" e "Não sei/ Não conheço".

Para a análise dos dados, esta graduação foi transformada em uma escala de 0 a 10 pontos, que resultou nos valores apresentados no gráfico abaixo:



A avaliação realizada teve a participação de 942 alunos, com tempo médio de resposta de 324 segundos. Os itens avaliados pelo questionário abordavam:

Em relação ao Eixo 1:

1. Grau de conhecimento em relação ao PDI;
2. Percepção em relação ao compromisso da UFT com a sua missão e objetivos do PDI;

3. Grau de conhecimento do funcionamento da CPA e dos resultados dos processos avaliativos;

4. A contribuição dada pelos processos avaliativos (autoavaliação e avaliação externa) para a melhoria dos cursos e do desempenho da instituição

Em relação ao Eixo 2:

5. A forma pela qual a UFT proporciona a divulgação do conhecimento para setores da comunidade

6. A contribuição da UFT com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins

Em relação ao Eixo 3:

7. A articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão

8. A articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação

9. As políticas de acesso e permanência de estudantes

10. As oportunidades oferecidas para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão

11. As oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimulam a investigação acadêmica

12. As oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbio e/ou estágios no país ou fora do país

13. A promoção de atividades de cultura, de lazer e de interação social

Em relação ao Eixo 4:

14. A possibilidade de participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios

15. A forma de com que os recursos públicos gerenciados pela UFT são aplicados

Em relação ao Eixo 5:

16. A forma com que a infraestrutura destinada ao ensino (salas de aula, laboratórios e Biblioteca) atende a comunidade

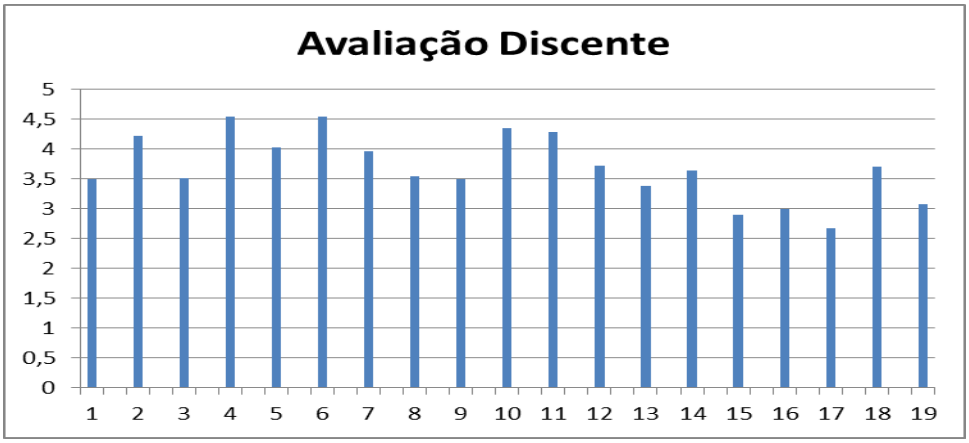
17. A forma com que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas atendem para a quantidade de estudantes

18. A disponibilidade das referências bibliográficas aos estudantes

19. A forma com que as instalações de refeitório, cantina e banheiros atendem as necessidades dos seus usuários

A avaliação realizada pelos discente resultou nos valores apresentados nos gráficos abaixo:

Gráfico 03 - Médias das Respostas da Avaliação Discente

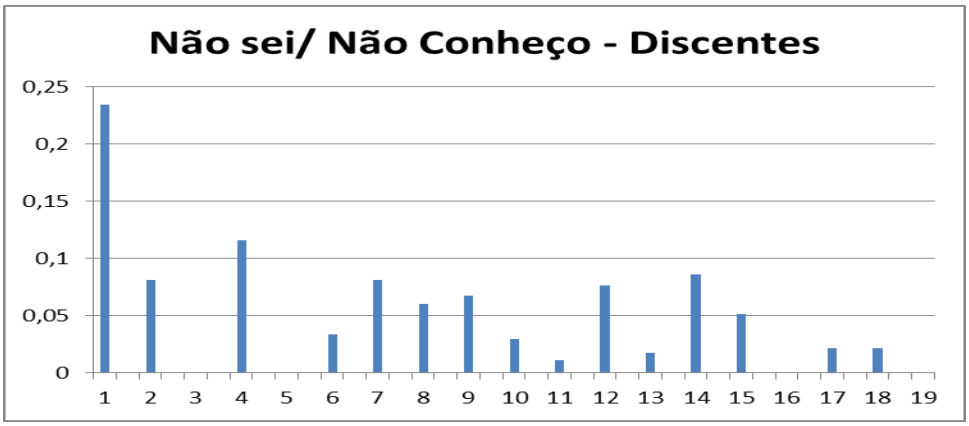


Visualiza-se nos dados acima que os itens foram avaliados em uma maneira geral como suficientes , acima de 3,34.

Destacam-se como os itens melhor avaliados 4 (a contribuição dada pelos processos avaliativos), 6 (contribuição da UFT com o desenvolvimento do Estado), 10 (as oportunidades oferecidas para os estudantes participarem de programas, de extensão), 11 (as oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica).

Merece atenção na avaliação os itens 15, (a forma de gerenciamentos dos recursos pela UFT), 16, (a infraestrutura destinada ao ensino) e o item 17(a forma com que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas).

Gráfico 04 - Percentual das Respostas Não sei/ Não Conheço da Avaliação Discente



Infere-se que o desconhecimento por parte dos discentes é pequeno, menor de 0,25%.

A avaliação realizada teve a participação de 95 docentes, com tempo médio de resposta de 330 segundos. Os itens avaliados pelo questionário abordavam:

Os itens avaliados pelo questionário abordavam:

Em relação ao Eixo 1:

1. Grau de conhecimento em relação ao PDI;
2. A percepção em relação ao compromisso da UFT com a sua missão e objetivos do PDI;
3. Grau de conhecimento do funcionamento da CPA e dos resultados dos processos avaliativos;
4. A contribuição dada pelos processos avaliativos (autoavaliação e avaliação externa) para a melhoria dos cursos e do desempenho da instituição;
5. A percepção em relação a evolução do desempenho institucional da UFT nos últimos 5 anos

Em relação ao Eixo 2:

6. A forma pela qual a UFT proporciona a divulgação do conhecimento para setores da comunidade
7. A contribuição da UFT com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins

Em relação ao Eixo 3:

8. A articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão
9. A articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação
10. As políticas de acesso e permanência de estudantes
11. As oportunidades oferecidas para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão
12. As oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimulam a investigação acadêmica
13. As oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbio e/ou estágios no país ou fora do país
14. A promoção de atividades de cultura, de lazer e de interação social

Em relação ao Eixo 4:

15. O grau de satisfação em relação à política de apoio à capacitação de docentes e técnicos administrativos

16. A possibilidade de participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios

17. A forma de com que os recursos públicos gerenciados pela UFT são aplicados

Em relação ao Eixo 5:

18. A forma com que a infraestrutura destinada ao ensino (salas de aula, laboratórios e Biblioteca) atende a comunidade

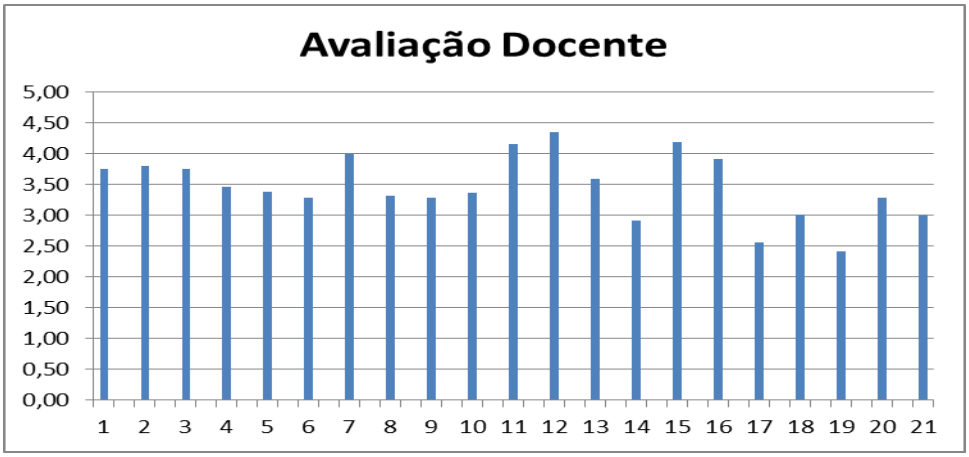
19. A forma com que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas atendem para a quantidade de estudantes

20. A disponibilidade das referências bibliográficas aos estudantes

21. A forma com que as instalações de refeitório, cantina e banheiros atendem as necessidades dos seus usuários

A avaliação realizada pelos docentes resultou nos valores apresentados nos gráficos abaixo:

Gráfico 05 - Médias das respostas da Avaliação Docente



Visualiza-se nos dados acima que a maioria dos itens foram avaliados em uma maneira geral como suficientes, valores próximos de 3,34.

Destacam-se como os itens melhor avaliados os itens 11 (As oportunidades oferecidas para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de

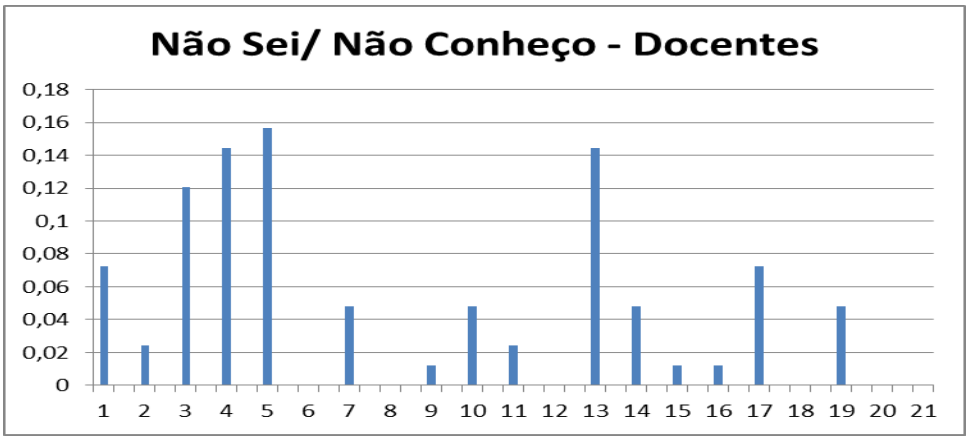
extensão), 12 (as oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica), 15 (o grau de satisfação em relação à política de apoio à capacitação de docentes) e, 16 (a possibilidade de participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios).

Merece atenção na avaliação os itens 14 (a promoção de atividades de cultura, de lazer e de interação social), 17 (a forma de gerenciamentos dos recursos pela UFT) e, 19 (a forma com que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas).

Percebe-se a similiariedade da perceção de docentes e discentes nos items a forma de gerenciamentos dos recursos pela UFT e, a forma com que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas.

Também foi avaliado o percentual de docentes que responderam a opção "Não sei/ Não Conheço" em cada item. Os dados são apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 06 - Percentual das respostas Não sei/ Não Conheço da avaliação Docente



Infere-se que o desconhecimento por parte dos docentes é pequeno, menor de 0,2%.

A avaliação realizada pelos técnicos teve a participação de 90 técnicos, com tempo médio de resposta de 292 segundos. Os itens avaliados pelo questionário abordavam:

Em relação ao Eixo 1:

1. Grau de conhecimento em relação ao PDI;
2. A percepção em relação ao compromisso da UFT com a sua missão e objetivos do PDI;
3. Grau de conhecimento do funcionamento da CPA e dos resultados dos processos avaliativos;

4. A contribuição dada pelos processos avaliativos (autoavaliação e avaliação externa) para a melhoria dos cursos e do desempenho da instituição;

5. A percepção em relação a evolução do desempenho institucional da UFT nos últimos 5 anos

Em relação ao Eixo 2:

6. A forma pela qual a UFT proporciona a divulgação do conhecimento para setores da comunidade

7. A contribuição da UFT com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins

Em relação ao Eixo 3:

8. A articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão

9. A articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação

10. As políticas de acesso e permanência de estudantes

Em relação ao Eixo 4:

11. O grau de satisfação em relação à política de apoio à capacitação de docentes e técnicos administrativos

12. A possibilidade de participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios

13. A forma de com que os recursos públicos gerenciados pela UFT são aplicados

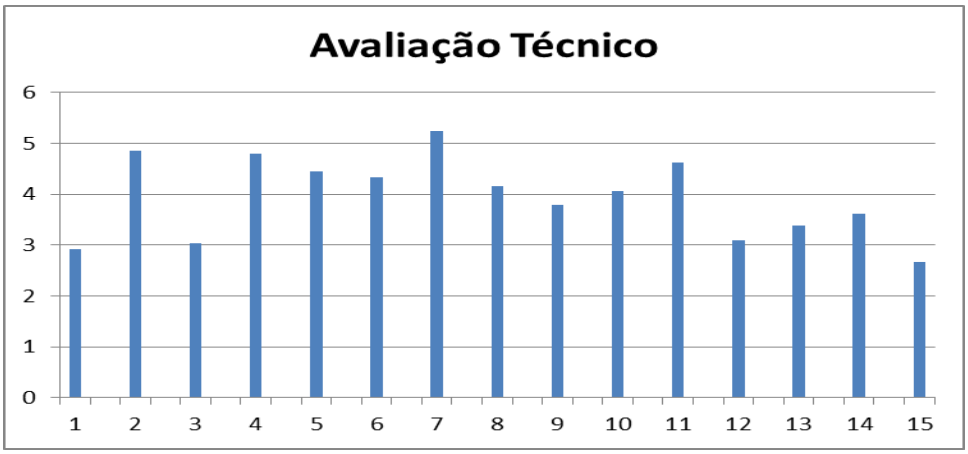
Em relação ao Eixo 5:

14. A forma com que a infraestrutura destinada a área administrativa atende a comunidade

15. A forma com que as instalações de refeitório, cantina e banheiros atendem as necessidades dos seus usuários.

A análise dos dados foi realizada da mesma forma que foi procedida na avaliação discente e docente e resultou nos valores apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 07 - Médias das respostas da avaliação dos técnicos



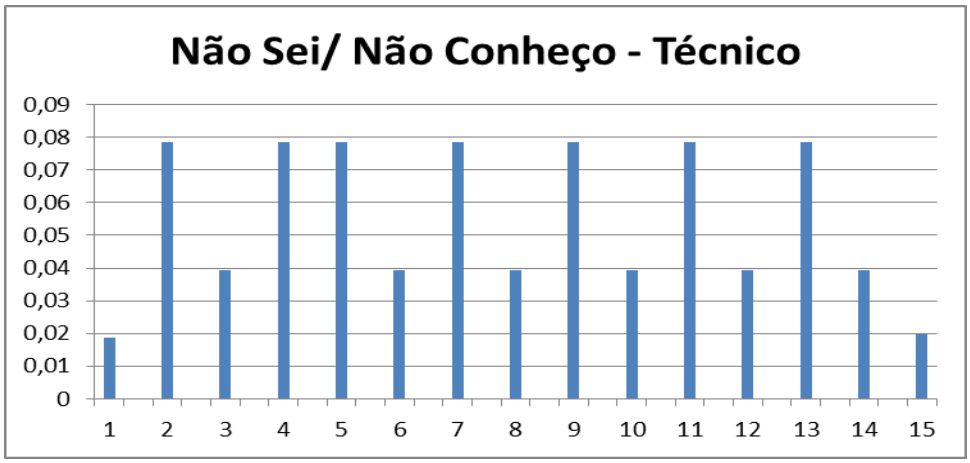
Visualiza-se nos dados acima que os itens foram avaliados em uma maneira geral como suficientes (valores médios próximos a 3,34 pontos).

Destacamos, a avaliação dos itens 2 (a percepção em relação ao compromisso da UFT), 4 (a contribuição dada pelos processos avaliativos) e, 7 (a contribuição da UFT com o desenvolvimento do Estado).

Atenção deve ser dada aos itens 1 (grau de conhecimento em relação ao PDI), 3 (grau de conhecimento do funcionamento da CPA e dos resultados dos processos avaliativos), 12 (a possibilidade de participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios) e, 15 (as condições das instalações de refeitório, cantina e banheiros).

Também foi avaliado o percentual de técnicos que responderam a opção "Não sei/ Não Conheço" em cada item. Os dados são apresentados no gráfico abaixo:

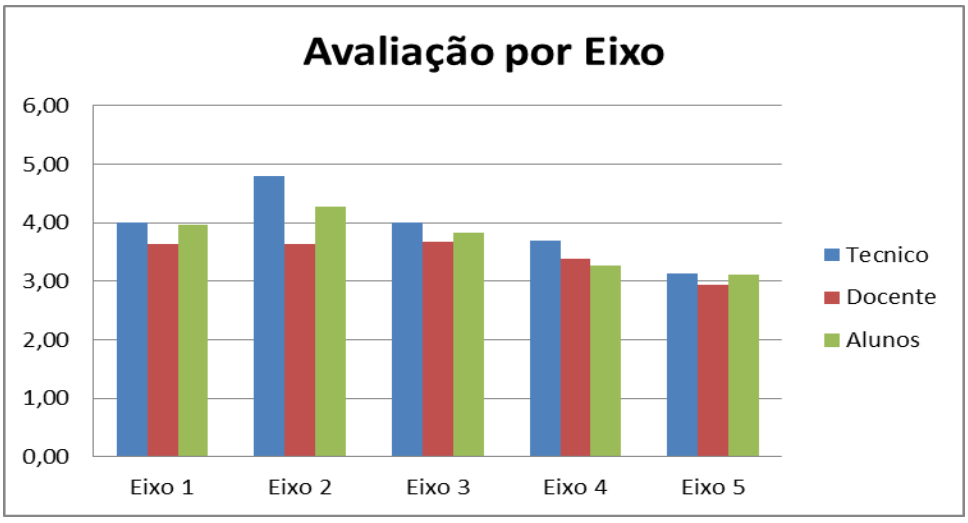
Gráfico 08 - Percentual das respostas "Não sei/ Não Conheço" da avaliação dos técnicos



Infere-se que o desconhecimento por parte dos servidores é pequeno, menor de 0,5%.

Ao agrupar os valores médios por eixo avaliado, Planejamento e Avaliação Institucional (eixo1), Desenvolvimento Institucional (eixo 2), Politicas acadêmicas (eixo 3), Politicas de Gestão (eixo 4), Infraestrutura Física (eixo5).

Gráfico 09 - Avaliação por Eixo



Visualiza-se, assim, que cada segmento tem percepções diferentes sobre as dimensões avaliadas, porém similares.

Destaca-se a avaliação do eixos 5, como a percepção mais próxima comparando as três categorias e, os eixo 2 como o mais distinto.

6.2. ASPECTOS POSITIVOS

A Universidade Federal do Tocantins buscou durante todo o ano de 2015 implementar ações que pudessem reforçar o compromisso da instituição com os objetivos pactuados no PDI.

Em 2015, a UFT foi eleita a 3ª melhor Universidade da Região Norte, no Ranking Universitário Folha, divulgado pela Folha de São Paulo. E atualmente ocupa a 92ª posição no ranking geral.

Durante o ano a UFT abriu 1775 vagas pelo Sistema Unificado de Seleção (Sisu), distribuídas entre 47 dos 64 cursos oferecidos pela instituição em seus sete câmpus - Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis, foi inclusa no Diretório Mundial de Escolas Médicas, sediou eventos, participou ativamente de reuniões sobre o Matopiba, onde discutiu a implantação de um Instituto de Inovação, Ciência e Tecnologia, sediou eventos como a Conferência Estadual de Cultura e Cafés Literários.

A implantação de quatro novos cursos acadêmicos é outro marco do ano. Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Ciências Sociais, Bacharelado em Relações Internacionais e Curso de Licenciatura em Letras/Libras são os novos cursos, que juntos somam 190 novas vagas a cada novo vestibular.

A UFT debateu ainda durante 2015 o Projeto do Hospital Universitário, projeto de implantação da primeira piscina olímpica do Tocantins. Houve iniciativa de capacitação de professores com o I Seminário Parfor com o tema “formação de professores e práticas pedagógicas” que buscou refletir sobre a formação dos professores na educação básica, conquistas com a comunidade indígena do estado, atividades extracurriculares com foco no Ensino, Pesquisa e Extensão.

O campus de Palmas conta com apoio Psicopedagógico realizando oficinas que abordam questões relativas à Gestão e Controle do Estresse e Ansiedade, Gestão do Tempo e sobre a Participação em Processos Seletivos.

Pesquisa e Pós graduação

Ao longo do ano a UFT obteve inúmeras conquistas e conclui o ano com a certeza de que inúmeras vagas foram abertas e inúmeros acadêmicos e docentes foram contemplados com oportunidades.

Exemplo disso é refletido nos editais de lançamentos de Mestrado e Doutorado. A conquista diverge nas áreas de Educação, Comunicação e Artes. O Mestrado em Comunicação e Sociedade abrangerá a centralidade da comunicação nas relações sociais, e seguirá duas linhas de pesquisa: "Jornalismo, mídias e cultura" e "Comunicação, poder e identidades". O Mestrado em Educação abriu 20 novas vagas.

O Doutorado Interinstitucional em Artes (Dinter) é realizado em parceria com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

Como objetivo de melhorar a qualidade de seus programas ofertados, a Propesq lançou pesquisa de avaliação a ser realizada por meio de questionário. Direcionada a docentes da UFT, que avaliaram 7 de seus programas.

A Universidade investiu na construção do prédio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), que possui a missão de realizar a formação de estudantes que se tornarão mestres e doutores, além da missão de contribuir com o crescimento do estado do Tocantins e da região norte do Brasil.

Comunidade

Com os olhos voltados para a comunidade, muitas conquistas foram alcançadas. Exemplo disso é a implantação do aluguel social em Porto Nacional, que teve início com dezoito estudantes em vulnerabilidade social. O projeto é custeado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Pescadores e piscicultores dos municípios de Estreito, no Maranhão, Babaçulândia e Aguiarnópolis, no Tocantins, e outros da região atingida pela Usina Hidrelétrica Estreito, participaram de um curso de capacitação em cooperativismo e associativismo promovido pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares do Câmpus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Os acadêmicos bolsistas do câmpus de Tocantinópolis ministraram a oficina "Construindo brinquedos através de material reciclável", cujo objetivo foi contribuir com a preservação do meio-ambiente de forma lúdica. A atividade alcançou cerca de 40 alunos da rede pública de Tocantinópolis.

Extensão

As atividades voltadas à comunidade estão intimamente ligadas a projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os alunos dos cursos de Pedagogia e Matemática do Câmpus de Arraias, realizaram atividades extencionistas nas comunidades rurais de Canabrava e

Lagoa da Pedra (Comunidade Quilombola). A ação, composta por palestras, assistência aos alunos com dificuldade de aprendizagem em matemática contou ainda com atividades disciplinares, recreativas e desportivas.

Alunos do curso de direito lançaram a cartilha "Educação Legal - Atos Infracionais e suas Consequências". O produto é resultado das atividades desenvolvidas em sala, por meio da disciplina de Seminário Interdisciplinar III.

O Câmpus de Gurupi, por exemplo, recebeu em 2015 o Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade. O evento é a integração entre o 11º Seminário de Iniciação Científica, o 4º Seminário Institucional do Pibid e o 4º Seminário de Extensão e Cultura.

Cultura

A promoção e o acesso a cultura é um dos pilares da Universidade. Seu incentivo ficou marcado em 2015, pela Coleção de Literatura Tocantinense lançada pela editora, compondo cinco obras de autores distintos.

Prêmios

Parte do orgulho de Ser UFT vem do reconhecimento da sociedade e dos destaques recebidos pelo desempenho de alunos e pesquisadores presentes na Universidade.

Em 2015, o Prêmio Hilton Japiassú de Excelência em Pesquisa destacou dois dos pesquisadores da UFT por seus trabalhos, Cynthia Mara Miranda e Gil Rodrigues Santos.

Um acadêmico de Zootecnia foi contemplado com o Prêmio Destaque Estudantil em Zootecnia "Estudante Dez" e outros doze acadêmicos que foram selecionados no Programa Jovens Talentos para a Ciência.

6.3. ASPECTOS A APRIMORAR E RECOMENDAÇÕES

Recomendação 1- Eixo 01

A necessidade de se estudar mecanismos indutores para ampliar a participação nos processos avaliativos.

Recomendação 2 - Eixo 01

Ampliar a divulgação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e dos Planos de Desenvolvimento dos Câmpus (PDC´s) de modo com que toda a comunidade conheça os objetivos estratégicos da Instituição, suas diretrizes de ação e, metas traçadas.

Recomendação 3 - Eixo 01

Necessidade de fortalecimento das Comissões Setoriais de Avaliação, com a ampliação das sua atuação na avaliação institucional e na avaliação de cursos.

Recomendação 1 - Eixo 02

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020 e sua relação com as dimensões do SINAES direciona as ações da UFT de forma que articule-se o planejamento com a avaliação institucional. Neste primeiro semestre de 2016, com a eleição de uma nova reitoria que será empossada em junho, será posto para a nova administração da UFT, o desafio de retomar o Planejamento Estratégico 2014-2022 que descreve como objetivos estratégicos: a excelência acadêmica, atuação sistêmica, articulação com a sociedade, aprimoramento da gestão e a valorização humana.

Recomendação 1 - Eixo 03

Visualiza-se a necessidade de informatizar o processo de documentação do Estágio Supervisionado, de modo a tornar mais facilitado e célere os tramites processuais.

Recomendação 02 - Eixo 03

Necessidade de um maior acompanhamento do processo de atualização e aplicação dos PPCs tendo em vista verificar se os conteúdos mínimos estão sendo atendidos/aplicados pelos cursos ;

Recomendação 02 - Eixo 03

Maior acompanhamento do processo de atuação dos NDEs tendo em vista verificar o andamento dos trabalhos e estudos a respeito dos indicadores de desempenho dos cursos e, da necessidade de melhoria da qualidade.

Recomendação 03 - Eixo 03

Ampliação da divulgação, esclarecimento e acompanhamento dos programas e políticas estudantis no âmbito dos campi;

Recomendação 04 - Eixo 03

Ampliar os programas de estimulo a Novos Pesquisadores da Instituição, afim de promover o apoio no início de suas trajetórias e disseminar a cultura da produção científica e tecnológica na instituição.

Recomendação 05 - Eixo 03

Efetivar o acompanhamento dos egressos pelos Colegiados dos Cursos, com a realização de pesquisas para traçar o perfil e demandas de formação complementar.

Recomendação 06 - Eixo 03

Necessidade de fortalecimento das ações de acessibilidade e educação inclusiva a todas as pessoas com deficiência, ou que possuem alguma limitação.

Recomendação 01 - Eixo 04

Ampliação da participação da comunidade acadêmica nas discussões relativas a forma de gerenciamento dos recursos recebidos pela UFT.

Recomendação 02 - Eixo 04

Ampliação da divulgação das informações sobre os recursos geridos e ou disponíveis por cada Câmpus.

Recomendação 03 - Eixo 04

Visualiza-se a necessidade de informatização dos procedimentos administrativos da Universidade em especial destaca-se os processos de avaliação de estágios probatórios e, progressão docente.

Recomendação 04 - Eixo 04

Desenvolvimento de política que permita aos servidores que atuam nos menores *campis* e mais distantes da capital tenham condições de pleitear cursos de pós-graduação e participarem em eventos científicos.

Recomendação 05 - Eixo 04

Necessidade da bisca de novas fontes de financiamento e captação de recursos próprios afim de incrementar os recursos orçamentários para garantir a manutenção sustentável da Universidade.

Recomendação 1- Eixo 05

A infraestrutura da UFT vem passando por um processo contínuo de melhorias em todos os seus sete Campus objetivando o melhor atendimento.

No tocante as recomendações, destaca-se, uma, em especial, que é a observância quanto ao crescimento físico da instituição, haja vista que tal expansão necessita ser realizada de modo planejado e sustentável do ponto de vista orçamentário-financeiro, posto que, novas edificações impactam diretamente nos contratos da universidade, onerando seu custeio.

Recomendação 2 - Eixo 05

Especial atenção deva ser dada as condições da infraestrutura destinada ao ensino (salas de aula, laboratórios e Biblioteca), da mesma forma a disponibilização de

equipamentos e materiais para as aulas práticas, itens avaliados de forma insuficiente por discentes e docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de avaliação referente ao ano de 2015 expressa o resultado de uma trajetória de discussão, de análise de documentos e interpretação dos dados advindos do processo de auto avaliação. Outro fato representado por este relatório é o inicio de um novo ciclo avaliativo, a CPA/UFT vem atuando de maneira proativa em suas análises e, principalmente, em suas proposições visando contribuir sobre as ações e programas desenvolvidos pela universidade.

Ainda temos muito no que avançar, nossa participação acadêmica ainda é tímida, porém o aprendizado continua e as conquistas virão com a mesma certeza dos desafios. Ainda é preciso que todos os segmentos da UFT se engajem e sintam-se responsáveis pelos resultados.

As considerações obtidas no decorrer deste processo avaliativo demonstram o empenho de toda a UFT (alunos, docentes, e servidores) em aprimorar os seus esforços em favor da sociedade, da educação superior e para que a instituição concretize a sua missão.

Atualmente a gestão reconhece que se instituição acreditar na auto avaliação será permitido subsidiar a gestão institucional na busca de melhoria na educação superior, afim de realizar-se como um processo de aprendizagem e transformação, oportunizar o autoconhecimento da Instituição e ser um instrumento de identificação das potencialidades e de fragilidades.

A UFT cresce a cada dia e este crescimento é acompanhado da ampliação da responsabilidade de concretizar sua missão institucional. Ao promover a sua autoconsciência institucional a CPA/UFT garante seu compromisso. O que se pretende é dar prosseguimento ao trabalho já iniciado no campo da avaliação institucional - apoiando-se nas experiências exitosas - e a consolidação de uma avaliação contínua e sistemática da qualidade das funções institucionais.

Assim, a CPA conclui este relatório, confiante de ter alcançado o objetivo de conhecer melhor a UFT e subsidiar o planejamento da instituição. Encerra mais um ciclo consciente de que ainda há muito a ser melhorado, redefinido e redirecionado e que é necessário enfrentar o desafio de conjugar mais e melhor a avaliação e mudança e a avaliação e autonomia, desafio este que é o seu princípio e finalidade.

Comissão Própria de Avaliação.

Anexo 1 - INSTRUMENTO APLICADO AOS ALUNOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Caro membro da comunidade acadêmica,

Em observância à Lei 10.861/2004, A Comissão Própria de Avaliação (CPA) inicia o 9º ciclo avaliativo da UFT,, tomando-se como referencial o ano de 2015. Contamos com a sua colaboração para avaliarmos a nossa instituição com o objetivo de identificarmos os pontos que precisam ser fortalecidos, objetivando a melhoria da qualidade e o crescimento institucional em todas as áreas de atuação acadêmica.

Há necessidade de opinarmos sobre os cinco eixos que integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em especial o primeiro eixo: Planejamento e Avaliação Institucional.

Pedimos sua colaboração em responder SOMENTE 13 QUESTÔES.

Sua participação faz a diferença!

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Avalie o seu conhecimento em relação ao processo de planejamento (Plano de Desenvolvimento Institucional) da UFT?

( ) Meu conhecimento é EXCELENTE
( ) Meu conhecimento é MUITO BOM
( ) Meu conhecimento é SUFICIENTE
( ) Meu conhecimento é INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR, não conheço

1.2 Como você avalia o compromisso da UFT com a sua missão e objetivos expressos no PDI?

" Missão: Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal "

( )O compromisso é excelente.
( )O compromisso é muito bom.
( )O compromisso é suficiente.
( )O compromisso é insuficiente.
( )NÃO SEI OPINAR

1.3 Avalie seu conhecimento em relação ao funcionamento da COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) e, os resultados dos processos avaliativos da UFT?

( ) Meu conhecimento é EXCELENTE
( ) Meu conhecimento é MUITO BOM
( ) Meu conhecimento é SUFICIENTE
( ) Meu conhecimento é INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR, não conheço

1.4 Como você avalia a contribuição dos processos avaliativos (autoavaliação e avaliação externa) para a melhoria dos cursos e do desempenho da instituição?

( ) A contribuição é excelente
( ) A contribuição é muito boa
( ) A contribuição é suficiente
( ) A contribuição é insuficiente
( )NÃO SEI OPINAR

EIXO 2– DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1 De que forma a UFT proporciona a divulgação do conhecimento para setores da comunidade através de cursos, palestras, seminários e eventos científicos?

( ) A UFT realiza a divulgação de forma excelente
( ) A UFT realiza a divulgação de forma muito boa
( ) A UFT realiza a divulgação de forma suficiente
( ) A UFT realiza a divulgação de forma insuficiente
( )NÃO SEI OPINAR

2.2 A UFT contribui com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins?

( ) A contribuição é excelente
( ) A contribuição é muito boa
( ) A contribuição é suficiente.
( )A Contribuição é insuficientemente
( )NÃO SEI OPINAR

EIXO 3 – POLITICAS ACADÊMICAS

3.1 A articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão ocorre de que forma?

( ) Ocorre de forma EXCELENTE
( ) Ocorre de forma MUITO BOA
( ) Ocorre de forma SUFICIENTE
( ) Ocorre de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.2 A articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação ocorre de que forma?

( ) Ocorre de forma EXCELENTE
( ) Ocorre de forma MUITO BOA
( ) Ocorre de forma SUFICIENTE
( ) Ocorre de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.3 As políticas de acesso e permanência de estudantes atendem aos discentes de que forma?

( ) Atendem de forma EXCELENTE
( ) Atendem de forma MUITO BOA
( ) Atendem de forma SUFICIENTE
( ) Atendem de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.4. A instituição oferece oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.5. A instituição oferece oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimulam a investigação acadêmica de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.6. A instituição oferece oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbio e/ou estágios no país ou fora do país de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.7. A instituição promove atividades de cultura, de lazer e de interação social de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

Eixo 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1 A forma de organização e gestão da UFT, sobretudo as representações dos colegiados, possibilita a participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios?

( ) Possibilita a participação de forma EXCELENTE
( ) Possibilita a participação de forma MUITO BOA
( ) Possibilita a participação de forma SUFICIENTE
( ) Possibilita a participação de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

4.2 Em sua opinião, os recursos públicos gerenciados pela UFT são aplicados e atendem às necessidades da Instituição de que forma?

( ) Atendem de forma EXCELENTE
( ) Atendem de forma MUITO BOA
( ) Atendem de forma SUFICIENTE
( ) Atendem de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

Eixo 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1 A infraestrutura destinada ao ensino (salas de aula, laboratórios e Biblioteca) atende a comunidade de que forma:

( ) Atende de forma EXCELENTE
( ) Atende de forma MUITO BOA
( ) Atende de forma SUFICIENTE
( ) Atende de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

5.2. Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas atendem para a quantidade de estudantes de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

5.3. A biblioteca dispõe das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

5.4. A instituição dispõe de refeitório, cantina e banheiros em condições que atendem as necessidades dos seus usuários de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

Obrigada por contribuir para o fortalecimento da UFT!

ANEXO 2- INSTRUMENTO APLIACDOS AOS TÉCNICOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Caro membro da comunidade acadêmica,

Em observância à Lei 10.861/2004, A Comissão Própria de Avaliação (CPA) inicia o 9º ciclo avaliativo da UFT,, tomando-se como referencial o ano de 2015. Contamos com a sua colaboração para avaliarmos a nossa instituição com o objetivo de identificarmos os pontos que precisam ser fortalecidos, objetivando a melhoria da qualidade e o crescimento institucional em todas as áreas de atuação acadêmica.

Há necessidade de opinarmos sobre os cinco eixos que integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em especial o primeiro eixo: Planejamento e Avaliação Institucional.

Pedimos sua colaboração em responder SOMENTE 13 QUESTÔES.

Sua participação faz a diferença!

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Avalie o seu conhecimento em relação ao processo de planejamento (Plano de Desenvolvimento Institucional) da UFT?

( ) Meu conhecimento é EXCELENTE
( ) Meu conhecimento é MUITO BOM
( ) Meu conhecimento é SUFICIENTE
( ) Meu conhecimento é INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR, não conheço

1.2 Como você avalia o compromisso da UFT com a sua missão e objetivos expressos no PDI?

" Missão: Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal "

( )O compromisso é excelente.
( )O compromisso é muito bom.
( )O compromisso é suficiente.
( )O compromisso é insuficiente.
( )NÃO SEI OPINAR

1.3 Avalie seu conhecimento em relação ao funcionamento da COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) e, os resultados dos processos avaliativos da UFT?

( ) Meu conhecimento é EXCELENTE
( ) Meu conhecimento é MUITO BOM
( ) Meu conhecimento é SUFICIENTE
( ) Meu conhecimento é INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR, não conheço

1.4 Como você avalia a contribuição dos processos avaliativos (autoavaliação e avaliação externa) para a melhoria dos cursos e do desempenho da instituição?

( ) A contribuição é excelente
( ) A contribuição é muito boa
( ) A contribuição é suficiente
( ) A contribuição é insuficiente
( )NÃO SEI OPINAR

1.5 Como você avalia a evolução do desempenho institucional da UFT nos últimos 5 anos?

( ) O desempenho foi EXCELENTE
( ) O desempenho foi MUITO BOM
( ) O desempenho foi SUFICIENTE
( ) O desempenho foi INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

EIXO 2– DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1 De que forma a UFT proporciona a divulgação do conhecimento para setores da comunidade através de cursos, palestras, seminários e eventos científicos?

( ) A UFT realiza a divulgação de forma excelente
( ) A UFT realiza a divulgação de forma muito boa
( ) A UFT realiza a divulgação de forma suficiente
( ) A UFT realiza a divulgação de forma insuficiente
( )NÃO SEI OPINAR

2.2 A UFT contribui com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins?

( ) A contribuição é excelente
( ) A contribuição é muito boa
( ) A contribuição é suficiente.
( )A Contribuição é insuficientemente
( )NÃO SEI OPINAR

EIXO 3 – POLITICAS ACADÊMICAS

3.1 A articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão ocorre de que forma?

( ) Ocorre de forma EXCELENTE
( ) Ocorre de forma MUITO BOA
( ) Ocorre de forma SUFICIENTE
( ) Ocorre de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.2 A articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação ocorre de que forma?

( ) Ocorre de forma EXCELENTE
( ) Ocorre de forma MUITO BOA
( ) Ocorre de forma SUFICIENTE
( ) Ocorre de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.3 As políticas de acesso e permanência de estudantes atendem aos discentes de que forma?

( ) Atendem de forma EXCELENTE
( ) Atendem de forma MUITO BOA
( ) Atendem de forma SUFICIENTE
( ) Atendem de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

Eixo 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1 Qual o seu grau de satisfação em relação à política de apoio à capacitação de docentes e técnicos administrativos?

( )MUITO SATISFEITO
( )SATISFEITO
( )PARCIALMENTE SATISFEITO
( )INSATISFEITO
( )NÃO SEI OPINAR

4.2 A forma de organização e gestão da UFT, sobretudo as representações dos colegiados, possibilita a participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios?

( ) Possibilita a participação de forma EXCELENTE
( ) Possibilita a participação de forma MUITO BOA
( ) Possibilita a participação de forma SUFICIENTE
( ) Possibilita a participação de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

4.3 Em sua opinião, os recursos públicos gerenciados pela UFT são aplicados e atendem às necessidades da Instituição de que forma?

( ) Atendem de forma EXCELENTE
( ) Atendem de forma MUITO BOA
( ) Atendem de forma SUFICIENTE
( ) Atendem de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

Eixo 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1 A infraestrutura destinada a área administrativa atende a comunidade de que forma:

( ) Atendem de forma EXCELENTE
( ) Atendem de forma MUITO BOA
( ) Atendem de forma SUFICIENTE
( ) Atendem de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

5.2. A instituição dispõe de refeitório, cantina e banheiros em condições que atendem as necessidades dos seus usuários de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

ANEXO 3 - INSTRUMENTO APLICADO AOS DOCENTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Caro membro da comunidade acadêmica,

Em observância à Lei 10.861/2004, A Comissão Própria de Avaliação (CPA) inicia o 9º ciclo avaliativo da UFT,, tomando-se como referencial o ano de 2015. Contamos com a sua colaboração para avaliarmos a nossa instituição com o objetivo de identificarmos os pontos que precisam ser fortalecidos, objetivando a melhoria da qualidade e o crescimento institucional em todas as áreas de atuação acadêmica.

Há necessidade de opinarmos sobre os cinco eixos que integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em especial o primeiro eixo: Planejamento e Avaliação Institucional.

Pedimos sua colaboração em responder SOMENTE 13 QUESTÔES.

Sua participação faz a diferença!

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Avalie o seu conhecimento em relação ao processo de planejamento (Plano de Desenvolvimento Institucional) da UFT?

( ) Meu conhecimento é EXCELENTE
( ) Meu conhecimento é MUITO BOM
( ) Meu conhecimento é SUFICIENTE
( ) Meu conhecimento é INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR, não conheço

1.2 Como você avalia o compromisso da UFT com a sua missão e objetivos expressos no PDI?

" Missão: Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal "

( )O compromisso é excelente.
( )O compromisso é muito bom.
( )O compromisso é suficiente.
( )O compromisso é insuficiente.
( )NÃO SEI OPINAR

1.3 Avalie seu conhecimento em relação ao funcionamento da COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) e, os resultados dos processos avaliativos da UFT?

( ) Meu conhecimento é EXCELENTE
( ) Meu conhecimento é MUITO BOM
( ) Meu conhecimento é SUFICIENTE
( ) Meu conhecimento é INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR, não conheço

1.4 Como você avalia a contribuição dos processos avaliativos (autoavaliação e avaliação externa) para a melhoria dos cursos e do desempenho da instituição?

( ) A contribuição é excelente
( ) A contribuição é muito boa
( ) A contribuição é suficiente
( ) A contribuição é insuficiente
( )NÃO SEI OPINAR

1.5 Como você avalia a evolução do desempenho institucional da UFT nos últimos 5 anos?

( ) O desempenho foi EXCELENTE
( ) O desempenho foi MUITO BOM
( ) O desempenho foi SUFICIENTE
( ) O desempenho foi INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

EIXO 2– DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1 De que forma a UFT proporciona a divulgação do conhecimento para setores da comunidade através de cursos, palestras, seminários e eventos científicos?

( ) A UFT realiza a divulgação de forma excelente
( ) A UFT realiza a divulgação de forma muito boa
( ) A UFT realiza a divulgação de forma suficiente
( ) A UFT realiza a divulgação de forma insuficiente
( )NÃO SEI OPINAR

2.2 A UFT contribui com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins?

( ) A contribuição é excelente
( ) A contribuição é muito boa
( ) A contribuição é suficiente.
( )A Contribuição é insuficientemente
( )NÃO SEI OPINAR

EIXO 3 – POLITICAS ACADÊMICAS

3.1 A articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão ocorre de que forma?

( ) Ocorre de forma EXCELENTE
( ) Ocorre de forma MUITO BOA
( ) Ocorre de forma SUFICIENTE
( ) Ocorre de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.2 A articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação ocorre de que forma?

( ) Ocorre de forma EXCELENTE
( ) Ocorre de forma MUITO BOA
( ) Ocorre de forma SUFICIENTE
( ) Ocorre de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.3 As políticas de acesso e permanência de estudantes atendem aos discentes de que forma?

( ) Atendem de forma EXCELENTE

( ) Atendem de forma MUITO BOA
( ) Atendem de forma SUFICIENTE
( ) Atendem de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.4. A instituição oferece oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.5. A instituição oferece oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimulam a investigação acadêmica de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.6. A instituição oferece oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbio e/ou estágios no país ou fora do país de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.7. A instituição promove atividades de cultura, de lazer e de interação social de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

Eixo 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1 Qual o seu grau de satisfação em relação à política de apoio à capacitação de docentes e técnicos administrativos?

( )MUITO SATISFEITO
( )SATISFEITO
( )PARCIALMENTE SATISFEITO
( )INSATISFEITO
( )NÃO SEI OPINAR

4.2 A forma de organização e gestão da UFT, sobretudo as representações dos colegiados, possibilita a participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios?

( ) Possibilita a participação de forma EXCELENTE
( ) Possibilita a participação de forma MUITO BOA
( ) Possibilita a participação de forma SUFICIENTE

( ) Possibilita a participação de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

4.3 Em sua opinião, os recursos públicos gerenciados pela UFT são aplicados e atendem às necessidades da Instituição de que forma?

( ) Atendem de forma EXCELENTE
( ) Atendem de forma MUITO BOA
( ) Atendem de forma SUFICIENTE
( ) Atendem de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

Eixo 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1 A infra-estrutura destinada ao ensino (salas de aula, laboratórios e Biblioteca) atende a comunidade de que forma:

( ) Atende de forma EXCELENTE
( ) Atende de forma MUITO BOA
( ) Atende de forma SUFICIENTE
( ) Atende de forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

5.2. Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas atendem para a quantidade de estudantes de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

5.3. A biblioteca dispõe das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

5.4. A instituição dispõe de refeitório, cantina e banheiros em condições que atendem as necessidades dos seus usuários de que forma:

( ) De forma EXCELENTE
( ) De forma MUITO BOA
( ) De forma SUFICIENTE
( ) De forma INSUFICIENTE
( )NÃO SEI OPINAR

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Lei 11.091 de 12 de Janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

BRASIL, **Lei Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior, Comissão Especial de Avaliação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Brasília: 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior, TI/DEDES/SESu. **Cálculo do aluno equivalente para fins de análise de custos de manutenção das IFES**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do *Campus* de Arraias**. Arraias: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do *Campus* de Araguaína**. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do *Campus* de Gurupi**. Gurupi: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do *Campus* de Miracema**. Miracema do Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do *Campus* de Palmas**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do *Campus* de Porto Nacional**. Porto Nacional: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do *Campus* de Tocantinópolis**. Tocantinópolis: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins 2011-2015**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins. Aprovado em agosto de 2010. Disponível em: < http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid, 3438/.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Pró Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - Progedep**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Diretoria de Desenvolvimento Humano, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Diretoria de Comunicação**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, DICOM. DICOM, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Vice-Reitoria**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Vice-Reitoria, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório Pró-reitoria de Graduação**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Graduação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2013**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento. Diretoria de Avaliação. Comissão Própria de Avaliação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão 2014**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento. Diretoria de Planejamento, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de alunos**

matriculados. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Graduação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório para Avaliação Institucional 2015: PROEX/UFT**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Extensão, Cultura, 2015

.